



Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro
Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)
Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
vanilda.souza@sysflor.com.br

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO FASE 2 PARA CERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

**Suzano S.A. – Unidade Mucuri, BA
SYS-FM/CERFLOR-0013**

Sede na Rodovia BR-101, km 945,4 n 7 km. Zona Rural, Mucuri – BA, Brasil.
Marcelo Gomes Da Silva Pereira - marcelo.pereira@suzano.com.br
www.suzano.com.br

DATA DE CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
21/02/2020	20/02/2025

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
09 a 18/12/2019
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
29/04/2020

Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de certificação pela equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por e-mail sempre que solicitada e também está disponível para consulta no website da Sysflor (www.sysflor.com.br). A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF.

PREFÁCIO

A Sysflor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal, sob o sistema de certificação do Cerflor. Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e usar o logotipo do Cerflor para fins de mercado, com supervisão regular da Sysflor. O processo de avaliação inicial é composto por duas fases, Auditoria Fase 1 e Auditoria Fase 2. A Auditoria Fase 1 visa fornecer ao EMF um claro entendimento sobre as normas para certificação Cerflor; propiciar o desenvolvimento de um claro panorama sobre o sistema e práticas de manejo do EMF, incluindo informações necessárias para planejar a avaliação fase 2 e, por último, identificar possíveis áreas de não conformidade com os Princípios e Critérios de Manejo Florestal do Cerflor. O objetivo da auditoria Fase 2 é:

- Determinação da conformidade do sistema de gestão do cliente, ou de parte desse sistema, com os critérios de auditoria;
- Avaliação da capacidade do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda aos requisitos estatutários, regulamentadores e contratuais;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda continuamente aos seus objetivos definidos;
- Conforme aplicável, identificação de áreas para possível melhoria do sistema de gestão.

Auditorias de recertificação são realizadas ao final do ciclo de validade do certificado, de forma a permitir a renovação da certificação do manejo florestal. O objetivo da auditoria de recertificação é confirmar a conformidade e a eficácia contínua do sistema de gestão, e a sua contínua relevância e aplicabilidade ao escopo de certificação. Incluindo os seguintes tópicos:

- A eficácia de todo o sistema, considerando mudanças internas e externas, e sua relevância e aplicabilidade contínuas ao escopo de certificação;
- Comprometimento demonstrado para manter a eficácia e melhoria do sistema de gestão, a fim de melhorar o desempenho global;
- A eficácia do sistema de gestão em relação a atingir os objetivos do cliente certificado e os resultados esperados do respectivo sistema de gestão.

A auditoria principal (Fase 2 e a de recertificação), objeto deste relatório, é baseada em um processo de amostragem da informação disponível. Um resumo público da avaliação inicial está disponível por e-mail, sempre que solicitado e também está disponível para consulta no website da Sysflor (www.sysflor.com.br).

Os critérios de auditoria são utilizados como referência para determinação da conformidade e consideram:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação Cerflor aplicáveis;
- Os processos definidos e a documentação do sistema de gestão desenvolvido pelo cliente.

A Sysflor convoca equipes interdisciplinares de especialistas em recursos naturais e outros peritos na área florestal para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. As equipes de avaliação coletam e analisam documentos e registros, conduzem entrevistas com os funcionários dos Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) e com partes interessadas e, realizam auditorias de campo e de escritório nas Unidades de Manejo Florestal (UMF) como parte da avaliação de certificação. Após completar a fase de levantamento das evidências, a equipe de auditoria da Sysflor determina a conformidade do EMF no atendimento aos Princípios e Critérios do Cerflor.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	2
SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO	5
1. INFORMAÇÕES GERAIS	5
1.1 Informações de Registro do Certificado	5
1.1.1 Informações gerais sobre a organização	5
1.1.2 Escopo do Certificado	5
1.2 Dados do manejo florestal	21
1.2.1 Floresta de Produção	21
1.2.2 Produtos	22
1.2.3 Áreas de Conservação	22
1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)	22
1.4 Informação Social	26
1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos	27
2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL	28
2.1. Plano de Manejo Florestal	28
2.2. Contexto Socioeconômico	29
2.3 Direito de Uso e Posse da Terra	30
3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO	30
3.1 Padrões utilizados	30
3.1.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO	30
3.1.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas	30
3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)	31
3.3. Processo de Avaliação	31
3.3.1. Etapas do processo de avaliação	31
3.3.2. Metodologia e estratégias empregadas	32
3.3.3 Determinação de Conformidade	32
3.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas	33
3.5. Cronograma e Equipe da Avaliação	33
3.5.1 Itinerário e Atividades de Avaliação	33
3.5.2 Tempo total dedicado à avaliação	41
3.5.3 Equipe de Avaliação	41

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	43
4.1 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis	43
4.2 Resumo das constatações da avaliação	88
4.3 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Abertas de Auditorias Anteriores	94
4.4 Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria identificadas na Auditoria de Certificação de 2019	108
5. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO	133
5.1 Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação	133
5.2 Decisão de Certificação da SysFlor	133

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Informações de Registro do Certificado

1.1.1 Informações gerais sobre a organização

Nome da Empresa	Suzano S.A. – Unidade Mucuri, BA		
Histórico da Empresa	<p>Em 1987 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose, uma joint venture formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava a implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil ton/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil ton/ano.</p> <p>Assim, a implantação do novo site, em Mucuri – Bahia, teve início em 1987 e seu startup ocorreu em março de 1992. Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose.</p> <p>Em 2005, a Suzano iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri, “Projeto Mucuri”, para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas. Em agosto de 2007 o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano, passando da produção de 1,35 milhões de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose.</p> <p>Em 16 de março de 2018 as empresas Suzano Papel e Celulose (SPC) e a Fibria anunciaram ao mercado a combinação de suas operações para a criação de uma nova companhia, a Suzano S.A.</p> <p>O grupo Suzano possui aproximadamente 37 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 90 anos em soluções inovadoras a partir do plantio de eucalipto, as quais permitam a substituição de matérias-primas de origem fóssil por fontes de origem renovável. A Unidade de Negócio Florestal da Suzano SA. em Mucuri/BA é responsável pela gestão do manejo florestal das áreas localizadas nos municípios de Alcobaca, Caravelas, Ibírapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda, no estado da Bahia e Nanuque e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais</p>		
Pessoa responsável pelo manejo	Marcelo Gomes da Silva Pereira		
Endereço	Sede na Rodovia BR-101, km 945,4 n 7 km. Zona Rural, no município de Mucuri – BA	Telefone	(12) 2128 1271
		Fax	
		e-mail	marcelo.pereira@suzano.com.br
		Website	www.suzano.com.br

1.1.2 Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas (ou multi-site)
	<input type="checkbox"/> Grupo	
Membros de Grupo (se aplicável)	0	
Número de UMFs no escopo do certificado	1	
Localização Geográfica das UMFs	Latitude & Longitude: 18.041464 S e 39.921178 W	
Área florestal total no escopo da certificação de manejo: Unidade: ha	<input checked="" type="checkbox"/>	

Manejo privado	355.877,57
Manejo estatal	-
Manejo comunitário	-
Divisão da UMF em unidades manejáveis:	
A Unidade de Manejo Florestal corresponde às florestas de eucaliptos da Suzano S.A., unidade Mucuri e está dividida em núcleos regionais, com administração específica. Os núcleos são compostos por diversas fazendas, que por sua vez, são divididas em áreas menores, denominados de UP (Unidades de Produção).	

Quadro 1.1.2 - Lista das propriedades no escopo de certificação

Projetos Fazendas	Município/estado	Área de Produção (ha)	Áreas de conservação (ha)	Infraestruturra (ha)	Área Total (ha)
Água Vermelha	Mucuri/BA	768,7	511,58	36,78	1.317,06
Alegria E Martinica do Norte	Mucuri/BA	169,97	262,64	46,12	478,73
Amaralina - MU	Mucuri/BA	159,09	163,90	12,59	335,58
Bandeirante	Nova Viçosa/BA	355,84	99,52	19,95	475,31
Bela Vista - TF	Teixeira de Freitas/BA	116,79	61,67	7,52	185,98
Bloco 01	Alcobaça/BA	1.463,52	800,70	102,29	2.366,51
Bloco 02	Caravelas/BA	3.339,30	2.548,34	216,94	6.104,58
Bloco 03	Alcobaça/BA	99,95	31,53	4,54	136,02
Bloco 04	Caravelas/BA	918,63	626,83	90,84	1.636,30
Bloco 05	Caravelas/BA	4.979,01	4.393,57	330,17	9.702,75
Bloco 06	Caravelas/BA	140,91	99,04	14,07	254,02
Bloco 07	Caravelas/BA	115,50	25,79	6,29	147,58
Bloco 09	Caravelas/BA	6.301,77	6.059,36	369,91	12.731,04
Bloco 13	Caravelas/BA	144,82	84,71	9,57	239,10
Bloco 13 Acz	Mucuri/BA	182,64	118,27	9,31	310,22
Bloco 14	Caravelas/BA	95,51	25,35	4,52	125,38
Bloco 15	Caravelas/BA	194,20	51,49	14,81	260,50
Bloco 16	Teixeira de Freitas/BA	11,94	21,87	17,72	51,53
Bloco 16 Acz	Mucuri/BA	17,75	12,91	2,07	32,73
Bloco 17	Caravelas/BA	2.104,35	1.305,72	145,74	3.555,81
Bloco 17 Acz	Mucuri/BA	96,67	77,23	7,45	181,35
Bloco 19	Teixeira de Freitas/BA	147,69	105,63	14,44	267,76
Bloco 20	Teixeira de Freitas/BA	446,63	219,81	37,03	703,47
Bloco 21	Caravelas/BA	702,65	390,22	44,91	1.137,78
Bloco 22	Caravelas/BA	709,54	300,37	43,53	1.053,44
Bloco 23	Caravelas/BA	245,25	84,06	12,12	341,43
Bloco 24	Caravelas/BA	281,91	131,29	14,12	427,32

Bloco 25	Caravelas/BA	1.803,44	1.199,22	111,82	3.114,48
Bloco 26	Caravelas/BA	185,82	273,78	20,87	480,47
Bloco 27	Nova Viçosa/BA	440,59	374,57	46,54	861,70
Bloco 28	Nova Viçosa/BA	67,95	28,43	6,11	102,49
Bloco 29	Nova Viçosa/BA	69,37	26,78	5,50	101,65
Bloco 32	Nova Viçosa/BA	1.560,59	1.044,81	101,46	2.706,86
Bloco 34	Nova Viçosa/BA	4.580,63	2.578,27	288,85	7.447,75
Bloco 35	Nova Viçosa/BA	1.691,37	662,44	163,37	2.517,18
Bloco 37	Nova Viçosa/BA	2.342,07	1.222,54	205,49	3.770,10
Bloco 38	Nova Viçosa/BA	916,04	489,46	78,16	1.483,66
Bloco 39	Nova Viçosa/BA	1.316,66	637,49	106,02	2.060,17
Bloco 40 NV	Nova Viçosa/BA	195,55	134,78	10,74	341,07
Bloco 41 CA	Ibirapuã/BA	26,92	127,23	1,51	155,66
Bloco 42 MU	Mucuri/BA	306,17	199,87	19,78	525,82
Bloco 43 MU	Mucuri/BA	1.288,80	448,97	84,95	1.822,72
Bloco 44 MU	Mucuri/BA	3.217,47	1.343,60	176,34	4.737,41
Bloco 46 AI	Alcobaça/BA	409,36	520,76	28,68	958,80
Bloco 47	Mucuri/BA	885,12	619,89	66,64	1.571,65
Bloco 48	Alcobaça/BA	737,31	504,68	38,52	1.280,51
Bloco 49 AI	Alcobaça/BA	282,03	207,55	22,29	511,87
Bloco 49 MU	Mucuri/BA	1.015,88	459,87	64,59	1.540,34
Bloco 50 AI	Alcobaça/BA	99,10	179,01	15,85	293,96
Bloco 51 AI	Alcobaça/BA	1.018,08	1.006,12	60,99	2.085,19
Bloco 51 MU	Mucuri/BA	4.341,89	2.020,86	275,8	6.638,55
Bloco 52 AI	Alcobaça/BA	0,00	1.348,42	56,51	1.404,93
Bloco 52 MU	Mucuri/BA	4,66	6,06	3,61	14,33
Bloco 54	Mucuri/BA	366,34	166,46	21,64	554,44
Bloco 55 MU	Mucuri/BA	108,31	30,02	4,59	142,92
Bloco 56	Mucuri/BA	2.405,68	1.212,19	170,61	3.788,48
Bloco 57	Mucuri/BA	599,12	605,72	55,00	1.259,84
Boa Esperança	Lajedão/BA	181,02	78,91	8,46	268,39
Boa Esperança - SPC	Caravelas/BA	291,49	88,52	14,74	394,75
Boa Nova - Pain	Medeiros Neto/BA	204,63	169,19	18,72	392,54
Boa Vista - Pain	Carlos Chagas/BA	115,62	114,93	8,56	239,11
Bom Jesus	Carlos Chagas/BA	941,74	1.394,72	110,83	2.447,29
Bom Sossego - SPC	Caravelas/BA	237,02	242,24	10,97	490,23
Bons Ventos	Teixeira de Freitas/BA	258,33	104,10	23,23	385,66
Brasília	Carlos Chagas/BA	3.008,21	4.844,66	304,4	8.157,27
Cajubi	Nanuque/MG	132,69	0,44	7,01	140,14
Campo Verde	Nanuque/MG	21,47	19,04	2,29	42,8
Campos Verdes - SPC	Caravelas/BA	213,57	104,62	17,06	335,25
Céu Azul	Teixeira de	596,76	311,55	67,63	975,94

	Freitas/BA				
Cinturão Verde	Mucuri/BA	237,40	135,23	24,68	397,31
Conjunto Bela Vista - SPC	Mucuri/BA	180,67	91,74	17,97	290,38
Conjunto Campo Verde	Nanuque/MG	115,38	112,57	20,06	248,01
Conjunto Canadá	Nova Viçosa/BA	1.683,04	693,92	100,83	2.477,79
Conjunto Monte Belo	Caravelas/BA	2.915,98	953,65	115,82	3.985,45
Conjunto Paredes	Mucuri/BA	216,73	449,58	16,58	682,89
Conquista Baiana - Pain	Medeiros Neto/BA	18,24	34,96	3,30	56,50
Córrego Do Meio	Mucuri/BA	162,29	36,13	5,13	203,55
Cri Cri - Leonel	Lajedão/BA	281,63	225,61	34,42	541,66
Didiquesa	Mucuri/BA	1.804,40	819,93	76,10	2.700,43
Dois Irmãos - Ondurman	Nanuque/MG	42,45	20,65	2,60	65,70
Duas Barras - SPC	Nova Viçosa/BA	272,45	92,77	12,78	378,00
Duquesa	Medeiros Neto/BA	157,27	157,13	16,79	331,19
Estância Bom Jesus	Teixeira de Freitas/BA	155,45	172,54	18,33	346,32
Estância Corcovado	Nova Viçosa/BA	1.333,57	673,24	114,23	2.121,04
Estância São Gabriel	Nanuque/MG	328,96	0,12	17,52	346,60
Fábrica celulose (Mucuri)	Mucuri/BA	5.507,05	2.973,84	967,94	9.448,83
Fazenda das Garças	Carlos Chagas/MG	179,55	552,46	21,26	753,27
Fazendinha	Carlos Chagas/MG	298,54	119,30	38,44	456,28
Felicidade da Família	Ibirapuã/BA	71,56	69,97	12,75	154,28
Floresta Azul	Caravelas/BA	71,08	57,04	8,15	136,27
G001	Nanuque/MG	820,81	243,76	30,81	1.095,38
G002	Nanuque/MG	833,09	171,8	44,37	1.049,26
	Nanuque/MG	4,34	4,92	0,77	10,03
G003	Nanuque/MG	33,55	3,64	2,05	39,24
G004	Nanuque/MG	466,91	395,05	31,14	893,10
	Nanuque/MG	5,32	12,23	1,62	19,17
G005	Nanuque/MG	368,29	318,70	18,50	705,49
	Nanuque/MG	118,88	122,09	9,41	250,38
G006	Carlos Chagas/MG	539,09	644,9	37,92	1.221,91
	Nanuque/MG	0,32	36,27	0,00	36,59
G007	Carlos Chagas/MG	446,72	489,17	59,28	995,17
G008	Carlos Chagas/MG	236,09	272,62	25,75	534,46
G009	Carlos Chagas/MG	541,83	476,18	53,52	1.071,53

	Nanuque/MG	0,00	5,31	0,00	5,31
G010	Carlos Chagas/MG	309,22	528,06	36,27	873,55
G011	Carlos Chagas/MG	366,26	430,70	50,74	847,70
G012	Carlos Chagas/MG	0,00	0,96	0,00	0,96
	Nanuque/MG	306,96	326,1	198,17	831,23
G013	Nanuque/MG	156,11	60,85	52,00	268,96
	Nanuque/MG	278,60	526,49	130,48	935,57
G014	Nanuque/MG	200,63	366,39	179,87	746,89
	Nanuque/MG	27,98	175,24	2,09	205,31
G015	Nanuque/MG	370,95	495,22	151,31	1.017,48
G016	Nanuque/MG	249,82	160,89	11,66	422,37
Gameleira e Panela	Mucuri/BA	957,77	423,43	46,96	1.428,16
Garrafa e Formiga	Mucuri/BA	443,88	113,45	30,28	587,61
Girassol	Carlos Chagas/MG	456,94	319,38	62,32	838,64
Gruta Linda	Caravelas/BA	67,95	29,38	2,51	99,84
Guadalajara	Caravelas/BA	22,65	10,56	3,29	36,50
Guanamby - Pain	Medeiros Neto/BA	370,73	207,22	29,74	607,69
Horto Contra Erva	Alcobaça/BA	314,29	87,01	18,30	419,60
Horto Palhal	Prado/BA	5.443,65	2.541,53	321,05	8.306,23
Horto Sombra da Tarde	Alcobaça/BA	794,75	473,35	48,32	1.316,42
Ibirapuera	Nanuque/MG	93,31	123,96	16,36	233,63
Imperial	Nanuque/MG	468,41	502,05	60,25	1.030,71
Itapuã - Ondurman	Nanuque/MG	429,37	226,73	24,27	680,37
Jasmim Branco	Mucuri/BA	239,32	73,95	29,11	342,38
Lajedinho	Lajedão/BA	279,94	153,84	14,06	447,84
Laranjeira - SPC	Caravelas/BA	133,39	41,67	3,35	178,41
Liberdade	Nova Viçosa/BA	62,01	31,71	8,07	101,79
M001	Nova Viçosa/BA	80,84	41,57	7,86	130,27
M004	Nova Viçosa/BA	48,22	9,93	3,51	61,66
M012	Nova Viçosa/BA	270,2	136,04	18,74	424,98
M014	Nova Viçosa/BA	173,32	36,56	13,26	223,14
M015	Nova Viçosa/BA	293,89	89,22	24,61	407,72
M016	Nova Viçosa/BA	188,64	78,78	20,23	287,65
M017	Nova Viçosa/BA	226,24	157,82	14,01	398,07
M018	Nova Viçosa/BA	234,08	155,45	18,44	407,97
M019	Nova Viçosa/BA	347,22	167,35	19,44	534,01
M020	Nova Viçosa/BA	257,46	68,96	12,91	339,33
M021	Nova Viçosa/BA	244,51	148,69	15,79	408,99
	Nova Viçosa/BA	70,51	27,66	8,14	106,31
M022	Nova Viçosa/BA	263,70	206,97	52,99	523,66
M023	Nova Viçosa/BA	373,75	293,16	23,30	690,21
M024	Nova Viçosa/BA	154,89	310,12	11,87	476,88
M025	Nova Viçosa/BA	340,28	117,09	16,44	473,81

M026	Nova Viçosa/BA	259,85	143,10	17,55	420,50
M027	Nova Viçosa/BA	527,98	194,26	21,04	743,28
M028	Nova Viçosa/BA	430,96	228,92	41,33	701,21
M029	Nova Viçosa/BA	310,22	129,98	43,97	484,17
M030	Nova Viçosa/BA	423,36	163,42	24,34	611,12
	Nova Viçosa/BA	4,22	4,53	0,00	8,75
M031	Nova Viçosa/BA	209,90	81,86	8,52	300,28
M032	Nova Viçosa/BA	157,27	41,38	8,14	206,79
M033	Nova Viçosa/BA	134,32	76,58	5,78	216,68
M034	Nova Viçosa/BA	155,84	99,23	11,07	266,14
M035	Nova Viçosa/BA	228,67	156,88	13,78	399,33
M036	Nova Viçosa/BA	235,05	206,34	13,08	454,47
M037	Nova Viçosa/BA	274,09	257,03	19,26	550,38
M038	Nova Viçosa/BA	168,23	379,25	16,86	564,34
M039	Nova Viçosa/BA	174,12	233,71	13,15	420,98
M040	Nova Viçosa/BA	209,67	124,28	13,25	347,20
M041	Nova Viçosa/BA	207,42	94,80	11,56	313,78
M042	Nova Viçosa/BA	346,62	200,37	28,77	575,76
M043	Nova Viçosa/BA	378,91	208,28	37,07	624,26
M044	Caravelas/BA	0,00	6,97	0,00	6,97
	Nova Viçosa/BA	319,61	208,38	22,17	550,16
	Caravelas/BA	0,00	1,14	0,00	1,14
	Nova Viçosa/BA	98,95	254,38	8,55	361,88
M046	Nova Viçosa/BA	177,46	170,99	21,82	370,27
M047	Nova Viçosa/BA	207,53	91,77	20,52	319,82
M048	Nova Viçosa/BA	247,39	79,00	14,74	341,13
M099	Nova Viçosa/BA	114,31	41,65	6,63	162,59
M114	Caravelas/BA	166,73	101,38	10,33	278,44
	Caravelas/BA	27,80	16,99	0,97	45,76
M115	Nova Viçosa/BA	29,11	84,86	29,33	143,30
M116	Nova Viçosa/BA	101,92	36,53	8,14	146,59
M117	Nova Viçosa/BA	218,48	190,45	60,58	469,51
M118	Caravelas/BA	37,53	42,90	3,20	83,63
M119	Caravelas/BA	0,00	1,08	0,00	1,08
	Nova Viçosa/BA	56,02	70,49	3,60	130,11
M123	Nova Viçosa/BA	81,46	34,15	36,21	151,82
M124	Nova Viçosa/BA	369,82	113,56	31,75	515,13
M125	Nova Viçosa/BA	209,02	223,63	16,88	449,53
M130	Nova Viçosa/BA	256,25	88,87	19,88	365,00
M131	Nova Viçosa/BA	329,85	244,71	14,67	589,23
M132	Caravelas/BA	0,00	0,58	0,00	0,58
	Nova Viçosa/BA	287,63	273,98	14,35	575,96
	Caravelas/BA	0,00	0,85	0,00	0,85
	Nova Viçosa/BA	230,87	123,00	12,75	366,62
M134	Nova Viçosa/BA	299,89	109,65	15,02	424,56
M153	Mucuri/BA	207,49	153,64	20,38	381,51

M154	Mucuri/BA	499,10	89,05	31,98	620,13
M155	Mucuri/BA	279,74	56,45	16,73	352,92
M156	Mucuri/BA	174,06	57,06	8,68	239,80
M157	Nova Viçosa/BA	331,32	215,49	28,57	575,38
M158	Nova Viçosa/BA	103,88	72,76	8,20	184,84
M159	Caravelas/BA	0,00	1,19	0,00	1,19
	Nova Viçosa/BA	31,20	165,82	1,90	198,92
M160	Caravelas/BA	0,00	5,27	0,00	5,27
	Nova Viçosa/BA	118,61	371,33	17,71	507,65
M161	Nova Viçosa/BA	307,20	238,75	19,78	565,73
M162	Mucuri/BA	226,07	60,77	15,94	302,78
M163	Mucuri/BA	82,85	66,59	32,48	181,92
M164	Mucuri/BA	277,24	135,16	41,78	454,18
M165	Mucuri/BA	193,51	97,94	20,15	311,60
M166	Nova Viçosa/BA	247,73	165,29	13,93	426,95
M167	Mucuri/BA	129,76	167,76	10,09	307,61
M168	Mucuri/BA	31,74	142,22	5,76	179,72
M194	Nova Viçosa/BA	79,59	19,43	4,48	103,50
M196	Nova Viçosa/BA	29,07	12,04	2,14	43,25
M197	Ibirapuã/BA	91,47	55,88	4,67	152,02
	Nova Viçosa/BA	0,00	0,75	0,00	0,75
M209	Nova Viçosa/BA	206,32	161,47	15,48	383,27
M217	Nova Viçosa/BA	14,48	25,15	1,73	41,36
M218	Nova Viçosa/BA	15,00	9,68	1,03	25,71
M219	Nova Viçosa/BA	16,51	0,26	0,82	17,59
	Nova Viçosa/BA	189,79	68,56	20,68	279,03
M220	Nova Viçosa/BA	313,13	82,43	25,40	420,96
M221	Nova Viçosa/BA	215,27	102,08	14,30	331,65
M222	Nova Viçosa/BA	28,34	30,67	1,45	60,46
M224	Nova Viçosa/BA	17,96	33,19	2,76	53,91
M225	Nova Viçosa/BA	45,93	28,97	1,75	76,65
M360	Nova Viçosa/BA	168,95	84,64	8,25	261,84
M361	Nova Viçosa/BA	255,38	165,05	21,71	442,14
M362	Nova Viçosa/BA	103,05	88,22	4,63	195,90
M363	Nova Viçosa/BA	116,08	90,73	6,85	213,66
M364	Nova Viçosa/BA	154,49	45,33	8,98	208,8
M365	Nova Viçosa/BA	259,04	99,69	11,47	370,20
	Nova Viçosa/BA	56,21	25,99	2,62	84,82
	Nova Viçosa/BA	155,08	87,24	10,32	252,64
	Nova Viçosa/BA	127,35	30,56	3,92	161,83
M367	Nova Viçosa/BA	272,21	89,27	20,99	382,47
M368	Mucuri/BA	122,96	49,58	8,39	180,93
	Mucuri/BA	113,6	53,84	10,62	178,06
M369	Mucuri/BA	173,01	126,83	13,14	312,98
M370	Mucuri/BA	66,40	91,57	6,78	164,75
	Nova Viçosa/BA	0,00	21,55	0,00	21,55

	Mucuri/BA	215,47	104,18	9,09	328,74
	Nova Viçosa/BA	0,00	4,64	0,00	4,64
	Mucuri/BA	277,84	102,64	18,84	399,32
M371	Mucuri/BA	131,51	35,13	4,98	171,62
M372	Mucuri/BA	220,02	63,99	8,63	292,64
	Mucuri/BA	129,15	53,11	6,18	188,44
M373	Mucuri/BA	155,36	113,30	6,05	274,71
M374	Mucuri/BA	292,46	384,34	28,95	705,75
M375	Mucuri/BA	137,29	262,98	18,62	418,89
M376	Nova Viçosa/BA	83,85	16,44	3,24	103,53
M400	Mucuri/BA	135,05	39,22	8,52	182,79
M401	Mucuri/BA	276,07	58,07	19,94	354,08
M402	Mucuri/BA	162,28	43,93	8,61	214,82
M403	Mucuri/BA	13,40	4,87	1,01	19,28
M404	Mucuri/BA	338,34	111,16	25,69	475,19
	Mucuri/BA	118,57	33,26	6,28	158,11
M405	Mucuri/BA	236,83	102,67	16,33	355,83
M406	Mucuri/BA	341,42	110,25	15,55	467,22
M407	Mucuri/BA	283,54	121,58	17,34	422,46
M408	Mucuri/BA	492,95	99,41	19,16	611,52
M409	Mucuri/BA	258,09	47,76	12,79	318,64
M410	Mucuri/BA	468,23	99,72	15,48	583,43
M411	Mucuri/BA	277,40	87,62	13,55	378,57
M412	Mucuri/BA	208,46	65,56	16,51	290,53
M413	Mucuri/BA	291,76	59,78	14,80	366,34
M414	Mucuri/BA	259,90	66,17	13,07	339,14
M415	Mucuri/BA	196,52	50,93	16,99	264,44
M416	Mucuri/BA	243,07	97,62	28,21	368,9
M417	Mucuri/BA	270,96	83,50	13,93	368,39
M418	Mucuri/BA	98,34	7,78	5,77	111,89
M419	Mucuri/BA	219,23	71,53	11,75	302,51
M420	Mucuri/BA	347,87	74,97	19,69	442,53
M421	Mucuri/BA	424,60	103,06	29,98	557,64
M422	Mucuri/BA	35,71	10,97	6,26	52,94
M423	Mucuri/BA	264,10	65,91	14,16	344,17
M424	Mucuri/BA	118,56	35,34	7,14	161,04
M425	Mucuri/BA	21,90	6,40	2,28	30,58
M426	Mucuri/BA	5,85	0,88	0,31	7,04
M427	Mucuri/BA	281,47	170,99	15,38	467,84
M428	Mucuri/BA	156,53	446,73	14,59	617,85
M500	Caravelas/BA	0,00	233,40	0,00	233,4
M608	Caravelas/BA	2,28	2,22	0,65	5,15
	Nova Viçosa/BA	16,18	4,74	3,81	24,73
	Caravelas/BA	67,54	112,96	4,86	185,36
M613	Nova Viçosa/BA	95,69	85,67	16,40	197,76
	Nova Viçosa/BA	85,58	39,99	10,57	136,14

M614	Mucuri/BA	136,06	47,33	15,05	198,44
	Nova Viçosa/BA	0,00	13,54	0,00	13,54
M616	Nova Viçosa/BA	70,53	49,72	4,87	125,12
	Nova Viçosa/BA	234,46	130,94	18,68	384,08
M617	Nova Viçosa/BA	15,44	25,00	23,42	63,86
M633	Nova Viçosa/BA	18,39	6,67	0,84	25,9
M642	Nova Viçosa/BA	92,48	72,70	7,64	172,82
M643	Nova Viçosa/BA	34,30	18,82	13,34	66,46
	Nova Viçosa/BA	261,52	105,19	22,39	389,10
M644	Nova Viçosa/BA	118,06	178,85	14,59	311,50
M666	Nova Viçosa/BA	14,72	20,38	1,14	36,24
M667	Mucuri/BA	163,44	58,90	8,09	230,43
	Nova Viçosa/BA	0,00	0,22	0,00	0,22
	Mucuri/BA	177,58	76,35	19,14	273,07
	Nova Viçosa/BA	141,59	193,64	0,00	335,23
M668	Nova Viçosa/BA	53,97	30,37	3,51	87,85
M669	Caravelas/BA	130,20	103,48	4,24	237,92
M676	Mucuri/BA	308,04	149,35	16,03	473,42
M677	Nova Viçosa/BA	19,27	1,08	1,10	21,45
M678	Nova Viçosa/BA	17,20	2,60	1,01	20,81
M696	Nova Viçosa/BA	84,93	55,32	11,43	151,68
M697	Nova Viçosa/BA	135,24	73,5	15,13	223,87
M700	Nova Viçosa/BA	237,61	65,75	16,60	319,96
M705	Nova Viçosa/BA	169,89	92,99	12,61	275,49
	Nova Viçosa/BA	72,52	21,23	4,31	98,06
M723	Caravelas/BA	0,00	2,31	0,00	2,31
	Nova Viçosa/BA	157,00	63,85	25,32	246,17
M725	Caravelas/BA	41,22	40,91	3,76	85,89
M759	Mucuri/BA	29,05	16,86	1,83	47,74
M760	Mucuri/BA	24,94	0,16	0,87	25,97
M800	Nova Viçosa/BA	7,56	0,00	34,02	41,58
Maria da Penha	Prado/BA	671,58	429,01	45,32	1.145,91
Marleuza	Caravelas/BA	178,45	130,67	11,08	320,2
Martinica	Mucuri/BA	564,02	645,73	65,80	1.275,55
Modelo	Caravelas/BA	168,15	115,14	9,25	292,54
Monte Das Oliveiras	Caravelas/BA	351,79	143,8	17,29	512,88
Monte Líbano - Pain	Carlos Chagas/MG	298,27	470,65	22,26	791,18
Mucuripe - Ondurman	Nanuque/MG	52,83	49,08	2,24	104,15
Nova Holanda	Nanuque/MG	91,41	112,72	6,79	210,92
Nova Lima - Pain	Carlos Chagas/MG	190,20	195,43	15,77	401,4
Pampam	Umburatiba/MG	1.311,30	1.054,45	115,26	2.481,01
Paraíso - SPC	Mucuri/BA	67,71	32,32	7,69	107,72
Paris	Ibirapuã/BA	1.405,91	954,09	61,92	2.421,92

Pedra Azul I	Nova Viçosa/BA	625,21	299,58	38,48	963,27
Pedra Azul II	Ibirapuã/BA	423,34	226,90	17,93	668,17
Pedra Azul III	Nova Viçosa/BA	132,52	57,80	17,01	207,33
Pedra Azul IV	Caravelas/BA	721,83	299,08	42,05	1.062,96
Pedra Azul VI	Teixeira de Freitas/BA	185,70	53,31	10,73	249,74
	Vereda/BA	193,89	113,41	13,03	320,33
Pioneira - SPC	Nova Viçosa/BA	164,83	94,35	30,39	289,57
Pouso Alegre	Mucuri/BA	380,14	152,87	26,58	559,59
Primeiro De Maio	Nanuque/MG	40,41	7,84	6,29	54,54
Providência	Mucuri/BA	77,97	43,72	14,58	136,27
Rainha do Sul	Mucuri/BA	986,11	500,84	85,15	1.572,10
Reserva	Nanuque/MG	372,62	310,02	22,48	705,12
Reunidas Gameleira E Liberdade	Caravelas/BA	324,41	177,30	12,13	513,84
	Caravelas/BA	1.497,93	865,14	80,63	2.443,70
Riacho Doce - SPC	Mucuri/BA	696,72	203,05	55,72	955,49
Riacho Fundo	Ibirapuã/BA	120,34	65,82	5,22	191,38
Rio Do Sul	Mucuri/BA	1.560,05	838,48	75,93	2.474,46
Sabiá	Mucuri/BA	122,82	14,68	6,83	144,33
Santa Helena	Nanuque/MG	412,70	0,00	0,00	412,70
Santa Maria - Pain	Carlos Chagas/MG	302,13	294,00	44,08	640,21
Santa Maria - Pain	Carlos Chagas/MG	7,22	162,81	26,21	196,24
Santa Rita - SPC	Caravelas/BA	1.698,99	841,1	118,51	2.658,60
Santo Antônio NA - Ondurman	Nanuque/MG	59,37	26,99	3,50	89,86
Santo Antônio-CA	Caravelas/BA	63,04	40,77	4,30	108,11
São Judas Tadeu	Lajedão/BA	303,75	99,07	19,87	422,69
São Lourenço	Carlos Chagas/MG	32,36	10,70	1,83	44,89
	Carlos Chagas/MG	26,34	16,52	2,47	45,33
	Carlos Chagas/MG	30,77	10,34	3,92	45,03
	Umburatiba/MG	268,55	843,98	38,99	1.151,52
Sapucaeira	Mucuri/BA	578,66	993,39	45,73	1.617,78
Sempre Viva	Caravelas/BA	95,86	108,27	8,86	212,99
Sumaré	Carlos Chagas/BA	105,17	312,85	13,53	431,55
T006	Alcobaça/BA	84,96	101,16	7,15	193,27
T007	Caravelas/BA	64,75	96,46	37,42	198,63
T009	Alcobaça/BA	15,65	184,28	6,98	206,91
T049	Caravelas/BA	307,57	99,58	14,02	421,17
T050	Caravelas/BA	665,08	267,58	27,60	960,26
T051	Caravelas/BA	653,80	135,09	23,18	812,07
	Caravelas/BA	90,57	110,12	4,82	205,51
T052	Caravelas/BA	422,64	121,82	20,62	565,08
T053	Caravelas/BA	423,32	90,98	18,31	532,61

T054	Caravelas/BA	220,39	46,18	11,38	277,95
T055	Caravelas/BA	496,98	154,64	28,38	680,00
T056	Caravelas/BA	163,51	166,54	17,50	347,55
T057	Caravelas/BA	281,23	236,69	17,08	535,00
T058	Caravelas/BA	209,97	61,58	13,38	284,93
T059	Caravelas/BA	209,30	69,35	15,21	293,86
T060	Caravelas/BA	125,78	108,31	8,26	242,35
T061	Caravelas/BA	180,60	55,84	7,01	243,45
T062	Caravelas/BA	225,39	143,8	14,71	383,90
T063	Caravelas/BA	188,25	109,92	14,21	312,38
T064	Caravelas/BA	243,06	117,72	13,96	374,74
T065	Caravelas/BA	322,87	101,75	14,92	439,54
T066	Caravelas/BA	231,89	67,26	12,44	311,59
T067	Alcobaça/BA	96,66	68,57	47,63	212,86
	Caravelas/BA	5,89	0,81	0,00	6,70
	Alcobaça/BA	57,10	31,65	4,33	93,08
T068	Alcobaça/BA	111,16	67,65	8,60	187,41
	Caravelas/BA	32,29	18,10	0,00	50,39
T069	Alcobaça/BA	166,77	240,05	14,34	421,16
	Caravelas/BA	34,40	12,02	2,46	48,88
	Alcobaça/BA	66,57	40,95	4,51	112,03
T070	Alcobaça/BA	238,72	150,42	11,74	400,88
	Alcobaça/BA	86,97	94,10	5,05	186,12
T071	Alcobaça/BA	269,12	177,85	18,38	465,35
	Alcobaça/BA	58,89	14,23	4,29	77,41
T072	Alcobaça/BA	150,59	107,7	19,1	277,39
	Caravelas/BA	124,83	75,47	0,46	200,76
	Alcobaça/BA	18,74	43,42	3,51	65,67
	Caravelas/BA	13,65	18,74	0,00	32,39
T073	Alcobaça/BA	198,37	162,62	13,44	374,43
T074	Alcobaça/BA	321,05	122,69	18,21	461,95
T075	Alcobaça/BA	84,34	153,82	5,91	244,07
	Caravelas/BA	0,00	0,2	0,00	0,20
	Alcobaça/BA	95,64	60,91	4,68	161,23
	Caravelas/BA	32,19	8,00	0,00	40,19
T076	Alcobaça/BA	226,32	126,16	10,91	363,39
	Alcobaça/BA	19,37	16,37	2,02	37,76
T077	Alcobaça/BA	183,70	88,38	12,61	284,69
T078	Alcobaça/BA	294,18	182,38	21,59	498,15
T079	Alcobaça/BA	5,38	10,69	1,19	17,26
	Alcobaça/BA	170,42	49,22	11,08	230,72
T080	Alcobaça/BA	127,24	17,67	5,48	150,39
T081	Alcobaça/BA	232,86	160,41	12,70	405,97
T082	Alcobaça/BA	302,18	174,94	16,78	493,90
T083	Alcobaça/BA	271,93	182,87	14,71	469,51
T084	Alcobaça/BA	300,71	198,31	20,61	519,63

T085	Alcobaça/BA	257,12	88,56	16,83	362,51
	Caravelas/BA	127,57	92,41	1,67	221,65
T086	Alcobaça/BA	116,94	56,15	13,23	186,32
	Caravelas/BA	56,89	86,05	0,00	142,94
T087	Alcobaça/BA	40,96	12,21	0,00	53,17
	Caravelas/BA	172,38	237,99	17,87	428,24
T088	Alcobaça/BA	125,67	52,08	23,64	201,39
	Caravelas/BA	65,83	127,08	1,01	193,92
T089	Alcobaça/BA	153,33	171,98	61,47	386,78
T090	Alcobaça/BA	330,77	140,05	14,20	485,02
	Alcobaça/BA	21,34	6,29	1,41	29,04
T091	Alcobaça/BA	179,23	74,14	10,70	264,07
	Alcobaça/BA	76,26	46,49	5,48	128,23
T092	Alcobaça/BA	279,56	131,28	18,70	429,54
	Alcobaça/BA	12,16	5,51	0,83	18,50
T093	Alcobaça/BA	156,31	167,05	10,30	333,66
	Alcobaça/BA	84,11	62,52	5,46	152,09
T094	Alcobaça/BA	27,79	38,39	2,09	68,27
	Alcobaça/BA	54,59	265,94	2,64	323,17
T095	Alcobaça/BA	96,79	167,9	21,31	286,00
	Alcobaça/BA	31,48	3,47	0,76	35,71
T096	Alcobaça/BA	41,38	273,32	2,56	317,26
	Alcobaça/BA	0,00	170,65	0,00	170,65
T097	Alcobaça/BA	0,00	32,05	0,02	32,07
	Alcobaça/BA	0,00	245,56	0,89	246,45
T098	Alcobaça/BA	215,25	189,53	17,84	422,62
T100	Alcobaça/BA	153,86	455,05	10,42	619,33
T101	Caravelas/BA	187,85	133,43	14,19	335,47
T102	Caravelas/BA	42,50	9,8	3,25	55,55
T103	Caravelas/BA	33,76	15,24	1,18	50,18
T104	Caravelas/BA	207,09	89,98	16,16	313,23
T105	Caravelas/BA	78,40	10,75	22,38	111,53
T106	Caravelas/BA	160,17	101,09	4,90	266,16
	Caravelas/BA	73,01	95,58	4,65	173,24
T107	Caravelas/BA	241,17	67,85	18,82	327,84
T108	Caravelas/BA	378,99	158,94	42,25	580,18
T109	Caravelas/BA	266,69	181,01	94,17	541,87
T110	Caravelas/BA	407,55	149,29	22,61	579,45
T111	Caravelas/BA	148,77	27,69	11,10	187,56
T112	Caravelas/BA	118,75	57,15	8,69	184,59
	Teixeira de Freitas/BA	32,33	5,81	0,92	39,06
T113	Caravelas/BA	118,12	73,08	9,44	200,64
	Caravelas/BA	36,52	12,59	3,28	52,39
T151	Caravelas/BA	93,42	39,93	7,99	141,34
	Caravelas/BA	50,54	17,41	25,82	93,77

T152	Alcobaça/BA	130,74	70,15	6,29	207,18
T169	Alcobaça/BA	223,69	190,03	13,52	427,24
T170	Alcobaça/BA	265,00	194,85	24,63	484,48
T171	Alcobaça/BA	171,13	259,48	18,26	448,87
T172	Alcobaça/BA	300,34	91,19	19,83	411,36
	Prado/BA	39,72	41,51	6,04	87,27
T173	Alcobaça/BA	293,76	178,97	19,77	492,5
T174	Alcobaça/BA	22,32	44,29	4,38	70,99
T175	Alcobaça/BA	364,51	147,59	17,06	529,16
T176	Alcobaça/BA	338,88	91,48	26,51	456,87
T177	Alcobaça/BA	451,91	145,28	25,53	622,72
T178	Alcobaça/BA	174,00	229,3	15,65	418,95
T179	Alcobaça/BA	369,68	193,21	18,66	581,55
T180	Alcobaça/BA	174,20	42,61	9,75	226,56
T181	Alcobaça/BA	398,55	161,01	21,55	581,11
	Prado/BA	0,00	0,33	0,00	0,33
T182	Alcobaça/BA	366,99	95,68	23,18	485,85
T183	Alcobaça/BA	124,61	233,30	13,54	371,45
	Alcobaça/BA	0,00	202,36	4,05	206,41
T184	Alcobaça/BA	158,84	88,33	41,71	288,88
	Prado/BA	27,94	45,59	0,00	73,53
T185	Alcobaça/BA	105,84	474,51	7,10	587,45
T186	Alcobaça/BA	246,25	414,12	13,76	674,13
T187	Alcobaça/BA	244,18	247,11	19,56	510,85
T188	Caravelas/BA	385,32	171,60	21,65	578,57
T189	Caravelas/BA	347,26	157,95	26,58	531,79
T190	Caravelas/BA	311,62	136,85	17,99	466,46
T198	Caravelas/BA	141,24	49,53	8,95	199,72
T199	Alcobaça/BA	217,12	148,75	14,12	379,99
T200	Caravelas/BA	294,06	105,62	39,97	439,65
T201	Caravelas/BA	194,02	98,21	14,68	306,91
T202	Caravelas/BA	125,41	34,32	6,75	166,48
	Caravelas/BA	27,92	19,88	2,54	50,34
T203	Caravelas/BA	144,24	339,23	15,36	498,83
T204	Caravelas/BA	189,72	373,33	16,64	579,69
T205	Caravelas/BA	16,26	202,69	2,30	221,25
T206	Alcobaça/BA	337,02	116,79	23,80	477,61
T207	Alcobaça/BA	296,32	159,49	22,67	478,48
	Alcobaça/BA	34,34	7,13	0,91	42,38
T208	Caravelas/BA	101,64	50,72	5,40	157,76
T212	Alcobaça/BA	319,83	214,15	41,20	575,18
T213	Alcobaça/BA	37,28	64,25	7,26	108,79
T214	Caravelas/BA	383,97	135,71	21,35	541,03
T216	Caravelas/BA	38,18	17,27	1,72	57,17
T226	Caravelas/BA	242,58	143,13	14,51	400,22
T227	Caravelas/BA	50,68	45,32	2,86	98,86

T228	Caravelas/BA	23,15	35,72	2,25	61,12
T600	Alcobaça/BA	397,51	272,86	33,60	703,97
T601	Alcobaça/BA	48,59	15,92	5,06	69,57
T602	Caravelas/BA	58,26	61,10	4,91	124,27
	Caravelas/BA	15,84	8,97	1,03	25,84
T603	Caravelas/BA	74,17	26,24	3,02	103,43
T604	Caravelas/BA	2,36	7,75	0,93	11,04
	Caravelas/BA	563,09	262,83	40,45	866,37
T605	Caravelas/BA	29,59	10,60	2,09	42,28
	Caravelas/BA	105,46	35,93	6,05	147,44
T606	Alcobaça/BA	192,91	140,96	1,50	335,37
	Caravelas/BA	280,27	141,00	34,1	455,37
	Caravelas/BA	16,41	4,79	0,76	21,96
T607	Caravelas/BA	537,98	209,42	46,62	794,02
	Caravelas/BA	154,82	77,99	8,77	241,58
T615	Caravelas/BA	73,31	16,50	4,04	93,85
T620	Caravelas/BA	128,14	97,69	5,74	231,57
T634	Caravelas/BA	96,31	83,40	6,38	186,09
	Caravelas/BA	124,52	122,44	9,18	256,14
T635	Alcobaça/BA	6,09	12,68	0,78	19,55
	Caravelas/BA	169,16	89,06	24,36	282,58
	Teixeira de Freitas/BA	33,04	13,47	0,45	46,96
	Caravelas/BA	322,44	238,02	24,86	585,32
T636	Caravelas/BA	255,00	143,09	1,18	399,27
	Teixeira de Freitas/BA	72,26	53,82	19,16	145,24
	Caravelas/BA	14,04	12,54	0,00	26,58
	Teixeira de Freitas/BA	235,08	132,91	22,06	390,05
T637	Teixeira de Freitas/BA	49,02	21,73	4,31	75,06
	Teixeira de Freitas/BA	174,01	168,24	63,51	405,76
T645	Alcobaça/BA	0,00	13,71	0,04	13,75
	Alcobaça/BA	106,17	52,15	5,57	163,89
T646	Alcobaça/BA	307,39	152,91	25,10	485,40
	Alcobaça/BA	360,68	194,44	29,60	584,72
T647	Alcobaça/BA	591,43	301,16	36,42	929,01
	Alcobaça/BA	58,81	69,92	8,38	137,11
T648	Alcobaça/BA	558,73	361,55	30,28	950,56
T649	Alcobaça/BA	486,60	365,94	25,65	878,19
T650	Alcobaça/BA	626,29	289,52	41,16	956,97
T651	Alcobaça/BA	474,24	176,04	120,76	771,04
T652	Alcobaça/BA	616,15	375,9	36,48	1.028,53
T653	Alcobaça/BA	215,60	473,44	188,83	877,87

T654	Alcobaça/BA	467,52	252,00	55,42	774,94
T655	Alcobaça/BA	523,93	420,89	34,28	979,10
T656	Alcobaça/BA	657,51	278,60	36,70	972,81
T657	Alcobaça/BA	100,75	24,33	13,48	138,56
	Alcobaça/BA	552,30	223,31	42,27	817,88
T659	Alcobaça/BA	390,69	506,45	11,47	908,61
T660	Alcobaça/BA	519,51	337,71	46,09	903,31
T661	Alcobaça/BA	413,40	263,25	27,23	703,88
	Alcobaça/BA	137,32	61,84	9,76	208,92
T662	Alcobaça/BA	801,10	66,37	66,34	933,81
	Prado/BA	81,31	0,00	5,16	86,47
	Vereda/BA	166,83	0,00	10,56	177,39
	Alcobaça/BA	36,28	30,59	5,75	72,62
T663	Alcobaça/BA	777,58	56,90	15,03	849,51
T664	Caravelas/BA	103,45	82,10	3,99	189,54
T665	Caravelas/BA	222,83	99,80	11,76	334,39
T679	Caravelas/BA	330,26	268,94	21,56	620,76
	Caravelas/BA	239,92	100,10	17,01	357,03
T680	Caravelas/BA	476,52	225,24	47,97	749,73
	Caravelas/BA	31,92	30,20	2,01	64,13
T681	Caravelas/BA	62,49	19,03	4,38	85,90
T682	Alcobaça/BA	137,38	126,65	12,04	276,07
T683	Alcobaça/BA	35,57	193,91	76,55	306,03
T685	Alcobaça/BA	68,34	37,49	40,69	146,52
T686	Alcobaça/BA	82,41	24,48	12,36	119,25
T687	Alcobaça/BA	118,8	78,55	51,77	249,12
	Alcobaça/BA	119,87	73,73	103,97	297,57
T688	Alcobaça/BA	280,90	365,46	39,78	686,14
	Prado/BA	16,20	30,72	0,00	46,92
T689	Alcobaça/BA	83,53	111,31	3,15	197,99
T690	Alcobaça/BA	87,23	29,22	23,55	140,00
T691	Alcobaça/BA	27,04	22,66	9,56	59,26
T692	Alcobaça/BA	48,06	30,81	1,64	80,51
T693	Alcobaça/BA	110,76	162,45	14,46	287,67
T694	Alcobaça/BA	0,00	2,77	0,00	2,77
	Teixeira de Freitas/BA	231,99	236,78	26,43	495,2
	Alcobaça/BA	0,00	1,84	0,00	1,84
	Teixeira de Freitas/BA	0,00	1,22	0,00	1,22
T695	Caravelas/BA	81,59	59,84	6,57	148,00
T699	Alcobaça	520,05	135,45	47,28	702,78
	Teixeira de Freitas/BA	105,57	4,81	101,99	212,37
	Alcobaça/BA	203,68	59,75	12,57	276,00
	Teixeira de	42,18	46,51	1,41	90,10

	Freitas/BA				
T701	Alcobaça/BA	67,17	700,26	10,47	777,90
T703	Caravelas/BA	61,77	26,93	6,29	94,99
T706	Caravelas/BA	240,49	174,26	17,21	431,96
T707	Caravelas/BA	56,34	44,54	5,07	105,95
	Caravelas/BA	122,29	34,72	6,39	163,40
T708	Teixeira de Freitas/BA	687,73	344,19	38,08	1.070,00
T709	Teixeira de Freitas/BA	463,91	356,57	31,02	851,5
T710	Teixeira de Freitas/BA	169,87	128,15	5,80	303,82
	Vereda	479,51	416,38	33,60	929,49
T711	Teixeira de Freitas/BA	20,91	228,11	0,00	249,02
	Vereda	205,50	424,69	13,14	643,33
T712	Teixeira de Freitas/BA	161,48	995,38	15,91	1.172,77
	Vereda/BA	42,03	146,14	0,00	188,17
T713	Vereda/BA	260,80	642,81	16,12	919,73
T714	Prado/BA	3,06	6,40	0,22	9,68
	Alcobaça/BA	103,26	356,17	8,17	467,60
	Prado/BA	299,43	239,16	35,07	573,66
T715	Alcobaça/BA	125,97	107,86	5,82	239,65
	Alcobaça/BA	0,00	0,00	0,50	0,50
	Prado/BA	27,95	5,70	3,31	36,96
	Alcobaça/BA	146,65	245,09	13,70	405,44
	Prado/BA	90,77	17,02	6,53	114,32
T716	Caravelas/BA	36,45	49,14	3,95	89,54
	Caravelas/BA	128,86	41,97	10,58	181,41
T718	Caravelas/BA	525,36	330,29	53,63	909,28
	Caravelas/BA	218,25	91,8	18,49	328,54
T719	Caravelas/BA	306,34	140,78	39,16	486,28
	Caravelas/BA	334,58	138,87	25,38	498,83
T721	Caravelas/BA	95,92	39,11	10,72	145,75
T722	Caravelas/BA	118,31	66,38	11,49	196,18
T726	Caravelas/BA	351,08	147,02	20,81	518,91
	Caravelas/BA	88,56	43,54	6,28	138,38
T727	Alcobaça/BA	63,00	20,54	5,77	89,31
T728	Alcobaça/BA	15,19	12,45	2,67	30,31
T729	Alcobaça/BA	197,16	51,94	17,14	266,24
	Alcobaça/BA	138,36	56,60	56,32	251,28
T730	Alcobaça/BA	50,76	15,80	5,29	71,85
	Prado/BA	2,00	8,56	4,95	15,51
T731	Alcobaça/BA	69,48	381,48	33,46	484,42
	Alcobaça/BA	0,00	22,57	3,32	25,89

T732	Caravelas/BA	27,03	6,93	1,04	35,00
	Caravelas/BA	10,59	16,99	0,82	28,40
T733	Caravelas/BA	283,74	59,30	43,71	386,75
T734	Caravelas/BA	428,31	209,21	25,49	663,01
T735	Caravelas/BA	68,60	40,20	6,25	115,05
	Caravelas/BA	26,67	6,86	1,67	35,20
T737	Caravelas/BA	12,62	12,71	0,98	26,31
T738	Caravelas/BA	95,24	45,70	4,34	145,28
T739	Caravelas	150,80	127,67	30,71	309,18
T740	Teixeira de Freitas/BA	145,68	56,83	10,72	213,23
T741	Alcobaça/BA	287,65	164,11	19,23	470,99
T745	Alcobaça/BA	96,41	54,39	7,01	157,81
T746	Alcobaça/BA	240,59	242,99	24,98	508,56
	Prado/BA	148,88	162,99	33,66	345,53
T748	Teixeira de Freitas/BA	182,67	166,95	29,81	379,43
T749	Alcobaça/BA	33,67	36,42	4,63	74,72
T751	Caravelas/BA	37,29	16,16	0,00	53,45
	Teixeira de Freitas/BA	45,58	32,67	5,82	84,07
T752	Caravelas/BA	0,00	237,82	1,69	239,51
T753	Alcobaça/BA	85,90	47,87	6,50	140,27
T758	Caravelas/BA	29,76	27,19	3,00	59,95
Taruman	Nanuque/MG	322,24	42,82	16,47	381,53
Tesouro	Nanuque/MG	125,40	94,15	23,54	243,09
Tio Patinhas	Carlos Chagas/MG	91,29	33,69	8,25	133,23
Três Irmãos	Nanuque/MG	178,41	0,00	18,14	196,55
Três Rios	Caravelas/BA	2.012,03	1.264,90	109,35	3.386,28
Vereda Bonita	Caravelas/BA	2.412,20	1.135,30	121,28	3.668,78
Vista Alegre CA	Caravelas/BA	419,76	320,13	25,18	765,07
Vista Alegre CC	Carlos Chagas/MG	135,23	96,52	14,88	246,63
Vista Alegre II - Pain	Carlos Chagas/MG	677,93	535,85	59,89	1.273,67
Vista Alegre MU	Mucuri/BA	50,25	27,66	5,34	83,25
Total		203.293,83	135.688,76	16.894,98	355.877,57

Nota: Existem fazendas com mesmo nome, mas com áreas distintas. A junção dessas áreas deve ocorrer com a unificação da base cadastral das empresas que deram origem à Suzano S.A.

1.2 Dados do manejo florestal

1.2.1 Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Área (ha)
Área total de floresta produtiva (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como “plantação”.	203.293,83
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo (ha)

Manejo equiâneo	203.293,83
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso)	-
Desbaste	
Outro:	
Manejo multiâneo	
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	
<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.).	16.894,98
Taxa sustentável de colheita (metros cúbicos de tora) ou Área Anual de Corte (hectares), onde for disponível.	9.464.278 m ³
Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	N/A
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	N/A
Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	N/A
Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:	
As estimativas de colheita são obtidas através de dados de inventário florestal contínuo (IFC), conduzido pela empresa, a partir do segundo ano de implantação da floresta ou da condução da brotação. O IFC gera informações quantitativas e qualitativas dos povoamentos florestais, utilizando-se técnicas de amostragens (intensidade amostral de 1:10 ha e parcelas circulares com raio fixo de 11,283 m) e ferramentas de estatística (erro médio de 10% para IFC). Os dados são processados por meio do Sistema Zenith, em um módulo específico para o Inventário Florestal. Essas informações são utilizadas para o planejamento florestal de curto, médio e longo prazo.	
Espécies no escopo do certificado: Nome científico/latim (nome comum/comercial).	
<i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>Corymbia citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .	

1.2.2 Produtos

Produtos de madeira
Nome do Produto
Toras de madeira – Todas as espécies citadas acima.
Produtos florestais não madeireiros
Nome do Produto
Não há produtos não madeireiros no escopo de certificação.

1.2.3 Áreas de Conservação

Área com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	135.688,76 ha
--	----------------------

1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input type="checkbox"/> N/A – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo requerente estão incluídas no escopo.
<input checked="" type="checkbox"/> O requerente possui e/ou maneja outras áreas florestais (Fazendas) que não estão sendo avaliadas.

<input type="checkbox"/> <i>O requerente deseja excluir do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação.</i>		
Explicação para a exclusão das UMF e/ou excisão:	A Suzano possui outras UNF MA, ES, MS e SP, que não fazem parte deste escopo e que possuem sua própria certificação (unidades ES, SP, MA e MS). A UNF Mucuri possui áreas localizadas nas Regiões da Bahia e Minas Gerais que estão fora do escopo, devido ao processo de regularização de licenciamentos ambientais ainda não concluídos. Também estão fora do escopo de certificação, áreas de pesquisa florestal.	
Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:	Foi desenvolvida metodologia documentada (PPG.08.00020) para assegurar a rastreabilidade da madeira certificada, desde a colheita até a sua entrega na fábrica de Mucuri, por meio de identificação (física e digital) e segregação, de modo a assegurar a não contaminação com madeira não certificada e, assim, viabilizar a cadeia de custódia em todas as etapas do manejo. Toda unidade produtiva, os blocos, são cadastrados e controlados, via Cadastro Florestal e sistema de controle de produção de madeira (SAP), que identifica se a área é ou não certificada não permitindo qualquer divergência nas informações.	
Descrição das Fazendas exclusas ou áreas florestais removidas do escopo da certificação:		
Nome da Fazenda ou Talhão	Local (município, estado, país)	Área total (ha)
Água Branca	Caravelas - BA	119,89
Amaralina	Caravelas - BA	277,46
	Ibirapuã - BA	559,08
	Ibirapuã - BA	233,31
Angulosa	Nova Viçosa - BA	12,21
Araguaia	Ibirapuã - BA	221,46
ARARA	Mucuri - BA	207,38
Bandeirante	Nova Viçosa - BA	111,46
BELA VISTA	Prado - BA	252,78
Bloco 05	Caravelas - BA	255,82
	Caravelas - BA	0,14
	Caravelas - BA	4546,78
Bloco 09	Caravelas - BA	1627,40
	Caravelas - BA	13,72
	Caravelas - BA	3292,16
	Caravelas - BA	1595,21
Bloco 11	Caravelas - BA	8,96
Bloco 47	Mucuri - BA	212,89
	Mucuri - BA	233,38
	Mucuri - BA	25,36
	Mucuri - BA	13,47
	Mucuri - BA	308,35
Bloco 52 Al	Alcobaça - BA	203,56
Bloco 55 Al	Alcobaça - BA	45,96
Bonanza - Kayre	Nova Viçosa - BA	164,77
	Nova Viçosa - BA	175,28
Campo Belo	Nanuque - MG	359,16
	Nanuque - MG	166,77
Campos Verde E Maria Bonita	Teixeira de Freias - BA	61,37

	Teixeira de Freias - BA	62,11
Cinelândia	Lajedão - BA	73,89
	Lajedão - BA	31,58
	Lajedão - BA	80,47
	Ibirapuã - BA	67,84
	Lajedão - BA	84,82
	Lajedão - BA	312,97
	Lajedão - BA	506,37
Conjunto Boa Sorte	Nova Viçosa - BA	27,45
	Mucuri - BA	51,04
	Mucuri - BA	7,28
	Nova Viçosa - BA	47,05
	Nova Viçosa - BA	92,22
	Nova Viçosa - BA	272,58
	Nova Viçosa - BA	20,11
	Nova Viçosa - BA	11,96
	Nova Viçosa - BA	141,93
	Nova Viçosa - BA	106,48
	Nova Viçosa - BA	189,90
	Nova Viçosa - BA	38,25
	Nova Viçosa - BA	140,70
	Nova Viçosa - BA	42,04
	Nova Viçosa - BA	113,69
	Nova Viçosa - BA	60,22
	Nova Viçosa - BA	256,19
	Nova Viçosa - BA	19,43
	Nova Viçosa - BA	43,97
	Nova Viçosa - BA	176,7
	Nova Viçosa - BA	142,87
	Nova Viçosa - BA	23,59
Nova Viçosa - BA	6,23	
Conjunto Monte Belo	Caravelas - BA	3,63
	Caravelas - BA	2,34
	Caravelas - BA	8,27
	Caravelas - BA	7,460
Conjunto União	Prado - BA	487,34
	Prado - BA	489,71
	Prado - BA	856,44
	Prado - BA	317,1
	Prado - BA	485,93
Eldorado	Ibirapuã - BA	33,69
Eldorado III - Ondurman	Teixeira de Freias - BA	318,78
Emanuel E Esperança	Ibirapuã - BA	15,64
	Ibirapuã - BA	9,71
	Ibirapuã - BA	44,97
Fortaleza	Ibirapuã - BA	849,62

Garrafa E Formiga	Mucuri - BA	0,22
Graciosa	Mucuri - BA	55,16
	Mucuri - BA	0,13
Gravatá	Nova Viçosa - BA	102,41
Ipiranga	Nanuque - MG	955,8
Itabaiana	Caravelas - BA	48,01
	Caravelas - BA	279,78
	Caravelas - BA	476,63
Itamarati	Medeiros Neto - BA	114,99
	Medeiros Neto - BA	533,86
Jasmin Branco	Mucuri - BA	0,01
	Mucuri - BA	153,87
Joia Do Mucuri	Mucuri - BA	303,90
Km 87	Nova Viçosa - BA	1112,61
Lagoa Esperança	Prado - BA	1133,79
Nova Esperança	Caravelas - BA	249,12
Nova Vida	Caravelas - BA	111,95
Novo - Pain	Medeiros Neto - BA	99,47
Novo Amparo	Teixeira de Freias - BA	37,00
	Teixeira de Freias - BA	156,33
Oiterinho	Alcobaça - BA	30,87
	Alcobaça - BA	21,90
	Alcobaça - BA	1,11
	Alcobaça - BA	279,75
	Alcobaça - BA	1,34
	Alcobaça - BA	2,20
	Alcobaça - BA	27,22
	Alcobaça - BA	203,62
Oliveira	Caravelas - BA	323,59
Paixão	Prado - BA	129,36
	Prado - BA	109,30
	Prado - BA	133,40
	Prado - BA	93,16
	Prado - BA	489,78
	Prado - BA	289,84
	Prado - BA	108,01
Paraiso	Mucuri - BA	66,55
	Mucuri - BA	65,95
	Mucuri - BA	133,76
Pau Alto - Maralina	Nova Viçosa - BA	10,71
	Nova Viçosa - BA	28,76
	Nova Viçosa - BA	49,66
	Nova Viçosa - BA	18,99
	Nova Viçosa - BA	38,98
	Nova Viçosa - BA	14,54
	Nova Viçosa - BA	59,78

	Nova Viçosa - BA	88,17
	Nova Viçosa - BA	343,16
	Nova Viçosa - BA	47,31
Planalto	Nanuque - MG	1062,48
	Nanuque - MG	1729,77
Planície-MG	Mucuri - BA	747,12
Providência	Mucuri - BA	77,26
Rancho DR	Nova Viçosa - BA	62,74
Rio do Sul	Mucuri - BA	9,54
	Mucuri - BA	0,03
	Mucuri - BA	11,69
Santa Maria	Prado - BA	387,8
Santa Maria - SPC	Medeiros Neto - BA	76,87
	Medeiros Neto - BA	290,40
São João	Nova Viçosa - BA	244,76
São José	Mucuri - BA	18,00
São Judas Tadeu	Nova Viçosa - BA	332,43
	Nova Viçosa - BA	157,96
	Lajedão - BA	216,87
	Lajedão - BA	249,35
	Lajedão - BA	500,91
Socigra B	Caravelas - BA	213,45
	Caravelas - BA	0,29
Turmalina	Prado - BA	596,27
Vera Cruz	Medeiros Neto - BA	234,01
Veraneio	Nova Viçosa - BA	25,03
	Nova Viçosa - BA	26,24
	Nova Viçosa - BA	164,38
	Nova Viçosa - BA	25,32
	Nova Viçosa - BA	38,74
	Nova Viçosa - BA	5,12
	Nova Viçosa - BA	76,06
	Nova Viçosa - BA	734,29
Vida Linda	Mucuri - BA	106,05
	Mucuri - BA	0,10
Total		40.045,24

Nota: Existem fazendas com mesmo nome, mas com áreas distintas. A junção dessas áreas deve ocorrer com a unificação da base cadastral das empresas que deram origem à Suzano S.A.

1.4 Informação Social

Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado (diferenciar por gênero):	
4.075 trabalhadores homens	176 trabalhadoras mulheres
Taxa de gravidade de acidentes	1,34
Taxa de frequência de acidentes	1,30

1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos

Nome comercial do pesticida/herbicida/fertilizante	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou L)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Razões para o uso
Actara	Tiametoxam	449,6	1159,3	Inseticida
Capture	Bifentrina	75,0	150,8	Inseticida
Dipel	Bacillus	45006,6	39391,1	Inseticida biológico
Esplanade	Indaziflan	1122,0	7613,9	Herbicida
Evidence	Imidacloprid	2355,3	5049,6	Inseticida
Finale	Glufosinato	1691,7	958,4	Herbicida
Flumyzin	Flumioxazina	1652,4	4843,5	Herbicida
Fordor	Isoxaflutole	19927,0	83253,5	Herbicida
Formicida	Sulfluramida	1164660,4	286293,9	Formicida
K-Othrine	Deltametrina	606,6	4113,1	Inseticida
Missil	Haloxifope-P-metílico	862,6	1791,0	Herbicida
Nativo	Trifloxistrobina e Tebuconazol	2213,1	2516,8	Fungicida
Óleo mineral	óleo mineral	21393,1	16752,7	Adjuvante
Óleo vegetal	óleo vegetal	143041,1	44722,9	Adjuvante
Preciso	Glifosato	240,0	222,4	Herbicida
Priori Top	Azoxistrobina e Difeconazol	154,3	167,3	Fungicida
Scout	Glifosato	370207,0	166345,1	Herbicida
Solara	Sulfentrazone	2211,9	1149,6	Herbicida
Spotlight	Carfentrazone etílica	5233,7	15708,5	Herbicida
Transorb	Glifosato	203160,1	28010,9	Herbicida
Touchdown	Glifosato	57756,8	14332,0	Herbicida
Valeos	Saflufenacil	426,9	1486,2	Herbicida

2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL

2.1. Plano de Manejo Florestal

Objetivos do manejo:
O manejo florestal desenvolvido pela Suzano S.A., unidade Mucuri, tem como objetivo a produção de madeira de eucalipto para abastecer a unidade industrial de produção de celulose, no município de Mucuri.
Composição da Floresta e as Razões para a Seleção de Espécies
As espécies e os materiais genéticos usados pela empresa foram identificados e obtidos ao longo de décadas de pesquisas. A empresa desenvolve um Programa de Melhoramento Genético, com vistas a obtenção e desenvolvimento de clones mais adaptados às condições edafoclimáticas de sua área de atuação. As espécies manejadas são: <i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>Corymbia citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> . Estas espécies e seus híbridos foram selecionados por se adaptarem melhor às condições de clima e solo da região, o que resulta em elevadas e sustentáveis produtividades florestais e, conseqüentemente, em menores custos de produção de madeira.
Descrição Geral e Sistema(s) de Manejo da Terra:
O sistema de manejo da empresa compreende as seguintes atividades: Preparo do solo: Para o preparo do solo é empregada a técnica do cultivo mínimo, com o menor revolvimento possível do solo. A atividade pode ser realizada de forma manual, semi-mecanizado ou mecanizado, dependendo das características da topografia do terreno e contempla também a calagem e adubação. Plantio: O plantio é realizado manualmente, com mudas próprias ou adquiridas em viveiros de terceiros, que utilizam o mesmo material genético. Após o plantio das mudas, é realizada a irrigação. Onde há mortalidade significativa de mudas, é realizado o replantio. Condução: Em áreas de condução da brotação, são selecionados e mantidos apenas os melhores brotos provenientes das cepas. Manutenção: a manutenção florestal é composta por um conjunto de atividades empregadas para garantir a produtividade florestal, como o controle de ervas daninhas, formigas, pragas e a adubação. Conforme o planejamento e monitoramento é realizada a capina química pré e pós emergente, controle à formiga manual ou mecânico, controle de outras pragas e doenças, adubação de cobertura e roçada pré-corte e plano plurianual de manutenção.
Métodos de Colheita e Equipamentos usados:
Os métodos de colheita empregados pela empresa são o mecanizado e o semimecanizado. Mecanizado: São utilizadas máquinas como <i>Harvester e forwarder; Feller e Skidder</i> ou máquina processadora. A operação de colheita consiste na derrubada, desgalhamento, traçamento e, opcionalmente, descascamento da árvore por meio de sistema mecanizado (<i>harvester</i>) e empilhamento executados por tratores autocarregáveis ou <i>forwarder</i> , ou derrubada com <i>Feller</i> , arraste com <i>Skidder</i> , desgalhamento e traçamento com máquina processadora. Semi-mecanizado: Para a colheita semi-mecanizada utiliza-se a motosserra para a derrubada, desgalhamento e traçamento das árvores. Pode ocorrer a colheita mista, que consiste na derrubada da madeira, desgalhamento e traçamento por motosserra, machado e o baldeio é feito por máquinas apropriadas como auto carregável e guincho de arraste. A metodologia utilizada vai depender da topografia do terreno e do tipo de manejo empregado na área.

Explicação da estrutura de manejo:

Compõe a estrutura organizacional da empresa áreas de assessoria do Conselho Administrativo e da Presidência, diretorias executivas, equipes técnicas, operacionais e administrativas, corporativas ou locais, além de empresas prestadoras de serviços.

2.2. Contexto Socioeconômico

A Suzano S.A, Unidade Mucuri, possui atuação nos estados da Bahia e Minas Gerais. Na Bahia as plantações florestais da empresa se distribuem por 10 municípios: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. No estado de Minas Gerais, se distribuem pelos municípios de Carlos Chagas, Nanuque e Umburatiba.

A Bahia está entre os estados que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média brasileira. Em 2010 o IDH do estado foi de 0,660, ocupando a posição 22º de 27 estados. O estado da Bahia em 2018 apresentou um rendimento mensal domiciliar *per capita* de R\$ 841,00. A economia do estado tem base na agropecuária, com destaque para as culturas do algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e soja, além do cacau, milho e café e na silvicultura com os plantios de Eucaliptos. Também há significativa presença da indústria extrativista e de transformação e atividades do setor de serviços, como o turismo (SEI, 2019).

As áreas da empresa se concentram na região sul do estado, principalmente nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Teixeira de Freitas.

Com fortes incentivos na década de 80 a região Extremo Sul da Bahia alavancou a atividade florestal, principalmente com plantios de Eucaliptos. A concentração de empresas de base florestal, principalmente de papel e celulose, propiciou o desenvolvimento tecnológico da silvicultura nessa região. Destacam-se também, atividades econômicas de comércio e serviços. O turismo se constitui de um forte atributo da região.

Na tabela abaixo são apresentados os principais índices socioeconômicos dos municípios de atuação da empresa no estado da Bahia.

Município - UF	População estimada [2019] (hab.)	PIB per capita [2017] (R\$)	IDHM [2010]
Mucuri - BA	41.748	46.974,21	0,665
Nova Viçosa - BA	43.376	10.903,17	0,654
Caravelas – BA	22.016	14.165,63	0,616
Alcobaça – BA	22.470	11.298,81	0,608
Teixeira de Freitas - BA	160.487	14.298,26	0,685

Verifica-se que todos os municípios se enquadram em um IDHM médio (0,6-0,699). O município de Mucuri tem destaque no PIB *per capita* (sétima posição no estado, de um total de 417 municípios), principalmente devido às indústrias de transformação e grande atividade dos setores de comércio e serviços.

Já o estado de Minas Gerais apresenta uma população estimada em 21.168.791 habitantes, conferindo a 2º posição de estado mais populoso do país. Em 2010 apresentou um IDH de 0,731 e rendimento mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.322,00. As áreas da empresa nesse estado estão situadas na região dos municípios de Nanuque e Carlos Chagas. O município de Carlos Chagas, localizado na Microrregião Nanuque, tem destaque em sua economia na agropecuária e serviços. Em 2010, 53,1% da população maiores de 18 anos foi enquadrada em economicamente ativa ocupada. Quanto à Nanuque, é o

município mais populoso dessa microrregião, forte na agropecuária, despertou interesse na agroindústria, também ganha destaque nos setores de prestação de serviços e comércio. Quanto às culturas com maior predomínio na região, citam-se cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Carlos Chagas possui um IDH-M considerado médio, e Nanuque possui um IDH-M alto (0,7-0,799).

Na tabela abaixo são apresentados os principais índices socioeconômicos dos municípios de atuação da empresa no estado de Minas Gerais.

Município - UF	População estimada [2019] (hab.)	PIB per capita [2017] (R\$)	IDH-M [2010]
Nanuque - MG	40.750	15.408,80	0,701
Carlos Chagas - MG	18.837	16.204,19	0,648

2.3 Direito de Uso e Posse da Terra

A unidade de manejo florestal contempla áreas próprias da Suzano S.A., e áreas de terceiros, sob contrato de arrendamento ou parceria.

A empresa possui documentação dos direitos legais de uso de longo prazo das propriedades, destacando-se:

- Matrícula da Propriedade;
- Declaração de ITR – Imposto Territorial Rural e recibo de entrega da declaração do ITR de 2018;
- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, Exercício 2018
- Contratos de arrendamento ou parceria.

O empreendimento realizou um diagnóstico social das comunidades do entorno. De acordo com os resultados da avaliação não foram identificadas comunidades locais com direito costumário na unidade de manejo florestal, exceto uma área de coleta de cacau, que é utilizada pela comunidade há mais de 50 anos. A área está identificada, mapeada e considerada no plano de manejo florestal do empreendimento.

3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

3.1 Padrões utilizados

3.1.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO

Título	Versão	Data da Finalização
<i>ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.</i>	<i>3ª Edição</i>	<i>12 de dezembro de 2012</i>
<i>Portaria do Inmetro nº 547</i>	-	<i>25 de outubro de 2012</i>

3.1.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.		
Título do padrão*	Versão	Data da Finalização
FSC-STD-BRA-01-2014	V1-1	28 de julho de 2014.
* Os resultados da auditoria nesse padrão estão descritos em um relatório separadamente das conclusões dessa auditoria.		

3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A Sysflor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789:2012 e ABNT NBR 15789:2013, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
Histórico da Sysflor	<p>A Sysflor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar uma certificadora americana no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. Além destes dois programas, a Sysflor possui parceria para verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV) e certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro).</p> <p>Em maio de 2014 a Sysflor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), para atuar como Organismo de Certificação Florestal (OCF), na certificação de manejo de plantações florestais CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015 recebeu acreditação, pelo mesmo organismo, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de nativas CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 15789.</p> <p>A Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locados em várias regiões do Brasil e vários clientes de manejo florestal e cadeia de custódia.</p>
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
Dados para Contato	Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000) Telefone: 55 (41) 3344-5061 E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br Website: www.sysflor.com.br

3.3. Processo de Avaliação

3.3.1. Etapas do processo de avaliação

O processo de avaliação de empreendimentos de manejo florestal para a certificação CERFLOR compreende as seguintes etapas:

- *Planejamento inicial da auditoria*: elaboração do plano de auditoria, seleção da equipe de auditores, designação de tarefas, determinação do tempo de auditoria e determinação da amostragem para certificados multi-site;
- *Planejamento e realização de consulta pública e de reuniões públicas*: determinação de lista de partes interessadas, envio de carta consulta e agendamento de reunião pública na região de atuação da empresa;
- *Avaliação documental*: durante a auditoria é conduzida uma análise crítica da documentação da empresa quanto ao atendimento do CERFLOR;
- *Avaliações de campo*: nas inspeções de campo a equipe de auditores verifica o atendimento do CERFLOR nas atividades de manejo desenvolvidas pelo EMF;

- *Elaboração do relatório*: após a conclusão da auditoria a equipe de auditores elabora o relatório da avaliação listando todas as constatações observadas;
- *Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (se aplicável)*: dependendo da situação podem ser requeridas auditorias complementares ou de verificação de atendimento às não conformidades;
- *Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação*: após a finalização do processo a Comissão de Certificação aprecia o processo e recomenda a certificação ou não do EMF à Sysflor;
- *Emissão de relatório final*: após a avaliação de ações corretivas (se aplicável) e demais questões pertinentes o relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor.
- *Emissão e publicação do relatório de auditoria*: um resumo público do relatório é disponibilizado ao público para consulta;
- *Auditoria de supervisão*: Uma auditoria de supervisão anual é confirmada com o cliente e realizada; o Relatório de Auditoria é preparado pela equipe de auditores e revisado pela Sysflor. O relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Manutenção ou não da Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor. Um resumo público do relatório do relatório é disponibilizado ao público para consulta com os resultados da auditoria de supervisão.

3.3.2. Metodologia e estratégias empregadas

A Sysflor convoca equipes multidisciplinares com conhecimentos em ciências florestais, ciências sociais, economia de recursos naturais e outras áreas relevantes para avaliar a conformidade do EMF com os padrões e políticas do CERFLOR. Os métodos de avaliação incluem a revisão de documentos e registros, implementação da estratégia de amostragem para visitar um amplo número de áreas florestais e tipos de atividades de colheita, observação da implementação dos planos e políticas de manejo no campo e análise das partes interessadas. Quando há mais de um membro na equipe, os membros da equipe podem rever partes dos padrões com base em suas experiências e especialidades. No último dia de uma avaliação, os membros da equipe se reúnem para deliberar conjuntamente sobre as suas constatações. Isto envolve uma análise de todas as observações de campo relevantes, dos comentários das partes interessadas, e dos documentos e registros revisados. Quando não for possível chegar a um consenso entre os membros da equipe devido à falta de evidências, evidências conflitantes ou diferenças na interpretação dos padrões, a equipe está instruída a relatar isso na seção da decisão da certificação e/ou em observações.

3.3.3 Determinação de Conformidade

Os padrões para o manejo florestal, credenciados pelo INMETRO, consistem de uma hierarquia de três níveis: princípio, os critérios que correspondem a esse princípio e os indicadores de desempenho que detalham cada critério. Conforme os protocolos de avaliação da SYSFLOR, a equipe determina, coletivamente, se as operações do manejo florestal em questão estão em conformidade com todos os indicadores aplicáveis dos padrões relevantes de manejo florestal. Cada não conformidade deve ser avaliada para determinar se constitui uma falha em atender a uma ou mais requisitos da norma ou se representa uma situação que levante dúvida significativa quanto à capacidade de o sistema de gestão do cliente alcançar os resultados planejados. Portanto, a equipe deve usar o seu julgamento coletivo para avaliar cada critério e determinar se o EMF está em conformidade.

Ações corretivas são requeridas para cada Não Conformidade (NC) emitida. Oportunidades de melhoria também podem ser determinadas.

3.3.3.1 Interpretação de Não Conformidade e Oportunidade de Melhoria

Não conformidade maior: resulta (ou pode resultar) em uma falha fundamental em atingir os objetivos de um critério relevante do CERFLOR, em vista da natureza única e a fragilidade de cada recurso florestal. Para cada não conformidade maior o EMF deve avaliar profundamente a causa raiz e determinar o plano de ação corretiva e implementar a ação corretiva para resolver, de forma abrangente essa não conformidade. A Sysflor analisará criticamente o sistema de determinação da causa raiz, a correção e a ação corretiva adotada pelo EMF, bem como verificará sua eficácia para decidir sobre a concessão do certificado. Logo, a certificação depende da eficácia do EMF ao tratamento das NC maiores dentro do prazo estipulado.

Não conformidades menores: são não conformidades que estão tipicamente limitadas em escala ou que podem ser caracterizadas como uma falha incomum no sistema, nesse caso o EMF precisa analisar e estabelecer as correções, assim como planejar as ações corretivas para que o certificado seja concedido.

Oportunidades de Melhoria: Esses são casos em que a equipe de auditores constata conformidade, mas, que poderá resultar em inconformidade futura se não houver uma ação de melhoria. Ações sobre as oportunidades de melhoria são voluntárias e não afetam a manutenção do certificado. Entretanto, as oportunidades de melhoria podem ser transformadas em não conformidades se o desempenho relacionado aos indicadores que as originaram caracterizar inconformidade.

3.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas

De acordo com os protocolos da Sysflor, uma consulta com as principais partes interessadas é um componente integral do processo de avaliação. A consulta é realizada trinta dias antes, durante e após a auditoria de campo, com o objetivo de dar oportunidade aos participantes de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos Padrões Cerflor. Uma carta consulta acompanhada de um questionário é enviada às partes interessadas, por meio de correio físico e eletrônico, notificando-as da auditoria e solicitando comentários. Durante a auditoria é realizada também reunião pública em localidades estabelecidas de acordo com o grau de atuação do EMF. Os comentários recebidos durante a consulta pública possibilitam a identificação e o cruzamento de informações durante a avaliação do manejo.

Os grupos de partes interessadas relevantes são identificados com base na lista das partes interessadas fornecida pelo EMF, partes interessadas identificadas durante a Auditoria Fase 1 e contatos adicionais de outras fontes.

3.5. Cronograma e Equipe da Avaliação

3.5.1 Itinerário e Atividades de Avaliação

Data: 09/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Auditório da Suzano – BA, Fábrica – Mucuri, BA.	Reunião de abertura: Apresentação da equipe de auditoria, revisão do escopo de auditoria, plano de auditoria, introdução/atualização sobre os padrões CERFLOR, confidencialidade e sumário público, metodologia utilizada para a auditoria e avaliação da conformidade, procedimentos de segurança e emergência para a equipe de avaliação, seleção dos sites a serem visitados.

Escritório Suzano – BA, Mucuri – BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da programação de auditoria, com definição das fazendas a serem inspecionadas e as partes interessadas a serem visitadas/consultadas; • Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior; • Verificação de documentos e registros; • Entrevistas com colaboradores da empresa; • Verificação da avaliação e monitoramento de impactos sociais; • Checagem de medidas adotadas para mitigação de impactos sociais; • Avaliação dos procedimentos, registros e funcionamento dos canais de comunicação; • Verificação de documentação das ações desenvolvidas na Unidade florestal de MG.
Data: 10/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Inspeções de campo: Área 680, talhão 010, Helvécia, Nova Viçosa – BA	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações Colheita Mecanizada – Baldeio (Módulo 01) • Entrevista com operadores de máquinas; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho na frente de colheita; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação de máquinas e equipamentos; • Verificação de placas de sinalização nas estradas e na frente de trabalho; • Averiguação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Checagem das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeções de campo: Área 13C, talhão 035, Helvécia e Nova Viçosa - BA	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na Atividade de Carregamento e Transporte de Madeira • Entrevistas com trabalhadores florestais; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho no carregamento e transporte de madeira; • Checagem de placas de sinalização nas estradas e na frente de trabalho; • Verificação do estado de conservação de máquinas e equipamentos; • Averiguação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Checagem das condições das estradas e aceiros.
Inspeções de campo: Área T716, talhão 001B, Helvécia, Nova Viçosa - BA	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na Atividade Aplicação Manual (costal) de Herbicida; • Entrevistas com trabalhadores florestais; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho na aplicação de herbicida, orientações de uso de EPIs e cuidados ambientais; • Checagem das condições de transporte, armazenamento provisório, cuidados operacionais na aplicação • Verificação de placas de sinalização nas estradas e na frente de trabalho incluindo e sinalização da aplicação e data de reentrada na

	<p>área;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na área de vivência; • Checagem do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros.
Ministério Público Estadual MPE-BA, Teixeira de Freitas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Comunidade Volta Miúda, Caravelas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Associação dos Trabalhadores Rurais Remanescentes Quilombolas de Volta Miúda Antônio Joaquina Serafim	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Associação de Produtores Remanescentes Quilombola de Volta Miúda	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Comunidade Juerana, Caravelas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Teixeira de Freitas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Inspeções de Campo – UMF Bloco 11F, Caravelas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas atividades de silvicultura - Operação de Preparo de Solo: <ul style="list-style-type: none"> - Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; - Avaliação das Salvaguardas ambientais; - Entrevista com trabalhadores; • Vistoria nas atividades de silvicultura - Operação de Aplicação de herbicida mecanizado: <ul style="list-style-type: none"> - Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; - Avaliação das Salvaguardas ambientais; - Entrevista com trabalhadores; • Verificação de mapas vs verdade terrestre; • Verificação do estado de conservação das APPs e Reserva Legal.
Cidade de Teixeira de Freitas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Fazenda Monte Líbano, Carlos Chagas, MG	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com os trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das ações sociais desenvolvidas pela empresa; • Inspeção nas operações de carregamento e transporte; • Inspeção da área de vivência; • Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas, e verdade terrestre x mapas.
Comunidade Vila Grande Passos, Nanuque, MG	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Inspeção de campo: Área	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da atividade de colheita de resíduos florestais;

T112, Caravelas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública com Associação de catadores de resíduos (Córrego Braço do Sul).
Hotel Pioneiro, Teixeira de Freitas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião Pública.
Inspeção de campo: Horto Palhal, Prado, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na atividade de colheita de madeira (Módulo 01); • Verificação da atividade de manutenção de estradas; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas, e verdade terrestre x mapas.
Inspeções de campo: Área T657-716, talhão 004, Alcobaça, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na atividade de controle de formigas; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas, e verdade terrestre x mapas.
Data: 11/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Inspeções de campo: Área 12B, talhão 027, Helvécia, Nova Viçosa, BA	<p>Inspeção na Atividade de Manutenção de Estradas (EPS):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com trabalhadores florestais; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Verificação de placas de sinalização nas estradas e na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação de máquinas e equipamentos; • Averiguação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros.
Inspeções de campo: Área 12 e 14A, talhão 093, Nova Tribuna, Caravelas, BA	<p>Inspeção na Atividade de Roçada de Brotação e Aplicação de Herbicida (Roça e Aplica). Atividade própria: Suzano.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com trabalhadores florestais; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Verificação de placas de sinalização nas estradas e na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação de máquinas e equipamentos; • Averiguação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros.
Depósito de produtos químicos - Ponto de Apoio da EPS de Silvicultura, Posto da Mata, Nova Viçosa, BA,	<p>Inspeção no Depósito Intermediário de Agrotóxicos e produtos químicos. Verificação fluxo de controle de estoque, registro de aplicação e uso de agrotóxicos e produtos químicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificação das condições da edificação (NR 31.8.17) e condições de armazenagem dos agrotóxicos e produtos afins; - Verificação de registros de estoque, requisição e transporte do insumo, registros em Boletim Diário de Operacional – BDO, Boletim diário de Medição de Serviço – BDO e, emissão de fatura mensal.

	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com trabalhadores.
Viveiro de Produção de Mudas de Itabatã, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com trabalhadores sobre procedimentos e condições de produção; saúde e segurança do trabalho: transporte, alimentação, ergonomia, uso de EPIs; satisfação no trabalho.
Associação de Moradores de Nova Brasília, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública
Comunidade Nova Brasília, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública
Associação dos Apicultores e Agricultores do Picadão da Bahia/Comunidade Cruzelândia, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública
Inspeção de Campo: Bloco 11G-041, Caravelas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas atividades de Silvicultura – Controle Manual de Formigas Cortadeiras: <ul style="list-style-type: none"> - Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; - Verificação das condições de saúde e segurança do transporte dos trabalhadores; - Avaliação das Salvaguardas ambientais; - Entrevista com trabalhadores; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Averiguação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: Bloco 11E – 027, Caravelas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas atividades de silvicultura - Operação de Formicida Mecanizado: <ul style="list-style-type: none"> - Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; - Avaliação das Salvaguardas ambientais; - Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: T074, Alcobaça, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de Ponto de Captação de água; • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: T726-001, Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Restauração Florestal; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: Bloco 13c-044 e 13e-049, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Restauração Florestal; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: T634-011, Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Restauração Florestal; • Checagem do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: Bloco	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na atividade de colheita de madeira;

M411-002, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas, e verdade terrestre x mapas.
Inspeção de Campo: Fazenda Gameleira e Panela UP 15A-060, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção à área de restauração; • Checagem do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Brasília, Carlos Chagas, MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção em área de conservação, classificada pela empresa como de alto valor de conservação; • Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas, aceiros e verdade terrestre x mapas; • Entrevistas com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação da atividade de aplicação de herbicida manual; • Inspeção da área de vivência: condições de higiene e conforto; disposição de lixeiras para a coleta seletiva de resíduos; banners e quadros de avisos: DDS, Mapa de Risco; Política de Responsabilidade Corporativa e Aviso Siga: alertando a realização de auditoria na semana • Inspeção de ônibus de transporte de trabalhadores; • Verificação de placas de sinalização e alertas de segurança; • Verificação do uso de EPIs.
Inspeção de campo: Fazenda Cavalo Grande (G013 e G014), Carlos Chagas, MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de campo em Fazendas novas que entrarão no escopo da certificação em 2019; • Verificação das áreas restauradas; • Verificação de áreas de conservação (APP e RL), estradas, aceiros e verdade terrestre x mapas;
Comunidade Mutuca, Carlos Chagas, MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Data: 12/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Inspeções de campo: Área 12B, talhão 027, Helvécia, Nova Viçosa, BA.	<p>Inspeção na atividade de manutenção de estradas – empresa prestadora de serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com trabalhadores florestais; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Verificação de placas de sinalização nas estradas e na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação de máquinas e equipamentos; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros.
Inspeções de campo: Área 12 e 14A, talhão 093, Nova Tribuna, Caravelas, BA.	<p>Inspeção na atividade de roçada de brotação e aplicação de herbicida - atividade própria (Suzano):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com trabalhadores florestais; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Verificação de placas de sinalização nas estradas e na frente de

	<p>trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação de máquinas e equipamentos; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros.
Ponto de Apoio de EPS, Posto da Mata, Nova Viçosa, BA.	<p>Inspeção no Depósito Intermediário de Agrotóxicos e produtos químicos. Verificação fluxo de controle de estoque, registro de aplicação e uso de agrotóxicos e produtos químicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições da edificação (NR 31.8.17) e condições de armazenagem dos agrotóxicos e produtos afins; • Verificação de registros de estoque, requisição e transporte do insumo, registros em Boletim Diário de Operacional – BDO, Boletim diário de Medição de Serviço – BDO e, emissão de fatura mensal. • Entrevistas com trabalhadores.
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Resex Cassurubá, Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Secretaria de Meio Ambiente do Município de Alcobaça, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Alcobaça, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública com partes interessadas.
Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública com partes interessadas.
Escritório da Empresa, Carlos Chagas, MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação dos procedimentos de vigilância patrimonial e registros de ocorrências de atividades ilegais nas fazendas da empresa; • Entrevistas com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Carlos Chagas, MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública
Centro de treinamentos da Suzano – Comunidade Nova Brasília, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com comunitários participantes de projetos sociais do EMF.
Inspeção de Campo: Projeto Cacau, Nova Brasília, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na área de produção de cacau.
Inspeção de Campo: Área M416, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da atividade de controle de espécies exóticas em áreas de conservação; • Entrevistas com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho.
Data: 13/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Escritório da Suzano, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação dos registros da atividade de Manutenção Preventiva da Máquinas e Equipamentos; • Verificação de documentação fundiária adicional; • Pendências Fundiárias; • Outorgas de água;

	<ul style="list-style-type: none"> • Informações complementares sobre gestão de Empresas Prestadoras de Serviços - EPS. • Documentação e registros da atividade de transporte de madeira • Avaliação dos resultados dos projetos sociais; • Análise dos procedimentos de identificação e mapeamento das partes afetadas pelo manejo florestal; • Checagem das medidas adotadas para mitigação de impactos sociais; • Análise das ações adotadas para tratamento de reclamações; • Análise dos procedimentos aplicáveis a resolução de conflitos fundiários / Área de Desenvolvimento Social; • Verificação de documentos e registros ambientais; • Entrevistas com colaboradores; • Verificação de documentação e registros: saúde e segurança do trabalho; Orçamentos; Custos; Cadastro Florestal; Inventário e planejamento florestal.
SINTREBEM, Teixeira de Freitas, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Data: 14/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Distrito de Itabatã, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Distrito de Helvécia, Nova Viçosa, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Data: 15/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da documentação.
Data: 16/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Fórum Florestal da Bahia.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Escritório da Empresa, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos procedimentos para identificação e mapeamento de comunidades indígenas e tradicionais; • Análise da documentação fundiária; • Análise de documentação junto a Área Jurídica; • Análise da sistemática de identificação e cumprimento das legislações ambientais municipais; • Checagem das medidas adotadas para mitigação dos impactos da atividade de aplicação aérea de adubos e controle biológico; • Análise dos resultados do monitoramento dos impactos sociais; • Verificação de documentos e entrevista com gestores da empresa; • Análise documental com a área de Gestão de Contratos e recursos humanos; • Verificação de documentos e registros adicionais; • Entrevistas com colaboradores.
Associação dos Moradores da Área 77, Itaquari, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
Data: 17/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas

Escritório da Empresa, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior; • Análise de documentação junto a Área Fundiária; • Análise de documentação de identificação e resolução de conflitos fundiários / Área de Desenvolvimento Social; • Análise da Matriz de Priorização para projetos sociais;
Sala de Reunião, Escritório Suzano – BA, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de documentação e registros; • Entrevista com colaboradores.
Data: 18/12/2019	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Escritório da Empresa, Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos resultados do monitoramento dos impactos sociais; • Preparação da Reunião de Encerramento: Auditores consolidam notas, deliberam e confirmam as conclusões da auditoria;
Auditório da Suzano – BA, Fábrica – Mucuri, BA	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Encerramento: Revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.

3.5.2 Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	10
B. Número de auditores participantes na avaliação:	5
C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	3
D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação:	58

3.5.3 Equipe de Avaliação

Nome do Auditor:	Vanilda Rosângela de Souza	Função do Auditor:	Auditor líder
<p>Qualificações: Engenheira florestal formada pela USP, Mestre pela ESALQ/USP, na área de tecnologia de madeira e Doutora pela UFPR, na área de Tecnologia de Produtos Florestais. Com mais de trinta anos de experiência profissional, atuou como pesquisadora e consultora. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Atou na área de colheita florestal por mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programas de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando a melhoria da qualidade do produto final e a redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. É coordenadora do programa de certificação da SCS no Brasil, através da empresa Sysflor, tendo participado como auditora de diversos processos de avaliação preliminar, certificação e recertificação de unidades de manejo florestal, incluindo plantações florestais e florestas naturais, como também sistemas de cadeia de custódia dos mais diversificados produtos de madeira.</p>			
Nome do Auditor:	Luciano Lisboa Júnior	Função do Auditor:	Auditor

Qualificações: Engenheiro agrônomo, especialização em Silvicultura e Florestas pela ESALQ/USP, e PhD. em Solos Florestais e Estatística Experimental pela Universidade Estadual da Carolina do Norte (EUA). Gerente de Meio Ambiente Florestal da Aracruz Celulose com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão e certificação ambiental e florestal da empresa, de 1995 a 2009. Chefe de Unidade e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos, atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Co-orientador e componente de bancas examinadoras de oito teses de mestrado e doutorado em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa, MG e Meteorologia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Atualmente é Consultor Ambiental para assuntos ambientais e biodiversidade. Desde setembro de 2010 tem atuado como auditor de manejo florestal para fins de certificação FSC em diversas empresas florestais brasileiras. É também auditor credenciado da Certificação Bonsucro para cana-de-açúcar e seus derivados, álcool e açúcar.			
Nome do Auditor:	Edson Vanda Pereira dos Santos	Função do Auditor:	Auditor
Qualificações: Graduado em Ciências Sociais, especialista em Metodologia do Ensino Superior e mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. Elabora e coordena projetos com foco em pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento rural da Amazônia Brasileira. É pesquisador da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre, com experiência docente no Ensino Superior, consultor na área socioambiental e auditor social em sistema de certificação florestal FSC, CERFLOR e Projeto de Carbono Padrão CCB/VCS.			
Nome do Auditor:	Rosinês Luciana da Motta	Função do Auditor:	Auditor
Qualificações: Bióloga, graduada na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - São José do Rio Preto (1989-1992), possui mestrado e doutorado em Ciências Biológicas na área de Zoologia pela UNESP – Botucatu. Foi professora universitária (1998-2011), desenvolvendo pesquisas na área de ecologia de comunidades e ecossistemas. Publicou vários trabalhos em revistas indexadas nacionais, internacionais e congressos. Participou de bancas de graduação, mestrado e doutorado, ministrou cursos e treinamentos, tendo orientado diversos trabalhos ecológicos de conclusão de curso. Foi Diretora Pedagógica do Ensino Superior e Diretora de Centro Ambiental (Área de Soltura e Centro de Triage e Reabilitação de Animais Silvestres - CETAS). Foi bolsista RHA-E-CNPq do Programa Pesquisador na Empresa (2011-2013), para reestruturação do programa de monitoramento de pragas e doenças do eucalipto da empresa Equilíbrio Proteção Ambiental (EPF). Atua na Área de Proteção Florestal desde 2011, sendo Coordenadora Operacional da empresa EPF e ministra diversos treinamentos na área de proteção florestal. É autora de diversos manuais publicados para identificação em campo das principais pragas, doenças, formigas cortadeiras e ervas daninhas que ocorrem no eucalipto no Brasil. É sócia da empresa Hotspot Ambiental e atua na prestação de serviços para empresas florestais na área ambiental. Participou do Curso da ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade) e atua na Certificação FSC pela SCS/Sysflor desde 2017.			
Nome do Auditor:	Rossynara Batista Cabral Marques	Função do Auditor:	Auditor
Qualificações: Engenheira Florestal formada pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia, pós-graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Auditora Líder do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008. Tem experiência como auditora líder na aplicação dos Padrões de Certificação FSC e CERFLOR de florestas nativas e plantadas e de cadeia de custódia, pela SYSFLOR /SCS, desde 2013. Tem também atuado como auditora do SCS em processo de CCB Standards (The Climate, Community & Biodiversity Standards). Como consultora tem experiência em preparação de empreendimentos florestais para os processos de certificação florestal FSC e CERFLOR e de empresas de processamento do fruto de açaí para os processos de Certificação de Responsabilidade Social Corporativa (Programa For Life) e de Certificação Orgânica.			
Nome do Auditor:	José Lucas Mognon	Função do Auditor:	Observador

Qualificações: Engenheiro químico, formado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestre em engenharia química pela UFU, na área de processos de separação e fluidodinâmica computacional. Atuou como estagiário no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Atuou como engenheiro de desenvolvimento de produtos e qualidade, na área de combustíveis e lubrificantes. Atualmente cursa especialização no tema Manejo Florestal de Precisão, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), e integra a equipe da Sysflor Certificações de Manejo e Produtos Florestais, ocupando o cargo de Supervisor de Qualidade, onde atua no desenvolvimento de sistemas de controle operacional e de qualidade, gerenciamento de operações, processos de melhoria contínua e participação como especialista técnico nos comitês nacionais de desenvolvimento de padrões de certificação de manejo florestal.

3.5.4. Grupos de partes interessadas consultados

Os seguintes tipos de grupos e indivíduos foram determinados como partes interessadas principais:

Gerência e funcionários do EMF
Consultores Florestais
Empresas prestadoras de serviços
Arrendatários
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Membros e/ou representantes tribais pertinentes
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Grupos e organizações de indústrias florestais
Órgãos federais, estaduais e municipais
Pessoal de agências reguladoras local, estadual e federal
Outros grupos relevantes

A carta consulta acompanhada de um questionário foi enviada às partes interessadas, informando-as sobre o processo de avaliação do manejo, solicitando comentários e convidando-as para a reunião pública programada para o dia 10/12/2019, Hotel Pioneiro, Av. Pres. Getúlio Vargas, 4882 - Santa Rita, CEP: 45995-199, Teixeira de Freitas - BA.

A lista completa das partes interessadas contatadas está mantida como registro no escritório da Sysflor e não tendo sido inserida no relatório, entretanto, pode ser disponibilizada mediante solicitação.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

4.1 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da SYSFLOR estão descritas a seguir.

Comentários das Partes Interessadas	Respostas da Sysflor
-------------------------------------	----------------------

Tema: Emprego

- A região de Nova Brasília e Cruzelândia sofre com muito desemprego e a empresa não tem priorizado a utilização de mão de obra destas comunidades, desde as ocorrências de incêndios em pilhas de madeiras e florestas da empresa, em 2018. São priorizados outros distritos/cidades, como, por exemplo, o distrito de Itabatã;

- Muitas vezes, moradores da comunidade se veem obrigados a mudar para outros distritos da região para que possam ser contratados pela empresa.

- Gostaríamos de maior oportunidade de emprego para a comunidade de Nova Brasília;

- A empresa não tem priorizado a contratação de mão de obra local (comunidades do município de Mucuri) em suas atividades. Geralmente utiliza-se pessoas dos maiores distritos situados no eixo da BR-101.

- Da mesma forma, a empresa desvaloriza a mão de obra local quando emprega pessoas de outra região ao invés de

Os auditores verificaram que, no estado da Bahia, a unidade de manejo florestal forma um grande maciço de áreas, distribuídas entre os municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda e a empresa possui um histórico de contratação de mão-de-obra nesses municípios.

A empresa apresentou um mapeamento das comunidades locais, as quais se encontram na zona de influência do manejo florestal, assim como, uma lista de colaboradores próprios e terceiros, pertencentes a essas comunidades. Foi verificada a existência de procedimentos para contratação de pessoas, baseados em critérios técnicos e de custos. Dos 4.251 funcionários da unidade de manejo florestal, 83% pertencem a esses municípios. De acordo com a empresa, há uma logística de transporte de trabalhadores que é levada em consideração nas contratações, mas que esse fato não exclui qualquer comunidade às vagas de trabalho. O número de emprego disponibilizado depende da demanda de mão-de-obra para realização das atividades operacionais planejadas, ao longo do ano. Somente na área de silvicultura, envolvendo os viveiros de mudas, são mais de 800 trabalhadores, pertencentes às comunidades. O quadro abaixo apresenta a distribuição (em percentual) desses trabalhadores na silvicultura, em relação à população de cada comunidade do entorno do manejo florestal.

Localidade/Comunidade	População	Percentual de empregados
Aparaju	500	4,40
Rio do Sul	276	2,54
Volta Miúda	307	2,28
Espora Gato	350	2,00
Cruzelândia/Nova Brasília	1760	1,99
Helvécia	5500	1,53
Vila Gabriel	3820	1,39
Cândido Mariano	370	1,35
Itupeva	3100	1,26
Taquari	2856	1,16
Taquari/Igrejinha/Juerana	9984	0,98
Posto da Mata	22168	0,97
Juerana	6870	0,96
31 de Março	2606	0,58
São José	7852	0,45
Itabatã	18011	0,12
Teixeira de Freitas	128407	0,05

Através da análise do quantitativo de funcionários em relação à população total de cada localidade, não foi constatada a existência de concentração de empregos nas localidades situadas no eixo da BR-101 (Itabatã, Posto da Mata e Teixeira de Freitas), sendo observado inclusive um percentual de empregados/população superior em comunidades menores (>1000 habitantes), quando comparadas com os

<p>oportunizar emprego para os moradores de Alcobaça;</p> <p>- Há preocupação com o desemprego na região do município de Caravelas e as oportunidades de trabalho na Suzano são poucas;</p> <p>- Há um acordo entre a empresa, a prefeitura de Nova Viçosa e o distrito de Helvécia para garantir que no mínimo 35% da mão de obra empregada no viveiro deve ser originária do distrito. Para contornar essa situação a empresa tem contratado mão de obra externa e feito com que esses funcionários se mudem para o distrito, de modo a garantir o atendimento ao acordo.</p> <p>- A Suzano desvaloriza a mão de obra local quando emprega pessoas de outra região ao invés de oportunizar emprego para os moradores de Alcobaça.</p>	<p>maiores distritos da região.</p> <p>Cabe destacar também, que essa análise se restringe às operações englobadas no escopo da certificação de manejo florestal, logo, não considera os empregos relacionados à unidade fabril da empresa.</p> <p>Não foi evidenciada qualquer oposição à contratação de mão-de-obra nas comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia, que atualmente conta com 35 trabalhadores nas atividades de campo da Suzano. E, os auditores identificaram a contratação de três Agentes de Responsabilidade Social, de ambas as comunidades, para apoiar no relacionamento e na execução dos projetos sociais implementados nas duas comunidades.</p> <p>Não foi verificada a existência de acordo formal entre a empresa e a prefeitura de Nova Viçosa, para a contratação de mão-de-obra exclusiva do distrito de Helvécia, para o viveiro de mudas. Mas constatou-se que, preferencialmente, a mão de obra contratada para o viveiro de mudas, deve ser do distrito de Helvécia. No período da auditoria, de um total de 91 trabalhadores do viveiro, 45 eram da comunidade de Helvécia, correspondendo a 49,5% de trabalhadores dessa comunidade.</p> <p>O número de trabalhadores pertencentes às comunidades locais é um indicador de mitigação de impactos do manejo desenvolvido pela Suzano, e será acompanhado ao longo do ciclo de certificação.</p>
<p>- Existem muitos jovens desempregados na comunidade Oliveira Costa (+ de 60 famílias). A comunidade foi abandonada pela Suzano.</p>	<p>Os auditores verificaram que no dia 30 de setembro de 2019 foi realizada uma reunião entre a empresa e a Associação de Moradores da comunidade de Oliveira Costa, a convite da própria associação. Na reunião estavam presentes 11 membros da associação e 4 colaboradores da empresa. A empresa apresentou os programas sociais, incluindo o PDRT e informou que o projeto deveria ser implementado juntamente com a associação e que para isso, a mesma deveria estar regularizada. Ficou acordado que os membros da associação fariam a regularização da mesma, para então, dar início à participação no programa da empresa.</p> <p>Os auditores verificaram, também, que a comunidade está contemplada na matriz de priorização para desenvolvimento de projetos sociais, no ano de 2020, e classificada como alta prioridade, onde está prevista a implementação do PDRT. Assim, os auditores verificarão, na próxima</p>

	<p>auditoria, a evolução da implementação do programa na comunidade.</p>
<p>Trata-se de uma empresa que passou a valorizar pessoas jovens e desvalorizar a experiência dos profissionais, isso tem contribuído para a perda de capital intelectual e, conseqüentemente, queda na qualidade de seus produtos.</p>	<p>Observou-se que Suzano possui uma iniciativa denominada Grupo Plural, que se trata de um movimento orgânico e voluntário, iniciado em 2016, para refletir sobre a diversidade e inclusão dentro da empresa. Esse grupo visa engajar os colaboradores interessados em promover a diversidade e realiza ações em diversos grupos temáticos, como a questão de gênero, a inclusão racial e étnica, de gerações (onde inclui-se a questão da idade dos colaboradores), e de pessoas com deficiência, além de outros grupos. O grupo tem como função, recomendar ações estratégicas de diversidade e acompanhar a evolução do tema na empresa.</p> <p>Em 2019, além do trabalho de articulação realizado pelos voluntários e aliados do Plural, há no time de expertise de RH um profissional dedicado à temática da diversidade e inclusão na Suzano S.A. A inclusão do tema na estrutura da área de RH é uma novidade e demonstra a importância que este tema tem para a empresa. A agenda de 2019 incluía também, um trabalho de articulação, com a participação de uma rede interna de colaboradores, para mobilizar lideranças e suas equipes em direção aos avanços que a companhia espera conquistar, incluindo a estruturação e definição de uma governança para o movimento da diversidade dentro da companhia, com a definição de papéis, responsabilidades, <i>sponsors</i> para os grupos de afinidade (envolvendo a Diretoria Executiva e Funcional) e metas.</p> <p>Os auditores observaram que, nesse processo de fusão das empresas Suzano Papel e Celulose e Fibria Papel e Celulose, o novo empreendimento Suzano SA, tem aproveitado sinergias existentes entre as duas empresas, sendo comum nas decisões para a escolha de quem continuará no posto de trabalho, a definição das alternativas: (i) manter o funcionário da empresa incorporadora ou (ii) escolher o mais jovem, normalmente, o que detém um menor salário. Trata-se de uma decisão empresarial, que envolve o quadro de trabalhadores proveniente da fusão. Os auditores verificaram que foram implementados procedimentos para mitigação dos impactos gerados pelas demissões.</p>
<p>Tema: Demissões</p>	
<p>- Houve redução significativa no número de moradores do distrito de Helvécia contratados pela empresa e suas prestadoras de serviço.</p>	<p>Os auditores verificaram que a Suzano vem reestruturando os viveiros de produção de mudas da unidade de Mucuri. E nesse período, adequações dos postos de trabalho também vindo sendo realizada. De acordo com a empresa, até o segundo semestre de 2019, o impacto social da desmobilização de mão-de-obra não estava sendo avaliado nas comunidades locais. Para corrigir a questão, no segundo semestre de 2019, a empresa revisou o <i>Procedimento Identificação e Avaliação de Aspectos e Impactos Sociais</i> e sua <i>Matriz de Impactos Socioeconômicos</i>, incluindo o impacto “<i>Redução na oferta de empregos diretos e indiretos, de frentes de trabalho formadas por colaboradores oriundos de comunidades localizadas nas áreas de influência direta da companhia</i>”, definindo como aspecto causal a “<i>Desmobilização de frentes de trabalho, devido à otimização de mão-de-obra direta e indireta em suas atividades.</i> Outra medida implementada foi a revisão do <i>Procedimento</i></p>

	<p><i>PPG.03.00148 - Desmobilização de Serviços Próprios e de Empresas Prestadoras de Serviço</i>, por meio do qual a empresa define e classifica as situações consideradas como desmobilização substancial de mão-de-obra, como sendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> Mais 10% da mão-de-obra regional terceirizada; Mais de 10% da mão-de-obra própria regional; Mais de 0,5% da população de um dado município, para o total de demitidos (próprios mais terceiros); Mais de 25% de uma dada EPS; Mais de 10% do número de famílias de uma comunidade prioritária, aplicados à Empresas Prestadoras de Serviço (EPS) e próprios da Suzano S.A. <p>De acordo com o Item 5.2 do Procedimento, caso se confirme a substancialidade da desmobilização, deverá ser criado um Grupo de Trabalho (GT) para avaliar previamente os riscos de desmobilização em função do cenário de redução de produção industrial.</p> <p>Como exemplo de aplicação desse procedimento, verificou-se que em 17 de outubro de 2019 a empresa realizou uma reunião com o Conselho Comunitário de Helvécia para comunicar o desligamento da empresa prestadora de serviços, que fazia o transporte de madeira para o porto de Caravelas, o que implicaria na desmobilização de dois profissionais da Comunidade de Helvécia. Os motivos do desligamento da EPS foram apresentados e, também divulgada a realização de um workshop, sobre o tema empreendedorismo e carreira profissional, a fim de que os colaboradores desligados tenham condições de ser reorganizar profissionalmente e se recolocar no mercado de trabalho.</p>
<p>- Houve redução considerável no quadro de funcionários da empresa, que moram na comunidade Nova Brasília;</p> <p>- Está havendo uma redução no número de moradores da comunidade de Cruzelândia, contratados pela empresa. Novas contratações exigem a existência de capacitação ou experiência prévia.</p>	<p>Os auditores verificaram em entrevistas a moradores das comunidades e em registros da empresa, que houve, em 2018, uma desmobilização da equipe especial de brigada de incêndios, denominada “brigadinhos”, cujos integrantes pertenciam, grande parte, às comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia. A ausência de ações proporcionais à desmobilização das equipes de “brigadinhos”, demonstrou que a empresa não havia previsto, definido e adotado medidas para mitigar esse tipo de impacto social. Isso ocasionou impactos negativos, tanto no relacionamento, como na parte econômica dessas comunidades. Constatou-se, portanto, que a desmobilização de mão-de-obra não estava sendo considerada como um impacto social junto às comunidades locais.</p> <p>Para corrigir a questão, a empresa revisou o <i>Procedimento Identificação e Avaliação de Aspectos e Impactos Sociais</i> e sua <i>Matriz de Impactos Socioeconômicos</i>, incluindo o impacto “<i>Redução na oferta de empregos diretos e indiretos, de frentes de trabalho formadas por colaboradores oriundos de comunidades localizadas nas áreas de influência direta da companhia</i>”, definindo como aspecto causal a “<i>Desmobilização de frentes de trabalho reduzindo a necessidade de mão-de-obra direta e indireta em suas atividades (mecanização/otimização)</i>”.</p> <p>Outra medida implementada foi a revisão do <i>Procedimento PPG.03.00148 - Desmobilização de Serviços Próprios e de Empresas</i></p>

	<p><i>Prestadoras de Serviço</i>, por meio do qual a empresa define e classifica as situações consideradas como desmobilização substancial de mão-de-obra.</p> <p>Em 2019 a empresa também formou um Grupo de Trabalho (GT) para avaliar os riscos das questões de desmobilização em função do cenário de redução de produção industrial. A desmobilização de equipes nas atividades florestais de Silvicultura e Colheita foram analisadas pelo EMF que fez a aplicação da metodologia estabelecida, de forma a avaliar os impactos nas comunidades e municípios do entorno do empreendimento. Nesta análise, priorizou-se a desmobilização de EPS's em regiões consideradas grandes centros, para evitar impactos nas comunidades menores. Em relação às comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia, houve um total de 30 desligamentos, mas 14 já foram recolocados em trabalhos.</p> <p>Além da recolocação de 14 trabalhadores, a empresa implementou as seguintes ações:</p> <p>a) Inclusão de ex-colaboradores da “brigadinha” no programa de apicultura, de forma a manter a geração de renda na família Durante a auditoria, constatou-se a implantação de uma unidade de beneficiamento do mel na Comunidade de Cruzelândia. De acordo com a Associação dos Apicultores e Agricultores do Picadão da Bahia (AAAPB), os produtores avaliam que a iniciativa é importante fonte de renda familiar, pois abrirá a oportunidade de criar novos produtos a partir do mel e comercializá-los na região e junto aos programas públicos de aquisição de alimentos (PAA e PNAE). De acordo com a associação, a atividade de apicultura compreende 83 produtores e cerca de oito são ex-trabalhadores das “brigadinhas” que foram incluídos no programa. A empresa também demonstrou que 18 novos beneficiários das comunidades de Cruzelândia, Nova Brasília e Oliveira Costa foram inclusos no programa. Foi constatado que parte dos produtores estavam comercializando seus produtos na feirinha, realizada no espaço da fábrica do grupo Suzano.</p> <p>b) A empresa evidenciou ter implementado um programa apoio para melhoria do projeto de manejo do cacau, com inclusão de 20 moradores das comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia, visando melhoria da renda dessas comunidades que foram impactadas com a demissão dos “brigadinhos”. Em visita de campo e entrevistas com colaboradores e moradores da comunidade de Nova Brasília, foi verificado que o projeto se encontra em execução, contando com o envolvimento dos moradores das comunidades, incluindo ex-brigadinha. Foi observado também a existência de uma parceria entre a empresa e o SENAR/BA para ministrar cursos de aperfeiçoamento, realizado uma vez por mês, por um período de dezoito meses. No período da auditoria estava sendo ministrado um curso. Ainda em relação ao projeto cacau, foi verificada a implementação de um viveiro que produz mudas resistentes a pragas e, de alta</p>
--	---

	<p>qualidade, que tem propiciado melhorias significativas na produção de cacau, além da contratação de uma consultoria especializada para dar suporte técnico aos produtores.</p> <p>c) Oferta de treinamentos para pessoas das comunidades locais Foram apresentados registros dos seguintes treinamentos realizados com o apoio da empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Curso de Mecânica de Máquinas Florestais para 25 moradores da Comunidade de Cruzelândia, com absorção de 9 deles, como aprendiz; •Curso de Auxiliar de Fiscalização Ambiental para 22 moradores da Comunidade de Nova Brasília; •Curso de Mecânico de Manutenção em Máquinas para 22 moradores da Comunidade de Cruzelândia. <p>Foi verificado que os cursos são escolhidos em conversa entre a empresa e comunidades. Porém, durante entrevistas com moradores, verificou-se reclamações quanto à dificuldade das pessoas qualificadas de se inserirem no mercado de trabalho. Por outro lado, a empresa relatou que tais treinamentos auxiliam a preparar os moradores a prestarem serviços aos empreendimentos rurais da região.</p> <p>A empresa ainda evidenciou ter contratado 35 funcionários junto às comunidades Nova Brasília e Cruzelândia, entre eles três Agentes de Responsabilidade Social para apoiar no relacionamento e na execução dos projetos sociais nas comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia.</p>
<p>Houve casos de demissão de moradores que atuavam nas denominadas “brigadinhos” da empresa. Para parte dessas pessoas foi dada a oportunidade de atuação no programa de apicultura da empresa, com a disponibilização de kits contendo caixas, roupa de proteção e outros equipamentos, entretanto, não houve interesse, por parte dessas pessoas, em continuar participando programa.</p>	<p>Os auditores coletaram informações que corroboram com o comentário realizado. Conforme mencionado acima, foi verificado que uma das medidas adotadas pela empresa para mitigar a desmobilização das “brigadinhos”, foi o fato de a empresa ter dado início à inclusão de ex-trabalhadores e membros de comunidades em seus projetos sociais, como de apicultura e cacau. De acordo com a Associação dos Apicultores e Agricultores do Picadão da Bahia (AAPB), a atividade de apicultura compreende 83 produtores, sendo que oito são ex-trabalhadores das “brigadinhos”, recém inclusos no programa. A empresa também evidenciou que 18 novos beneficiários das comunidades de Cruzelândia, Nova Brasília e Oliveira Costa foram inclusos no programa.</p>
<p>No período da fusão entre as empresas Fibria e Suzano houve muitas demissões na região. Na sequência, esses mesmos</p>	<p>Os auditores verificaram que em 2018 foi realizada a desmobilização das brigadas especiais de incêndios, denominadas “brigadinhos”. A empresa também vem realizando reestruturações nos viveiros de produção de mudas, o que gerou algumas demissões.</p> <p>No processo de fusão das empresas Suzano Papel e Celulose e Fibria</p>

<p>funcionários foram recontratados com salários mais baixos, o que vem impactando a geração de renda na região sul da Bahia.</p>	<p>Celulose S.A, foi identificada sinergia em alguns processos e redução da necessidade de madeira para fábrica, em função do consumo específico e do ritmo de produção. Adicionalmente, houve uma queda no mercado mundial de celulose, reduzindo ainda mais a produção da fábrica, e do seu consumo de madeira, em decorrência de queda mundial no mercado de celulose. Como consequência, houve redução nas atividades operacionais e, a necessidade de redução no quadro de trabalhadores. Porém, no segundo semestre de 2019, após identificar impactos dessas demissões, a empresa adotou como medida mitigadora a recontração de parte das pessoas para novos postos de trabalho, com novas funções e, conseqüentemente há salários diferentes das funções exercidas anteriores.</p>
<p>O sindicato que representa os trabalhadores florestais na região não foi envolvido na discussão sobre o processo de desmobilização de colaboradores durante o período de fusão.</p>	<p>Os auditores verificaram que a empresa possui um setor de relações sindicais, dentro da gestão de Recursos Humanos, que faz o monitoramento do cumprimento dos acordos sindicais e mantém diálogo com os sindicatos, representantes das categorias de trabalhadores envolvidos na unidade de manejo florestal.</p> <p>A empresa relatou uma desaceleração na produção de celulose e, conseqüentemente, nas atividades florestais, pela redução da demanda de madeira. Com isso, houve demissão de trabalhadores. Essa situação coincidiu com o período de fusão das duas empresas (Suzano e Fibria). Não foi evidenciado o envolvimento dos sindicatos nesse processo.</p> <p>Conforme mencionado em respostas a comentários anteriores, a partir do segundo semestre de 2019 a empresa passou a avaliar o impacto social regional de processos de demissão significativa, bem como, a implementação de medidas mitigadoras. Uma das medidas definidas é a recontração de parte dos colaboradores demitidos. Esta medida vem sendo implementada, em consonância com um cenário de retomada do ritmo de produção. E, nesse processo de contratação, foi evidenciado, através de atas de reuniões, o envolvimento dos sindicatos. No dia 16/12/2019, foi realizada uma reunião entre a empresa e o sindicato que representa os trabalhadores rurais.</p>
<p>Tema: Trabalhista</p>	
<p>Há preocupação quanto à postura da empresa ao permitir que seus supervisores e técnicos de manutenção façam uso de aplicativos de mensagem instantânea (i.e. whatsapp) para cobrar de seus funcionários, fora de seus horários de trabalho, o cumprimento de metas de produção ou questões relacionadas à</p>	<p>Foi verificado que a empresa possui política interna para utilização de recursos de Tecnologia da Informática, incluindo aplicativos instalados em aparelhos de celular da empresa.</p> <p>O usuário deve respeitar os preceitos do Código de Conduta firmado com a empresa, fazendo uso do recurso para assuntos relacionados a Suzano e necessidades profissionais, seja na utilização de recursos de voz ou dados.</p> <p>Adicionalmente, foi verificado que a empresa possui uma Ouvidoria, onde qualquer abuso ou desvio de conduta dos gestores, incluindo supervisores e técnicos, podem ser denunciados. Em entrevistas aos gestores, foi relatado o desconhecimento de cobranças a funcionários fora de seus horários de trabalho e, demonstrada a existência de um mecanismo para definir as metas de alta performance e de participação nos resultados que são consensadas entre as partes, não justificando a</p>

<p>manutenção de maquinário.</p>	<p>prática de cobrança dos funcionários sobre o cumprimento de metas ou manutenção de máquinas.</p> <p>Nas consultas realizadas com os trabalhadores, não foi mencionada a prática de cobranças, via whatsapp, fora do horário de trabalho. Todos tinham conhecimento de que a Ouvidoria é um canal que pode ser usado para denúncias.</p> <p>Devido ao uso intensivo desse aplicativo para fins de trabalho, os auditores farão uma nova verificação da questão, na próxima auditoria.</p>
<p>A empresa realizou, em 2018, a alteração da escala dos trabalhadores da colheita florestal de 6x3 para 6x1 (6 dias trabalhados para 1 dia de folga). A alteração foi realizada sem discussão com o sindicato sobre os impactos da mudança na rotina dos funcionários.</p>	<p>De acordo com os registros verificados e entrevistas aos gestores do departamento de Recursos Humanos da empresa, após o vencimento do acordo coletivo de trabalho que previa a escala 6x3 (6 dias trabalhados e 3 dias de folga), a empresa buscou negociar a renovação do acordo, propondo a escala de trabalho 6x2, e os respectivos fatores e justificativas para a alteração. Como não houve avanços na negociação, a empresa optou por praticar uma jornada permitida legalmente, até que o novo acordo coletivo fosse firmado, adotando a escala 6x1 (6 dias trabalhados e 1 dia de folga), com jornada de trabalho de 7h/dia + 1h intrajornada, com turnos fixos, sem revezamento.</p> <p>Atualmente, há um acordo coletivo de trabalho vigente, com escala 6X2, o qual foi firmado em outubro de 2018 e tem vigência até outubro de 2020. Nas inspeções de campo, em entrevista aos colaboradores, e na avaliação documental dos registros de pontos, foi verificado que o acordo da escala 6x2 vem sendo cumprido pela empresa.</p>
<p>A empresa falha, de forma repetida, em fornecer os EPI's necessários aos trabalhadores florestais para a execução de suas atividades, de forma segura. Há, com frequência, falta de EPI nas frentes de trabalho e os trabalhadores acabam trabalhando sem os mesmos.</p>	<p>Os auditores verificaram que a empresa possui procedimentos para a entrega de EPIs aos trabalhadores.</p> <p>Nas operações de manejo existe um fluxo de solicitação e entrega de EPI, onde o líder da frente de serviço faz a solicitação e a distribuição, três vezes ao mês.</p> <p>Além do estoque existente no almoxarifado, localizado na fábrica do grupo, cada técnico de campo possui um número emergencial de EPI que ficam no escritório, em Itabatã-BA, para casos onde a substituição de EPI deve ser imediata.</p> <p>Para os EPI que possuem um desgaste maior, como por exemplo a luva, as frentes de trabalho possuem um estoque para troca imediata.</p> <p>O uso dos EPIs em campo é obrigatório e monitorado pelo líder/ encarregado de equipe. Adicionalmente, são realizadas inspeções periódicas pela equipe de segurança por meio do Monitoramento SSOMA (Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente) para checar o atendimento à legislação, procedimentos operacionais e demais requisitos de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, incluindo o uso de EPIs, nas frentes de trabalho próprias e das EPS. Os desvios identificados nas vistorias geram planos de ação monitorados via GID – Gerenciamento de Incidentes e Desvios, com prazos estabelecidos para fechamento.</p> <p>Nas diversas frentes de trabalho inspecionadas durante a auditoria, todos os trabalhadores observados e entrevistados estavam portando EPIs, conforme prescrição para a sua função. Todos os trabalhadores entrevistados sabiam as razões de uso desses equipamentos. Nos</p>

	<p>depoimentos recebidos, vários entrevistados testemunharam que o seu uso é obrigatório e que não há dificuldade na substituição dos EPIs.</p>
<p>A Suzano implementou, recentemente, um programa de premiação por produção e desempenho para os trabalhadores da colheita florestal. O programa é estabelecido com base no atendimento de metas de produção e eficiência, como, por exemplo, volume de madeira colhida e consumo de combustível. Entretanto, há relatos de trabalhadores sobre a inexecução de determinadas metas, como, por exemplo, a de consumo de combustível, que depende de fatores alheios ao desempenho do trabalhador, como a manutenção e idade da máquina operada. Dessa forma, o trabalhador é prejudicado no alcance de metas.</p>	<p>Foi evidenciado que a empresa possui, implementada, uma sistemática, definida por meio de procedimento específico, contemplando a metodologia de pagamento variável, por Prêmio de Produção, para as funções de operador de máquina, mecânico e técnicos dos processos de Silvicultura, Colheita, Manutenção e Viveiro de Mudas.</p> <p>A metodologia consiste na definição de metas mensais de produtividade que, conforme seu grau de atendimento, resultam em uma premiação base, que pode chegar, dependendo da função, a até 121% do salário do colaborador. Outro ponto relevante observado foi a incorporação, no valor máximo da premiação base, do percentual referente ao pagamento de horas <i>in itinere</i>, que deixaram de ser pagas após o estabelecimento de sua não obrigatoriedade pela nova legislação trabalhista.</p> <p>O pagamento variável final é, então, calculado com base no valor da premiação por produção, acima citado, descontado de percentuais predefinidos, baseados no não atendimento de uma série de outros indicadores, denominados deflatores. Esses indicadores deflatores são estabelecidos, conforme a função e área de operação do colaborador e incluem, por exemplo, a média de consumo de diesel/hidráulico/sabre e corrente, média de eficiência operacional; nível de qualidade das atividades (corte, baldeio, viveiro), entre vários outros.</p> <p>O procedimento estabelece também uma metodologia de premiação graduada em caso de atendimento parcial das metas de produção estabelecidas. Além disso, é previsto o acréscimo ao prêmio, em caso de produção excedente, com base na meta estabelecida.</p> <p>Foi evidenciada também a realização da análise dos indicadores para cada equipamento monitorado (harvesters e forwarders), dentro dos módulos de colheita. Isso permite a identificação de desvios pontuais de desempenho, especialmente no que se refere ao consumo de óleo diesel, óleo hidráulico e sabre/corrente, assim como o ajuste das metas predefinidas conforme necessário.</p> <p>Ainda, por meio da avaliação de uma amostra dos registros de medição dos indicadores realizados pela empresa, foi possível evidenciar o atendimento das metas por parte de uma parcela considerável de colaboradores, especialmente aquelas metas ligadas aos indicadores deflatores (e.g. consumo de óleo diesel, óleo hidráulico e sabre/corrente), o que indica a exequibilidade das metas estabelecidas.</p> <p>Durante a auditoria também foram entrevistados vários trabalhadores do setor de colheita de madeira, e não foi identificada reclamação em relação ao novo programa de premiação por produção e desempenho. Todos se mostraram satisfeitos com o valor do prêmio que estão obtendo.</p>
<p>Existe uma regra denominada “linha mestra”. Funcionário dispensado por infringir tais regras, fica impedido</p>	<p>Foi verificado que a empresa possui um conjunto de programas que consolidam a gestão de Segurança do Trabalho e entre eles, inclui-se o Programa Linha Mestra. Este programa define regras de segurança a serem estritamente seguidas pelos funcionários, durante o trabalho e é amplamente divulgado, com treinamentos, palestras, controles e</p>

<p>de trabalhar nas áreas da empresa por cinco anos. Considerando que não há outras alternativas de emprego na região, essa punição é excessiva.</p>	<p>monitoramentos periódicos, de forma que todos os funcionários entendam e atendam as regras. O descumprimento das regras prioritárias do programa implica em desligamento do colaborador e não há tempo definido para retorno/recontratação, pois tal descumprimento é entendido como um risco grave e iminente à segurança própria e/ou de terceiros.</p> <p>De acordo com a empresa e as regras documentadas do programa, um colaborador desligado por descumprimento das regras do programa Linha Mestra não é impedido de participar de processos seletivos.</p>
<p>Há problemas ergonômicos (pulso, ombros e coluna) no viveiro em função da produtividade exigida (de 25 caixas no início, para 70 caixas recentemente).</p>	<p>Os auditores verificaram o documento “Análise Ergonômica do Trabalho”, elaborado em atendimento à NR-17 e NR 31.10, para a atividade de expedição de mudas. Verificou-se que o laudo não determina exigências ergonômicas para nenhuma parte do corpo. De acordo com o documento, apesar da atividade de expedição ocorrer de forma rotineira no viveiro, ela não é rotineira, nem frequente e nem repetitiva para o trabalhador, pois é realizada rotatividade de tarefas. O trabalhador que realiza a expedição das mudas é deslocado, obrigatoriamente, para outras atividades do viveiro, devido ao volume expedido para o dia ser, prioritariamente, realizado no período da manhã. O laudo também qualifica a atividade como sendo de baixa carga de esforço físico. As caixas pesam, no máximo 10kg. Em inspeção à atividade, verificou-se que o colaborador não precisa se curvar para colocar as mudas na caixa, pois a mesma fica posicionada acima do canteiro, na altura do cotovelo.</p> <p>Para o transporte das caixas de mudas até o caminhão, o trabalhador utiliza um carrinho.</p> <p>São realizadas pausas no meio de cada período das jornadas de trabalho. É realizada também ginástica laboral, de segunda a sexta-feira, por profissional de educação física.</p> <p>Foi observado que não há registro de afastamento de trabalhadores por problemas ortopédicos/posturais.</p> <p>Nas entrevistas realizadas aos trabalhadores, no viveiro de mudas, localizado próximo ao distrito de Itabatã, não se obteve dos entrevistados (Ajudantes de Viveiro e Oficial de Manutenção) nenhuma reclamação relacionada a problemas ergonômicos no trabalho.</p>
<p>Foram recebidas algumas preocupações públicas, ao final e após a conclusão da auditoria, relacionados a aspectos trabalhistas, as quais estão veiculados na mídia, sobre questões como, cumprimento de legislação por EPS, cumprimento de TAC de melhoria de condições de trabalho firmado pela</p>	<p>Considerando que as matérias veiculadas na mídia foram recebidas ao final e após a conclusão da auditoria, os auditores estão registrando o recebimento e a ciência do material nesse relatório, e informam que essas questões serão verificadas durante a auditoria de 2020.</p>

<p>empresa, reintegração judicial de ex-funcionários demitidos por empresa que se fundiu à Suzano, entre outros.</p>	
<p>Tema: Transporte</p>	
<p>Os caminhões de madeira da empresa circulam em alta velocidade nos entornos da comunidade de Nova Brasília.</p>	<p>Foi observado que a empresa possui procedimentos implementados para o transporte de madeira (PPG.12.00109 Programa Segurança nas Estradas,_rev. 4), que contemplam regras de velocidade, ao longo de toda rota, até o seu destino final. Cada rota é previamente mapeada e planejada e as regras são definidas de acordo com cada peculiaridade encontrada. Os veículos utilizados pela empresa para o transporte de madeira possuem telemetria e é realizada a verificação diária do controle de velocidade.</p> <p>Os limites de velocidade são determinados tanto em estrada de terra (40km) e estrada pavimentada (80km). Para trafegar em trechos próximos ou dentro de comunidades, os motoristas são orientados e treinados a adotar uma velocidade de 20 km/hora.</p> <p>Foi evidenciado que a organização desenvolveu um sistema de monitoramento da velocidade desses caminhões, onde são criadas cercas virtuais no trecho a ser acompanhado, com as velocidades definidas no planejamento de transporte para aquele trecho. A velocidade de todos os caminhões é registrada no sistema e, diariamente são emitidos e analisados relatórios. Todo caminhão que passar pela cerca virtual, com velocidade acima daquela determinada, é enquadrado nas normas do programa de Segurança, denominado Linha Mestra (PPG-12.00096). Os motoristas são notificados formalmente e suspensos da atividade por um período. Caso seja verificado descumprimento das regras prioritárias do programa o motorista será desligado da empresa. Foram verificados vários relatórios, e notificações geradas para motoristas que desobedeceram a velocidade definida no planejamento de transporte das estradas, indicando que o sistema de monitoramento está implementado e as notificações vêm sendo realizadas.</p> <p>Adicionalmente a esse sistema de rastreamento dos veículos, a Suzano realiza, periodicamente, Blitz de segurança nas estradas, onde além da velocidade outras condições de segurança são avaliadas (p.e. Uso do cinto de Segurança; Velocidade compatível na estrada; Qualidade de cargas; Uso de EPI; Condição de Segurança dos Veículos, Abordagem Comportamental, etc.). Foram verificados vários relatórios de Blitz, incluindo na mostra, os dias 23/10 e 14/11/2019.</p> <p>Para as irregularidades encontradas na Blitz, são emitidos relatórios para tomada de ações corretivas (conforme PPG 14.324 do GID - Gerenciamento de Incidentes e Desvios), incluindo a orientação ao motorista e emissão de notificações formais ao motorista e/ou à empresa de transporte para regularizar a questão. Os GID emitidos são lançados em uma planilha para acompanhamento da tratativa (Anexo 6 do PPG.12.00109).</p>

	<p>Em entrevistas, motoristas de transporte de madeira informaram sobre a importância de dirigir conforme instruções do planejamento de transporte de madeira e como funciona o sistema de monitoramento da velocidade dos caminhões.</p>
<p>- A empresa realiza o reaperto das cargas de madeira apenas na entrada das rodovias (BR-101), o que resulta na queda de toretes e cascas ao longo das estradas que dão acesso a essas rodovias, causando risco de acidente aos usuários, moradores da região (Cruzelândia e Nova Brasília);</p> <p>- As carretas deixam cair toras de madeira nas estradas, provocando riscos de acidentes.</p>	<p>Os auditores verificaram que a empresa possui procedimentos para carregamento de madeira nos caminhões. Os procedimentos mencionamos cuidados a serem tomados, para que as toras não caiam durante o transporte.</p> <p>Foi evidenciada também, a existência de procedimentos para aperto e reaperto das cargas, com cintas específicas e localizadas em pontos estratégicos dos feixes de madeira, para que não haja risco de queda nas estradas. Há paradas programadas para reaperto, definidas em função da distância a ser percorrida (PPG-1200109). A atividade é sinalizada com placas indicando a conferência obrigatória da carga nos primeiros 20 km e depois a cada 50 km, garantindo o ajuste de amarração da carga.</p> <p>Durante a auditoria, foram inspecionadas as atividades de carregamento e transporte de madeira e observada a implementação correta dos procedimentos.</p> <p>Quando entrevistados os motoristas de transporte de madeira relataram que há pontos de reaperto de carga, pré-definidos, na rota de transporte. Foi mencionado que as toras são cortadas com comprimento entre 3,5-6,5 metros, o que permite melhor amarração e fixação na carga. A empresa possui um sistema de monitoramento, em tempo real, dos caminhões de transporte de madeira e, portanto, é possível saber se o motorista parou nos pontos pré-definidos para fazer o reaperto da carga.</p> <p>Durante a auditoria não foram observadas toras caídas nas estradas, utilizadas como rota de transporte de madeira.</p> <p>A empresa possui um sistema de recebimento, registro e tratativas de reclamações, que funciona como uma ferramenta para identificar e tratar questões relacionadas as suas atividades operacionais, incluindo o transporte de madeira. Entretanto, os auditores observaram que parte das reclamações recebidas não estão sendo registradas e, conseqüentemente, não tratadas. Dessa forma, foi emitida uma não conformidade (NC menor 2019-17) para que a falha seja corrigida. A correção da falha no sistema de recebimento e tratativa de reclamações poderá detectar e tratar problemas de queda de toras durante o transporte de madeira. Para isso, é importante que a ocorrência de tal problema seja reportada à empresa.</p>
<p>No momento da colheita a Suzano deixa muitas cascas de madeira na beira das estradas, o que pode causar acidentes.</p>	<p>Foi verificado que a colheita florestal é realizada por meio do sistema Harvester e Forwarder. O Harvester realiza o processamento (desgalhamento, descascamento e traçamento das toras) dentro do talhão. Assim, a casca fica distribuída uniformemente em toda a superfície do terreno. A madeira é baldeada para a beira do talhão, já sem casca. O que pode ocorrer é de alguma casca solta, que esteja no meio das toras, ficar no local da pilha de madeira quando do seu carregamento, sendo, portanto, um volume pequeno, conforme evidenciado nas inspeções de campo realizadas pelos auditores.</p> <p>Rotinas de verificação de segurança são realizadas com frequência e em</p>

	<p>caso de desvio as ações tratativas são aplicadas para correção, conforme explicado anteriormente e verificados nos registros de monitoramento SSOMA e abertura da GID.</p>
<p>Não está sendo realizada a manutenção das estradas utilizadas pela empresa após a colheita e transporte de madeira. Por exemplo, no trecho entre a BR-101 e a comunidade de Taquarinha e Belo Cruzeiro há atoleiros, depressões, buracos.</p>	<p>Foi observado que a Organização possui uma frota significativa de máquinas e equipamentos, destinados à manutenção das estradas, bem como, equipe estruturada para realização de manutenção, antes, durante e após o transporte de madeira.</p> <p>O procedimento “PPG.03. 00207 - Malha Viária Implantação, Construção e Manutenção” estabelece critérios e procedimentos para o planejamento e a execução das estradas, considerando os aspectos relativos à gestão da qualidade, meio ambiente, saúde, segurança, sistematização do fluxo e a regularidade tráfego nas propriedades da Organização e acessos a rodovias pavimentadas.</p> <p>Adicionalmente, a manutenção das estradas próximas às comunidades é realizada de acordo com o resultado dos Diálogos Operacionais, feitos com as comunidades, através de visitas pré e pós-operação.</p> <p>De acordo com a empresa, o monitoramento das condições dessas estradas é realizado diariamente, conforme previsto no documento “POP.01.00319 - Procedimento de Ocorrências Ambientais – UNF Bahia” e também por meio dos comentários recebido, nos diálogos realizados com as comunidades locais, previstos no “Plano de monitoramento UF.BA_2019”.</p> <p>Ainda assim, as queixas sobre as estradas foram verificadas na auditoria, em entrevista com as partes interessadas, e também nos registros da empresa. Mas, os auditores observaram que parte das reclamações recebidas não estão sendo registradas e, conseqüentemente, não tratadas. Dessa forma, foi emitida uma não conformidade (NC menor 2019-17) para que a falha seja corrigida e, assim, melhorada a comunicação e, conseqüentemente, as condições as estradas, quando da detecção de problemas.</p>
<p>Tema: Implantação florestal</p>	
<p>- A empresa molha as estradas apenas durante o período de transporte de madeira. Porém, é comum ter grande movimentação de carros, ônibus, e caminhões de apoio para realização de várias outras atividades, como a própria colheita, o plantio, etc. que resulta na geração de poeira e riscos de acidentes, impactando as comunidades e os usuários dessas estradas. Destaca-se também nesse</p>	<p>Foi observado que a empresa possui procedimentos para identificação de impactos sociais, gerados pelas atividades operacionais. Os impactos do transporte de madeira, identificados são mitigados, como, por exemplo, a poeira gerada é mitigada com a umectação das estradas, no ponto de impacto.</p> <p>Os auditores verificaram que a matriz de impactos, onde, de acordo com os procedimentos da empresa, deveriam estar registrados os impactos identificados, não considera vários impactos apontados pelas comunidades e observados. A exemplo disso, cita-se impactos relatados nas entrevistas como o fluxo de veículos das atividades silviculturais e de colheita de madeira (antes do transporte), incluindo veículos leves que geram poeira, riscos de acidentes, etc. Em sua matriz, a empresa considera apenas os impactos relativos ao transporte de madeira. Dessa forma, foi emitida uma não conformidade para que a empresa revise seu sistema de identificação de impactos das atividades operacionais (NC menor 2019-13).</p>

<p>cenário, a existência de áreas de terceiros, com culturas sensíveis à poeira, como, por exemplo, o mamão e o café, que são afetadas pelo trânsito de veículos da empresa, em estradas sem a devida umectação.</p>	
<p>Há um impacto significativo do empreendimento em várias comunidades que estão rodeadas por plantios de Eucalipto;</p> <p>Existem plantios muito próximos dos leitos de estradas e ramais, usadas por comunidades. Como exemplo, tem-se o trecho que dá acesso ao cemitério do distrito de Helvécia, onde o espaçamento deixado não permite a passagem simultânea de 2 veículos. Essa situação é agravada durante os primeiros anos dos plantios, pois a galhada das árvores reduz ainda mais o espaço para passagem de veículos;</p> <p>Os plantios de eucalipto estão muito próximos ao leito das estradas na região de Volta Miúda, criando uma situação de insegurança, onde criminosos utilizam os plantios como esconderijo para abordar os transeuntes;</p> <p>Os plantios de eucalipto são realizados com grande proximidade às</p>	<p>Foi observado que a empresa possui procedimentos para identificação e avaliação de impactos sociais, gerados pela presença do manejo florestal e pelas atividades operacionais executadas na unidade de manejo. Para os impactos negativos identificados, são definidas e implementadas medidas mitigadoras, incluindo projetos de interesse social, conforme listados em respostas a outros comentários públicos. Entretanto, os auditores verificaram que: a) A matriz não menciona impactos apontados pelas comunidades (em consulta dos auditores e nas demandas recebidas pela empresa) e observados, inclusive, durante a auditoria, como é o caso do fluxo de veículos das atividades silviculturais e de colheita de madeira (antes do transporte), incluindo veículos leves que geram poeira, riscos de acidentes, etc. Em sua matriz, a empresa considera apenas os impactos relativos ao transporte de madeira; b) para as estradas internas, a empresa adota o critério de 6 m de largura, mesmo que haja uso por vizinhos ou comunidades (estrada de servidão). Na idade jovem, os galhos e folhas das plantas de eucaliptos tomam um espaço de aproximadamente 2 metros da estrada, reduzindo o leito carroçável para 4 metros. Considerando que há estradas de servidão, utilizadas por comunidades (p.e: estrada de acesso para o Cemitério Municipal de Helvécia), essa largura dificulta o cruzamento de veículos e, portanto, a passagem desses usuários (p.e: estrada de acesso para o Cemitério Municipal de Helvécia). Essa questão não está considerada no levantamento de impactos da UMF. Dessa forma, foi emitida uma não conformidade (NC menor 2019-13), para que empresa adote ações para correção nos processos de levantamento e avaliação de impactos sociais gerados pela presença da unidade de manejo florestal e suas atividades operacionais.</p> <p>Para correção da não conformidade, a empresa determinou a causa raiz do problema, definiu as ações corretivas a serem implementadas, que incluem revisão da matriz de aspectos e impactos, considerando possíveis novos impactos não identificados anteriormente no manejo florestal e reavaliar as medidas que foram estabelecidas na matriz como plano de ação de mitigação/correção (silvicultura, colheita, estradas e transporte), sendo considerado a significância na localidade e um plano de ação para implementação dessas ações corretivas. Na próxima auditoria será avaliado se as medidas foram implementadas, de acordo com o plano.</p> <p>Em relação ao recuo das plantações em locais próximos à zona urbana,</p>

<p>casas da comunidade de Volta Miúda, não respeitando a legislação local de afastamento;</p> <p>O plantio de eucalipto próximo às estradas resulta na quebra de árvores, quando há cruzamento de 2 caminhões. As árvores caídas causam obstrução das vias e transtorno às comunidades que necessitam das mesmas para se deslocar;</p> <p>A empresa não respeita o distanciamento de 10 metros das bordas das estradas, para implantação de suas florestas de eucalipto, conforme estabelece o Plano Diretor do município de Mucuri;</p> <p>A Suzano tem plantios próximos às casas das pessoas (ex.: Camaruji, Gesuel, Volta Miúda, entre outras). A Suzano não mantém o plantio a 300 metros das comunidades;</p> <p>A empresa descumpre legislações municipais sobre o distanciamento dos plantios de perímetros urbanos, povoados, comunidades e das margens de estradas.</p>	<p>comunidades e estradas, verificou-se que três dos municípios de abrangência do empreendimento criaram legislações específicas, relacionadas a recuos dos plantios de eucaliptos de perímetros urbanos, povoados, comunidades e das margens de estradas (Lei Municipal N° 431/2016 do município de Caravelas, artigo 289, inciso II, e Lei Complementar N° 759/2015 do município de Alcobaça, artigo 129, inciso II; e Lei Complementar N° 032/2010 do município de Mucuri – Plano Diretor, artigo 131, incisos VI e VII).</p> <p>Cabe aos empreendimentos de base florestal, se adequarem a estas legislações. Apesar da empresa ter recebido a certidão de uso do solo, emitida por esses municípios e ter a licença de implantação aprovada pelos órgãos ambientais, não foram apresentadas evidências de ações para atendimentos desses requisitos legais, se aplicáveis. Para correção do problema, foi emitida uma não conformidade (NC menor 2019-03).</p>
<p>Tema: Social</p>	
<p>- A empresa transformou a realidade e o futuro do extremo sul da Bahia.</p>	<p>Entre os anos 2008 e 2011, as empresas florestais do Extremo-sul da Bahia conviveram com uma ação criminosa, denominada “máfia do carvão”. Nesse período, foram registradas mais de 800 ocorrências de</p>

<p>Essa região era dominada pelo roubo de madeira e produção de carvão em condições inadequadas para venda. A Suzano apoiou ações do Ministério Público e ajudou a mudar o cenário da ilegalidade.</p>	<p>furto de madeira de eucaliptos na região, realizados por moradores da região, integrantes de várias comunidades. A madeira roubada era usada na produção ilegal de carvão, e transportada através de agenciadores, sem documentação ambiental. Os atravessadores também utilizavam a nota fiscal no transporte da mercadoria por mais de uma vez, o que também é considerado crime. O carvão era produzido em fornos clandestinos em Mucuri, Caravelas e Alcobaça.</p> <p>No dia 7 de dezembro de 2011, em uma ação conjunta entre o Ministério Público e as polícias dos estados da Bahia e Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, foi deflagrada a operação "Cruzeiro do Sul", para combate à produção, comercialização e transporte ilegais de carvão vegetal nesses estados, culminando na prisão de dezenas de pessoas envolvidas nessa ação criminosa, de acordo com vários noticiários da época (ex. https://www.sulbahianews.com.br/operacao-prende-envolvidos-na-mafia-do-carvao/).</p> <p>Com o desmonte do esquema criminoso e a eliminação de mais de 1.500 fornos ilegais de carvão, empresas florestais, como a Suzano e Fibria, em apoio às ações do Ministério Público, implementaram programas e projetos sociais importantes, para envolver essa população que, por anos, compôs o início da cadeia ilegal do carvão na região.</p>
<p>A empresa desenvolve projetos sociais para geração de renda e qualificação das as comunidades impactadas pelo manejo florestal?</p> <p>- A política social da Suzano, tem se mostrado pouco eficaz, pois adota um critério de protecionismo e clientelismo, servido apenas para criar a dependência e estimulado a preguiça nas comunidades rurais. Ela precisa estabelecer projetos de geração de renda e de independência das comunidades, com isso diminuirá a pressão contra a empresa e dará dignidade às comunidades, tenho uma gama de projetos dessa natureza, para serem implantados;</p>	<p>Os auditores verificaram que a Suzano, vem desenvolvendo vários projetos e programas sociais, com mais de 10 linhas de atuação, direcionadas às temáticas de Geração de Trabalho e Renda, Educação e Cultura, Meio Ambiente, Capacitação Profissional, Desenvolvimento Local e outros. Destacam-se os seguintes programas sociais: Desenvolvimento Rural Territorial (Agricultura Comunitária, Psicultura Sustentável, Cacau Sustentável); Colmeias; Relacionamento com Comunidades Indígenas; Conselhos Comunitários; Capital Social (projetos Golfinho, FLIC, Na Rota da Música, Arte Bahia, Guarda Mirim); Feirinha Sustentável; Assentamentos Sustentáveis; Viveiro Comunitário; Parceria pela Valorização da Educação.</p> <p>De acordo com as informações da empresa, no entorno da unidade de manejo florestal, são mais de 90 localidades/associações com investimento socioambiental, e mais de 34 mil beneficiários.</p> <p>Os projetos e programas sociais estão distribuídos em várias comunidades, na região de atuação da empresa, como pode ser verificado no mapa a seguir.</p>

Conheço a SUZANO desde a minha infância quando morei na cidade de Itabatã, distrito de Mucuri, e desde então, a empresa vem sempre investindo no desenvolvimento local. Demonstra responsabilidade social;

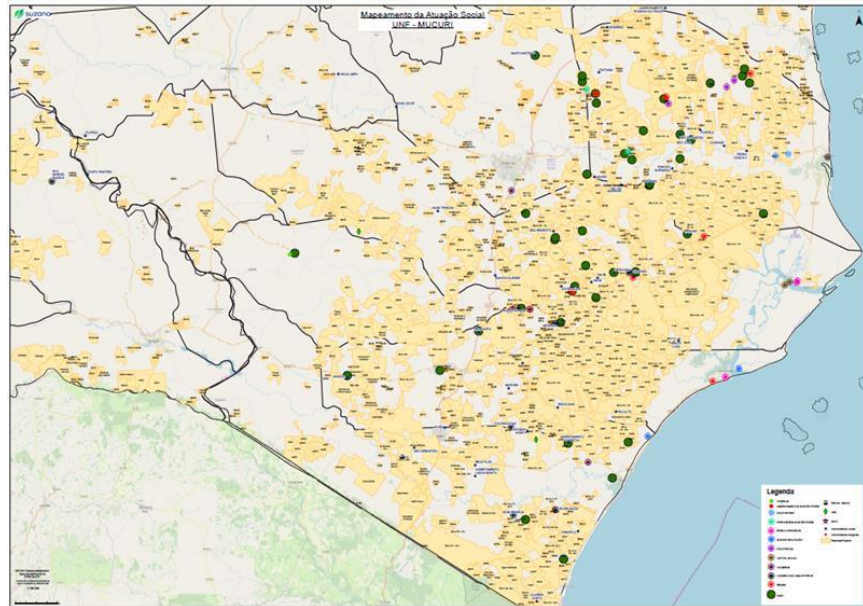
- A empresa apoia o município de Teixeira de Freitas na geração de empregos e renda;

- A Suzano vem mantendo elo importante com nossa região e seu apoio é fundamental para as ONGs e ações comunitárias locais;

- Gostaríamos de mais apoio para projetos sociais em 2020 (Distrito de Posto da Mata – Nova Viçosa);

- A empresa deveria dar incentivo e assistência à agricultura orgânica.

- A unidade de Mucuri movimenta a economia local da cidade, tendo em vista o impacto sócio econômico decorrente de pagamento de imposto e geração de emprego e renda. Ações diversas são observadas, a exemplo de manutenção de estradas, Projetos de cunho social como os conselhos comunitários criados no ano de 2015 para ouvir as



Legenda



A empresa possui critérios de priorização para seleção das comunidades beneficiárias dos projetos sociais. De acordo com a metodologia apresentada, entre os critérios estabelecidos para a seleção, estão: Vulnerabilidade Social, Influência do Negócio, Dados Municipais e Parecer Social.

Segue uma breve avaliação sobre os projetos realizados pela empresa para geração de renda e desenvolvimento social:

Programa de Desenvolvimento Rural Territorial – PDTR (Público alvo: comunidades dos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas no estado da Bahia): A Suzano, possui o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial que prevê o fortalecimento da cadeia produtiva nas associações em que trabalha. Tem como objetivo participar no desenvolvimento territorial por meio do

<p>demandas, potencialidades, oportunidades de parceria e formas de captação de recursos para viabilização dos projetos e programas para as comunidades, o Programa Educar e Formar, o Projeto Golfinho no qual é apoiado e mantido pela Suzano, o Programa Apicultura que oferece a possibilidade de seus beneficiários se tornarem apicultores, gerando assim uma forma de renda complementar, o Projeto Piscicultura e Projetos socioeducativos através das ações de incentivo à leitura como, "A máquina de Livros" e "Projeto Em Cena", e o apoio em inúmeras Ações Cívico Sociais tendo como foco os atendimentos gratuitos em saúde, educação e cidadania;</p>	<p>diálogo com as comunidades rurais vizinhas, fortalecendo suas organizações e redes. Atua em três frentes de trabalho:</p> <p>a) <i>Produção agrícola agroecológica</i> com objetivo de gerar oportunidades no campo, proporcionando a segurança alimentar e a geração complementar de renda, resgatando a cultura agrícola da região. Visa capacitar e promover a auto-organização das comunidades rurais em associações de produção agrícola com a doação de equipamentos, insumos e assistência técnica. Em 2017 foram realizadas várias reuniões em Eunápolis com um grupo de Agricultores do Território com foco na produção orgânica e em 2018 a primeira turma de 5 agricultores foram certificados e hoje comercializam seus produtos, além disso há mais 5 grupos participando das reuniões para serem certificados. Em 2019 foi iniciado o programa - Considerando o planejamento em 2019 começamos com o PDRT no distrito de Posto da Mata, fortalecendo as Hortas Urbanas projeto esse que visa a produção agrícola nos quintais particulares dos beneficiários residentes de Posto da Mata.</p> <p>b) <i>Piscicultura Sustentável</i>: Trata-se de um projeto de engajamento com as comunidades pesqueiras do entorno do negócio da companhia para produção e fortalecimento da cadeia produtiva do pescado, com foco na geração de trabalho e renda. O projeto tem como público alvo as comunidades dos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa no estado da Bahia.</p> <p>c) <i>Cacau sustentável (Público alvo: comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia, Mucuri no estado da Bahia)</i>: Desde 2016, a empresa tem implementado um programa de apoio para melhoria do projeto de manejo do cacau, com inclusão de mais de 20 moradores das comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia, visando melhoria da renda dessas comunidades. Há uma parceria entre a empresa e o SENAR/BA para ministrar cursos de aperfeiçoamento, realizado uma vez por mês durante dezoito meses. Foi visitado o local onde estava sendo ministrado, no dia 12/12/2019, um curso para os comunitários envolvidos no projeto e para outras pessoas interessadas. Esse curso é realizado uma vez por mês durante dezoito meses e conta com aulas práticas e teóricas. Em visita ao projeto, foram entrevistados comunitários que estavam colhendo cacau. Todos estão confiantes no sucesso do projeto, com o incremento significativo na produção de cacau. Os auditores também visitaram o viveiro de mudas melhoradas de cacau. São muitas mudas produzidas para o enriquecimento/adensamento da área do projeto. A empresa demonstrou também que possui um Plano de Manejo do Cacau, elaborado em 2018, o qual foi protocolado no órgão ambiental estadual (INEMA).</p> <p>Programa Colmeias (<i>Público alvo: comunidades dos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, no estado da Bahia</i>): programa de apicultura, que se fortalece no território do Extremo Sul do estado da Bahia, que tem por objetivo a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades nas regiões de atuação</p>
---	--

da empresa por meio do fomento e consolidação da cadeia apícola, com foco na gestão das associações, equipe técnica acompanhando os associados. Em 2019 foi criada uma Cooperativa para congrega as associações apoiadas pelo programa, com o apoio do Governo da Bahia. Para melhoria na comercialização e dos preços, a Suzano tem propiciado a realização de cursos para manipulação do mel, hidro mel, cosméticos, envase para vendas nas comunidades, beneficiamento da cera, entre outras alternativas.

Conselhos Comunitários: A empresa possui parcerias com associações e promove a formação de Conselhos Comunitários, apoiando a participação dos moradores de comunidades locais nos projetos. Na unidade Mucuri, são mais de 90 localidades/associações com investimento socioambiental, e mais de 34 mil beneficiários. Os Conselhos Comunitários abordam um modelo participativo de relacionamento com as comunidades onde a companhia atua e têm como principal objetivo contribuir com a transformação da realidade dessas comunidades, despertando nelas uma cultura empreendedora, espírito colaborativo e participativo, através da busca por ferramentas para desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a autonomia e a capacidade de autogestão. Para tanto, a empresa fomenta a organização de espaços de discussão e diálogo que permitam criar projetos que estejam diretamente relacionados à cultura e necessidade local, de modo que se leve o desenvolvimento respeitando suas tradições e costumes. Nesse sentido, trata-se de uma organização social que visa solucionar os problemas locais promovendo ações com o apoio e suporte da empresa e de outros parceiros locais e regionais, o que pode potencializar a mudança de realidade

Adicionalmente, a área social atua numa importante linha de empoderamento e fortalecimento dessas associações, especialmente, frente ao poder público, visando à busca de novos mercados e maior agregação de valor para seus produtos, o estabelecimento de novas parcerias e representações, entre outros. Entretanto, essa linha de atuação não é tratada de forma estruturada e documentada pelo setor social do empreendimento, o que pode comprometer a efetividade do empreendimento no processo de mitigação dos impactos socioeconômicos a que essa linha de atuação se propõe. Para que a empresa considere fazer uma reavaliação, foi aplicada a **OM 2019-15**.

Projeto Capital Social (Público Alvo: Comunidade de Mucuri): voltado para fortalecimento da cultura envolve diversas ações:

a) **Associação Comunitária Golfinho:** Criada em 1996, pelas esposas dos pescadores da colônia Z-35, da cidade de Mucuri, do município de Mucuri (BA) e desde então conta com a Suzano como sua mantenedora. A associação nasceu com o objetivo de promover cultura e educação, através do desenvolvimento de atividades socioeducativas com crianças e adolescentes, como artesanato, sisal, música, dança, capoeira, percussão, ballet, esportes, aulas de reforço e informática.

b) Projeto Capoeira do Futuro: Promover a inclusão social de jovens e a valorização da cultura negra através do desenvolvimento da capoeira. Público alvo: comunidade do município de Alcobaça no estado da Bahia.

c) Projeto na Rota da Música: O projeto “Na Rota da Música” visa à preservação e ao desenvolvimento de um patrimônio cultural da comunidade de Barra de Caravelas, que é a banda Filarmônica Lira Imaculada Conceição. Para tanto, busca incrementar a formação dos jovens músicos que a compõe, por meio de oficinas de formação musical, concertos de instrumentos técnica e artística. Público alvo: comunidade do município de Caravelas no estado da Bahia.

d) Arte Bahia: Promover a inclusão, a construção e desenvolvimentos de cidadãos conscientes de suas identidades cultural e social. Sua atuação perpassa entre crianças, adolescentes, jovens, adultos, atingindo as famílias e a comunidade em geral e, em especial, os afro descendentes, os economicamente desfavorecidos e os que sofrem algum tipo de preconceito e/ou discriminação. Público alvo: comunidade do município de Nova Viçosa no estado da Bahia.

e) Guarda Mirim: Promover o bem-estar, o desenvolvimento e a evolução das comunidades onde atua, através de seus jovens adolescentes preparando-os para empreender e participar de programas e ações que visem o crescimento individual e em grupo para o amplo exercício da cidadania com empoderamento de seus direitos e deveres. Público alvo: comunidade do município de Nova Viçosa no estado da Bahia.,

Feirinhas/Lojinha (*público alvo: Comunidades da região de atuação da empresa: Nova Brasília, Cruzelândia, Bela Vista, Doralina, Cravilina, Volta Miúda, entre outras*). O programa tem como objetivo apoiar a comercialização dos produtos produzidos pelas comunidades, na região de atuação da Suzano. A empresa disponibiliza um espaço na fábrica, onde os participantes expõem seus produtos produzidos nos projetos apoiados pela empresa (Agricultura Sustentável, Apicultura, Cooperana e Golfinho), comercializando produtos agrícolas, apícolas, artesanatos, entre outros. A empresa oferece auxílio de consultoria técnica e apoio de colaboradores para o acompanhamento e monitoramento dos resultados. A cada Feirinha é realizada a contabilização da venda de cada participante, para acompanhar o desenvolvimento e evolução em suas vendas. Estes dados são inseridos em um controle para maior percepção e análise das edições. Cada Feirinha é separada por edição e em cada edição é compartilhada uma planilha de controle que evidencia os preços comuns que são praticados na feirinha. Os beneficiários são selecionados com base em seus desempenhos, e assim, elencando-se os melhores para participação das edições. Em cada edição, 15 participantes fazem sua comercialização na Feirinha Sustentável.

Assentamentos Sustentáveis (*Público alvo: comunidades dos municípios de Alcobaça, Prado e Teixeira de Freitas no estado da Bahia*): Criação e implantação de um modelo de estabelecimento de assentamentos, com intensiva ocupação do solo, proporcionando às famílias produção de

<p>- A empresa promoveu 2 cursos do SENAI para os moradores do distrito de Helvécia, sendo um deles para formação de mecânicos de máquinas florestais, que contou com 28 participantes, e outro para formação de costureiras de lingerie, que contou com a participação de 25 mulheres da comunidade. Entretanto, nenhum dos formados foi capaz de obter emprego na região após a conclusão do curso, tendo em vista a indisponibilidade de mercado local que requeresse tais capacitações. A empresa deveria pensar melhor sobre quais cursos disponibilizar às comunidades, a fim de permitir um melhor posicionamento dos participantes no mercado de trabalho local;</p>	<p>subsistência e comercial, produção comunitária e criação, conservação e uso sustentável da biodiversidade local.</p> <p>Parceria pela Valorização da Educação - PVE (Público alvo: comunidades dos municípios de Alcobaça, Mucuri e Nova Viçosa no estado da Bahia): O PVE é um programa originalmente desenvolvido pelo Instituto Votorantim, no qual a Suzano é parceira. Os objetivos do Programa são alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU - que promovem o desenvolvimento social e ampliam a competitividade das empresas. O apoio a ideia de que a educação é a base para o desenvolvimento sustentável das empresas e da comunidade. A construção de uma educação de excelência deve ser pautada pela ética, respeito e promoção de alianças.</p> <p>- Qualificações/treinamentos/cursos: Nos últimos 3 anos, a Suzano desenvolveu na região mais de 20 cursos profissionalizantes. O planejamento para implementação de cursos de capacitação profissional nas comunidades se deu através de reuniões comunitárias, onde prevaleceu o interesse da comunidade, no que tange aos seus interesses de desenvolvimento pelo Conselho Comunitário. Nesse sentido, a empresa somente intermediou o contato entre o SENAI e o conselho comunitário, onde foi apresentada a lista de possibilidades de cursos que poderiam ser aplicados. No curso inicial, a temática teve uma maior participação masculina e para o segundo curso, o conselho comunitário de helvécia decidiu que escolheria um curso que priorizasse as mulheres, além disso, consideraram que a escolha do curso de Confecção de Lingerie e Moda Praia traria uma visibilidade para a cultura local. As decisões são tomadas pelo Conselho e os cursos têm como objetivo, a capacitação para o mercado de trabalho. Como exemplo cita-se os seguintes cursos:</p> <table border="1" data-bbox="544 1291 1414 1879"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Curso</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2017</td> <td>- Mecânica Marítima (Mucuri Sede); - Mecânico de Manutenção em Motocicletas (Juerana – Caravelas/BA) - Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Juerana- Caravelas/BA); - Habilitação para Condução de Embarcações de Pesca (Mucuri e Nova Viçosa).</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>- Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Taquari-Alcobaça/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (KM 87 – Engenho Candido Mariano – Nova Viçosa/BA); - Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais (Cruzelandia - Mucuri/BA); - Auxiliar de Fiscalização Ambiental (Nova Brasília – Mucuri/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (Helvécia – Nova Viçosa/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (KM 87 – Engenho Candido Mariano – Nova Viçosa/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Nova Brasília – Mucuri/BA);</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Curso	2017	- Mecânica Marítima (Mucuri Sede); - Mecânico de Manutenção em Motocicletas (Juerana – Caravelas/BA) - Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Juerana- Caravelas/BA); - Habilitação para Condução de Embarcações de Pesca (Mucuri e Nova Viçosa).	2018	- Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Taquari-Alcobaça/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (KM 87 – Engenho Candido Mariano – Nova Viçosa/BA); - Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais (Cruzelandia - Mucuri/BA); - Auxiliar de Fiscalização Ambiental (Nova Brasília – Mucuri/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (Helvécia – Nova Viçosa/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (KM 87 – Engenho Candido Mariano – Nova Viçosa/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Nova Brasília – Mucuri/BA);
Ano	Curso						
2017	- Mecânica Marítima (Mucuri Sede); - Mecânico de Manutenção em Motocicletas (Juerana – Caravelas/BA) - Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Juerana- Caravelas/BA); - Habilitação para Condução de Embarcações de Pesca (Mucuri e Nova Viçosa).						
2018	- Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Taquari-Alcobaça/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (KM 87 – Engenho Candido Mariano – Nova Viçosa/BA); - Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais (Cruzelandia - Mucuri/BA); - Auxiliar de Fiscalização Ambiental (Nova Brasília – Mucuri/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (Helvécia – Nova Viçosa/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (KM 87 – Engenho Candido Mariano – Nova Viçosa/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Nova Brasília – Mucuri/BA);						

<p>- A empresa não oferece cursos e treinamentos para as comunidades na região do município de Caravelas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Taquari – Alcobaça/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Juerana - Caravelas/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Cruzelândia – Mucuri/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Juerana - Caravelas/BA); - Empreendedorismo e Orientação Profissional (Helvécia – Nova Viçosa/BA); - Mecânico de Máquinas Florestais (Cruzelândia – Mucuri/BA); - Habilitação para Condução de Embarcações de Pesca (Mucuri e Nova Viçosa); - Mecânica Marítima (Caravelas Sede).
<p>empresa deveria implantar projetos sociais junto às comunidades rurais com início, meio e fim, eliminando o assistencialismo, que só contribui com a dependência, estímulo à preguiça e irresponsabilidade como o caso do projeto de criação de tilápias.</p>	<p>2019</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informática Básica/100h (Nova Brasília – Mucuri/BA); - Mecânica de Máquinas Florestais/348h (Cruzelândia – Mucuri/BA); - Confecção de Lingerie e Moda Praia/160h (Helvécia – Nova Viçosa/BA); - Manutenção de Motores à Diesel (Prado); - Habilitação para Condução de Embarcações de Pesca (Nova Viçosa); - Auxiliar de Padaria e Confeitaria (Vila Juazeiro – Ibirapuã/BA). <p>Viveiro Comunitário (Público alvo: comunidade do município de Ibirapuã no estado da Bahia): Oportunizar trabalho e renda para comunidades produtoras de espécies de flora nativas.</p> <p>Educação Ambiental: A empresa desenvolve atividades de educação ambiental com as comunidades. Dentre as ações realizadas em 2019 pode-se destacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Palestra sobre Dia da Árvores, no município de Nanuque e Carlos Chagas, MG:</i> Como parte do Programa de Educação da Suzano S.A. foi realizado uma atividade para aos alunos do 5º ano, tendo como tema "Dia da Árvore", com o objetivo de apresentar ao público ações da importância da árvore e a preservação do meio ambiente. - <i>III Feira de Educação Ambiental de Conceição da Barra, ES:</i> As atividades realizadas na III Feira de Educação Ambiental de Conceição da Barra - ES tiveram como objetivo reunir atividades voltadas à sensibilização ambiental. A feira teve como temática a “Mata Atlântica: Mudanças climáticas e Sustentabilidade”. Estiveram presentes diversas instituições, apresentando projetos voltados à conservação do meio ambiente da região. - <i>Educação Ambiental da Dragagem do Canal do Tomba, Caravelas, BA:</i> Os principais objetivos deste programa visam a divulgação das atividades da dragagem e suas nuances quanto à segurança e operação, bem como a mediação dos impactos socioambientais externalizados junto as comunidades locais e Reserva Extrativista Cassurubá. - <i>Projeto Trilha Ecológica Flona do Rio Preto:</i> Foram apresentados relatórios de visitas realizadas mensalmente no período de fevereiro a outubro de 2019.

	<p>Observou-se que a empresa tem buscado a melhoria de seus projetos e programas, para melhor atendimento dos participantes, principalmente no que tange a geração de trabalho e renda. A partir disso, realiza avaliações sistemáticas do desenvolvimento dos projetos, prevendo melhorias contínuas em suas estruturas e investimentos. Este ano de 2020 o foco nos Conselhos Comunitários será a capacitação dos conselheiros para que possam acessar outros projetos, será lançado um edital de pequenos projetos para serem desenvolvidos entre os comunitários.</p>
<p>Dentre os programas oferecidos pela empresa apenas o projeto Colmeias tem trazido renda para as comunidades de Mucuri. Outros programas, como o PDRT, não se mostraram efetivos na geração de renda aos moradores;</p> <p>- O valor de venda do mel a granel está bastante baixo, tendo reduzido gradativamente durante os últimos anos. Isso é atribuído ao fato de as associações realizarem grande parte de suas vendas a atravessadores. Para contornar tal situação, a empresa cedeu o terreno para implantação de uma Unidade de Beneficiamento de Mel dentro da comunidade para atender o projeto Colmeias. A obra está sendo realizada dentro do projeto estadual Bahia Produtiva, em parceria com a Suzano. De maneira similar, há um projeto em andamento para a construção de um</p>	<p>Foi verificado que um programa que se destaca é o de apicultura, denominado Colmeias. O programa prevê a perspectiva produtiva apícola, na produção de mel e derivados, através da implementação dos apiários em áreas de reserva legal e manejo das abelhas. A empresa monitora o desenvolvimento do programa, definindo e implementando planos de ações para resolução de pontos de atenção.</p> <p>Em 2019 foi criada uma Cooperativa para congregar as associações apoiadas pelo programa, com o apoio do Governo da Bahia.</p> <p>Para melhoria na comercialização e nos preços do produto, a Suzano tem propiciado a realização de cursos para manipulação do mel, hidro mel, cosméticos, envase para vendas nas comunidades, beneficiamento da cera, entre outras alternativas.</p> <p>Os auditores também verificaram que a empresa está apoiando a implantação de unidades de beneficiamento do mel para a verticalização e aumento da renda familiar. Uma unidade já está sendo construída na comunidade de Cruzelândia. De acordo com a Associação dos Apicultores e Agricultores do Picadão da Bahia (AAPB-Comunidade Cruzelândia), os produtores avaliam que a iniciativa é importante fonte de renda familiar, pois abrirá a oportunidade de criar novos produtos a partir do mel e comercializar os produtos na região e junto aos programas públicos de aquisição de alimentos (PAA e PNAE). De acordo com a empresa, as unidades de beneficiamento encontram-se em fase de conclusão de obra e com isso se espera agregação de valor ao produto.</p> <p>De acordo com a associação, a atividade de apicultura compreende 83 produtores. A empresa demonstrou que 18 novos beneficiários das comunidades de Cruzelândia, Nova Brasília e Oliveira Costa foram incluídos no programa.</p> <p>Já o programa PDRT, até o ano de 2019, estava implementado nas comunidades de Rio do Sul e Nova Brasília (Região do Picadão). Foi verificada a ata da reunião realizada na comunidade de Nova Brasília com os membros da Associação dos Produtores Rurais de Nova Brasília – Projeto Cacau Sustentável em 17/07/2019 para apresentação do referido projeto. Nessa reunião, foi explicado também os critérios para Associação participar do PDRT e os critérios para participação das famílias.</p> <p>Mesmo se tratando de um projeto recente, iniciado no segundo semestre de 2019, verificou-se que em 2019 na comunidade de Nova Brasília,</p>

<p>entrepasto comercial em Teixeira de Freitas, com o objetivo de atender às associações após a conclusão das unidades de beneficiamento. Além disso, a empresa presta suporte técnico, de gestão e comercial para a associação de apicultores;</p> <p>O PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural Territorial da empresa não gera renda para os participantes na região de Nova Brasília e Cruzelândia.</p>	<p>foram gerados cerca de R\$ 7.965 reais em renda complementar e para a comunidade de Rio do Sul, localizada também no Picadão, foram gerados R\$ 10.089,90 pelo projeto Cacau Sustentável.</p>
<p>Levando em consideração o alto grau de ocupação territorial com plantios de eucalipto no município de Alcobaça, a Suzano deixa a desejar em investimentos sociais.</p>	<p>Os auditores verificaram que a empresa tem diversos investimentos, tanto para implantação, quanto para a ampliação dos projetos e programas para novas famílias, voltados a linha de geração de trabalho e renda, educação e cultura, capacitação local, conforme mencionado acima.</p> <p>Durante a auditoria, foi verificado que para seleção das comunidades beneficiárias dos projetos sociais, a empresa aplica critérios classificatórios definidos na Matriz de Priorização. De acordo com a metodologia apresentada, entre os critérios estabelecidos para a seleção, estão: Vulnerabilidade Social, Influência do Negócio, Dados Municipais e Parecer Social.</p> <p>Quanto ao critério “Influência do Negócio”, a empresa considera as dimensões relacionadas aos impactos gerados pela presença fundiária (em área) das plantações de eucalipto e pela atividade de transporte, em localidades diretamente afetadas, ou seja, aquelas que estão localizadas em um raio de até 3 km de distância, a partir dos limites da unidade de manejo florestal (Matriz de Priorização - p. 5).</p> <p>No município de Alcobaça foi instituído um Conselho Comunitário na Comunidade São José. A ata da reunião realizada pela empresa com membros da comunidade em 29 de outubro de 2019 demonstra que foi realizada uma reorganização do conselho que possui como objetivo reunir as principais lideranças e representantes comunitários para discutir demandas de importância das comunidades. Na ata da reunião, constam listadas algumas conquistas que o conselho comunitário de São José já conseguiu, como área de comodato para a associação, reforma da farinha, doação de madeira para o plantio de maracujá, apoio na associação dos agricultores, entre outras. Também foi destacada pelos membros do conselho, a importância da atuação da comunidade. Foi definido que em 2020 será feito o treinamento e capacitação dos</p>

	<p>membros do conselho por uma consultoria contratada e que no segundo semestre de 2020 serão lançados editais anuais por comunidades para acessar recursos, desde que o conselho comunitário já formado consiga se organizar e acessar os recursos.</p>
<p>Houve a tentativa de implementação de um programa de plantio de graviola na região de Volta Miúda, entretanto o projeto não teve andamento pela baixa adaptação da planta na região.</p>	<p>De acordo com informações da empresa, o plantio da graviola fazia parte de um programa de fortalecimento da cadeia de produção de frutos na região, sendo um apoio pontual com insumos e mudas, modalidade essa que difere de outros projetos que são constituídos para desenvolvimento a longo prazo. Apesar da sua descontinuidade, na comunidade de Volta Miúda há um beneficiário que continua sua produção e dedicação e, hoje participa do projeto Feirinha Sustentável na unidade industrial da Suzano em Mucuri, comercializando polpas advindas de suas produções de frutíferas, entre elas a graviola.</p>
<p>Houve a tentativa de implementação de um programa de plantio de graviola na região de Volta Miúda, entretanto o projeto não teve andamento pela baixa adaptação da planta na região.</p>	<p>De acordo com informações da empresa, o plantio da graviola, conforme citado, fazia parte de um programa de fortalecimento da cadeia de produção de frutos na região, sendo um apoio pontual com insumos e mudas, modalidade essa que difere de outros projetos que são constituídos para desenvolvimento a longo prazo. Apesar da sua descontinuidade, na comunidade de Volta Miúda há um beneficiário que continua sua produção e dedicação e, hoje participa do Projeto Feirinha Sustentável na unidade industrial da Suzano em Mucuri, comercializando polpas advindas de suas produções de frutíferas, entre elas a graviola.</p>
<p>A empresa permite a instalação dos apiários em suas áreas de reserva legal, entretanto, não há contratos entre as associações e a Suzano que formalize a disponibilidade das áreas a longo prazo.</p>	<p>Foi verificado que a Suzano possui controle sobre as atividades de apicultura desenvolvidas na unidade de manejo florestal e está em fase final de elaboração da minuta do Contrato de Comodato para assinatura com as associações, visando o uso do pasto apícola. A minuta do contrato possui cláusula relacionada à periodicidade para uso da área. Todos os apiários que fazem parte do Programa Colmeias estarão georreferenciados. Como os contratos ainda não foram assinados, na próxima auditoria essa questão será reavaliada para que se tenha uma resposta final ao comentário.</p>
<p>A empresa realizou, juntamente com uma consultoria externa, um mapeamento de possíveis programas de geração de renda que pudessem ser implementados na região (Nova Brasília e Cruzelândia). Foi aberta à comunidade a oportunidade de sugestão de programas a serem implementados, para o qual não foi apresentada sugestão. Tendo isso em vista, a empresa iniciou a</p>	<p>Os auditores verificaram registros de reuniões realizadas para definição, junto à comunidade, de programas sociais.</p> <p>Como não houve sugestões, a empresa decidiu apoiar projetos já existentes e implementar programas onde houve interesse de algumas famílias.</p> <p>Um exemplo foi o caso do projeto de cacau. Há mais de 50 anos algumas famílias vêm trabalhando em um fragmento natural, com ocorrência de cacau, colhendo e comercializando o fruto. Entretanto, com a praga vassoura-de-brucha, a produção estava muito baixa e pouco rentável.</p> <p>A empresa decidiu, então, dar apoio técnico a esses comunitários de Nova Brasília e Cruzelândia. Foi construído um viveiro e produzidas mudas resistentes à praga. Através de uma consultoria especializada, foi implementada a técnica de enxertia em plantas de cacau, existentes no fragmento. O resultado no incremento da produção tem sido significativo e novos moradores dessas comunidades foram inclusos no projeto, que atualmente soma mais de 20 comunitários.</p> <p>Há uma parceria entre a empresa e o SENAR/BA para ministrar cursos de</p>

<p>implementação do programa de produção de cacau, o qual não gera renda suficiente para os participantes;</p> <p>A Suzano faz muito mais pela comunidade (Cruzelandia) do que o governo. Exemplos são a construção de um colégio em terreno do governo, realização de programas para geração de renda e construção da sede da associação de apicultores e agricultores (em andamento).</p>	<p>aperfeiçoamento, realizados uma vez por mês durante dezoito meses. Foi visitado pelos auditores o local onde estava sendo ministrado, no dia 12/12/2019, um curso para os comunitários envolvidos no projeto e para outras pessoas interessadas.</p> <p>Em visita ao projeto, foram entrevistados comunitários que estavam colhendo cacau. Todos estão confiantes no sucesso do projeto, com o incremento significativo na produção de cacau. No ano de 2019 foram gerados cerca de R\$ 18.728,93 reais em renda complementar, no projeto Cacau.</p> <p>Os auditores também visitaram o viveiro de mudas melhoradas de cacau. São muitas mudas produzidas para o enriquecimento/adensamento da área do projeto.</p> <p>Foi observado também que a empresa realizou diversos investimentos em ambas as comunidades, tanto para implantação, quanto para a ampliação dos projetos e programas para novas famílias. Para estas duas comunidades são desenvolvidos os seguintes programas e projetos: PDRT, Colmeias, cursos profissionalizantes, cacau e conselhos comunitários, sendo esse último uma iniciativa para trabalhar de forma coletiva e participativa o desenvolvimento comunitário a partir dos anseios, necessidades, oportunidades que existem na comunidade. A perspectiva do levantamento dessas temáticas refere-se ao planejamento compartilhado para que sejam trabalhadas com diversos parceiros que possam existir dentro dos conselhos. Através da iniciativa já foram realizadas diversas atividades.</p>
<p>A empresa fornece alimento (açúcar) para as associações de apicultores alimentarem as abelhas, durante o período do inverno. Entretanto, a empresa informou que pretende descontinuar a disponibilização desse auxílio, a partir de 2020.</p>	<p>Em resposta ao comentário público, a empresa informou que, como parte da premissa de Sustentabilidade dos programas, esses apoios pontuais ocorrem sob avaliação estratégica da empresa, tendo em vista que não são práticas contínuas no desenvolvimento do programa. O modelo de atuação da empresa prevê a capacitação técnica de manejo e organizacional das associações, para que se planejem para períodos como o citado (inverno). Esse alinhamento foi realizado com as Associações, ficando acordado que possíveis apoios poderão ocorrer, mas de forma pontual e não como uma prática contínua, em detrimento de análise do cenário disposto. Segundo a empresa, nas reuniões com as associações procura-se empoderar seus associados para que formem o fundo de reserva, buscando sempre a autonomia dos grupos.</p> <p>Conforme resultados e planejamentos para investimentos sociais apresentados pela Área de Desenvolvimento Social, o objetivo da empresa é ampliar os benefícios dos projetos de apicultura, apoiando a implementação de unidades de beneficiamento do mel, como visto na Comunidade Cruzelandia.</p>
<p>Há superlotação do programa de apicultura promovido pela empresa. A proximidade da instalação dos apiários resulta na competição das áreas pelas abelhas, o</p>	<p>Os auditores verificaram que para evitar a superlotação, a Suzano possui um mapeamento do pasto apícola de sua base florestal, onde identifica as potencialidades para instalação dos apiários/colmeias, respeitando as definições ambientais, bem como de localização/distanciamento entre os apiários, considerando que as equipes que atendem ao programa são especializadas.</p> <p>Conforme já mencionado, a empresa está em fase final de elaboração da</p>

<p>que resulta em uma menor produção e impactos negativos na renda dos apicultores.</p>	<p>minuta de Contrato de Comodato para assinatura com as associações, visando o uso do pasto apícola. Todos os apiários que fazem parte do Programa Colmeias estarão georreferenciados e mencionados no contrato. Como os contratos ainda não foram assinados, na próxima auditoria essa questão será reavaliada para que se tenha uma resposta final ao comentário.</p>
<p>Deveria existir campanhas da empresa, junto às comunidades, incentivando a produção de mandioca para a produção de amido para utilização do mesmo, na produção de papel. Com isso reduziria a pressão da comunidade por subsídios e até por destruição das plantações da empresa.</p>	<p>A região conta com o Plano de Ação Territorial (PAT) Mandiocultura, uma ação do Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER) no Extremo Sul da Bahia, que foi iniciado no ano de 2016, do qual a empresa é parceira. O plano também conta com a parceria da UFSB, EMBRAPA, IFEBAIANO, Secretárias municipais de 11 municípios, que englobam o território, com foco em trazer ao território variedades de mandioca resistentes à doenças e a fatores climáticos. Junto com o PAT, através da EMBRAPA, há também o RENIVA (Rede de multiplicação rápida de variedades) para produção de fécula e Aipim de mesa.</p> <p>Atualmente, a fábrica da Suzano utiliza amido de milho para a produção de papel. Não há ainda, testes para utilização de amido de mandioca. Com relação ao comentário sobre a destruição das plantações da empresa, os auditores verificaram que, atualmente, a empresa conta com um sistema de monitoramento florestal instalado, contemplando vinte e uma câmeras instaladas em torres de observação. Todas as câmeras são de alta resolução e possuem o sistema inteligente anti-intrusão e vandalismo. Equipes terceirizadas de vigilância Patrimonial são responsáveis pela segurança patrimonial, onde são constatadas ações antrópicas como ocupações ilegais, furto, exploração ou uso indevido das áreas ou dos recursos vegetais, animais, minerais ou hídricos nas áreas da empresa.</p> <p>A Suzano também mantém uma matriz de ocorrências ambientais em todos os Núcleos de Produção. As ocorrências registram incêndios, lixo presente na área, invasões de terceiros, obstrução de curso d'água, dentre outros. Para cada tipo de ocorrência há orientações das tratativas a serem aplicadas, incluindo o registro de boletim de ocorrência, quando aplicável.</p> <p>Com base nos registros de ocorrências não autorizadas na UMF, os dados de 2017 e 2018, evidenciou-se que houve uma redução de mais de 16,1% no número total ações irregulares ocorridas na UMF, quando comparado com o ano anterior, 2017. Os furtos de madeira nativa foram reduzidos em mais de 35%. Estes resultados positivos são consequência do investimento da Suzano em vigilância patrimonial na UNF-BA.</p>
<p>Tema: Comunicação</p>	
<p>- Acreditamos que todos os projetos e ações sociais desenvolvidos pela Suzano na unidade da Bahia e MG poderiam ser mais evidenciadas através de interação direta com a</p>	<p>A empresa possui vários meios de comunicação e diálogo, disponíveis para partes interessadas e afetadas pelo manejo florestal, desenvolvido na unidade de Mucuri (estado da Bahia e Minas Gerais), que inclui telefones, e-mails, website, visitação, reuniões, etc. Foi observado que para a comunica�o e engajamento das comunidades e de pessoas e grupos diretamente afetados pelas opera�es de manejo florestal, a empresa desenvolveu uma sistemática de comunica�o normatizada por um conjunto de procedimentos (PO.20.01.006 Dialogo Operacional,</p>

<p>comunidade, a exemplo do campeonato Suzano, recentemente promovido junto à comunidade local com a participação efetiva da comunidade. Ações como está precisam ser multiplicadas e recorrentes porque é uma oportunidade para que empresa e comunidade falem a mesma língua e encontre assim uma forma de interagir com empatia. Isto seria importante até para se desviar de um contexto político de muita ineficiência da gestão pública local nos últimos dez anos, que embora coincida com recordes de receitas, decorrentes em grande parte da duplicação da planta da fábrica da Suzano, a comunidade está cada vez mais descontente com a precariedade dos serviços públicos e esse clima de certa forma favorece um ambiente de negatividade que demanda de uma ação estratégica que potencialize os impactos positivos gerados por uma unidade indispensável e presente no cotidiano de tanta gente.</p> <p>- Há pouca comunicação com a comunidade de Nova Brasília e quando há, o retorno às demandas é demorado e</p>	<p>PO.20.01.007 Gestão Demandas Sociais, PO.20.01.008 Gestão Projetos Socioambientais, PO.20.01.009 Agenda Presencial, PO.20.01.012 Gestão Ocorrências, MA.20.01.001 Manual de Gestão de Relacionamento). Esses procedimentos estabelecem os seguintes mecanismos de comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inventário Social; • Diálogo Operacional; • Diálogo Presencial; • Projetos Sociais; • Conselhos Comunitários; • Suzano Responde (e-mail: suzanoresponde@suzano.com.br ou pelo telefone: 0800 022 1727); • Ouvidoria: 0800 771 4060 e e-mail ouvidoriaexterna@austernet.com.br. <p>De acordo com a documentação avaliada e consultas realizadas, junto as comunidades locais e tradicionais, a empresa demonstrou que os canais de comunicação estão mais efetivos. Demonstrou que está realizando o inventário social, técnica de visita <i>in loco</i>, onde aplica um questionário para a caracterização da população diretamente afetadas pelo manejo florestal. Foram auditados os inventários sociais das comunidades Cruzelândia, Nova Brasília, Helvécia, Juerana e Volta Miúda.</p> <p>De acordo com o Procedimento PO.20.01.006, o Diálogo Operacional é um canal de relacionamento com as comunidades prévio às operações florestais, onde a empresa efetua o levantamento de informações e faz a comunicação das atividades de manejo florestal que serão realizadas no seu entorno. O objetivo é identificar e discutir os possíveis impactos positivos e negativos dessas operações, bem como, propor ações de mitigação e melhoria. Esse diálogo deve ocorrer antes, durante e após a realização das atividades operacionais. A empresa evidenciou estar realizando os diálogos operacionais nas comunidades localizadas no entorno das operações florestais. Para a atividade de aplicação aérea, por exemplo, foram auditados 28 Relatórios Técnicos de Diálogos Operacionais. Foram avaliados diálogos nas comunidades Jacutinga, Oliveira Costa, Pau da Garrafa, Rancho Queimado, Ribeiro Grande, Rio do Sul e São Benedito.</p> <p>Outro canal de diálogo apresentado pela empresa são as ações dos projetos sociais. De acordo com relatórios e entrevistas junto aos moradores do entorno da UMF, na região de atuação, a empresa, atualmente, está executando os seguintes projetos sociais: PDRT, Colmeias, Farinhas Sustentáveis, REDES, Conselhos Comunitários, Manejo de Cacau, Formare, Capoeira do Futuro, Na Rota da Música, Nascentes do Mucuri, Semear e Floresta Viva. Conforme lista de presença, atas de reunião comunitárias e de conselhos comunitários, relatórios de intercâmbios, relatórios técnicos de projetos, relatórios de cursos, oficinas e treinamentos, a empresa evidenciou ter realizado entre 2018-2019 cerca de 269 ações junto as comunidades locais. As comunidades inseridas nos projetos são definidas a partir de critérios estabelecidos na Matriz de Priorização.</p>
--	--

<p>não é resolutivo. A empresa não participa mais das reuniões dos Conselhos Comunitários;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A comunidade Nova Brasília não é informada sobre as operações da empresa que possam afetá-la. Não é realizado o diálogo operacional antes das operações da empresa que possam afetar a comunidade (Nova Brasília); - Os canais de comunicação entre a comunidade de Cruzelândia e a empresa são acessíveis. Entretanto, há demora na resposta e, na maioria das vezes, elas não são resolutivas; - Não é realizado o diálogo operacional antes das operações da empresa que possam afetar a comunidade (Nova Brasília); - Há dificuldade de comunicação com as equipes sociais da empresa; - A empresa possui canais de comunicação com a comunidade (Helvécia), que está prontamente disponível. Entretanto, as respostas demoram para ser apresentadas e quase sempre não são resolutivas para as questões apresentadas; 	<p>Outra estratégia de diálogo com as comunidades são os Conselhos Comunitários, implementados com o objetivo de consolidar-se como canal de diálogo para divulgação de suas atividades e discutir as ações e investimentos dos projetos sociais com os moradores, utilizando-se de um modelo participativo de relacionamento com as comunidades onde a empresa atua, visando contribuir com a transformação da realidade das comunidades locais, despertando nelas uma cultura empreendedora, espírito colaborativo e participativo, através da busca por ferramentas para desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a autonomia e a capacidade de autogestão. O estabelecimento do conselho comunitário com o foco de garantir a participação das comunidades nas temáticas de seus anseios e assim, tendo uma maior representatividade dos moradores locais.</p> <p>Foram realizadas várias reuniões com os Conselhos Comunitários para tratar diversos assuntos relacionadas às comunidades. De acordo com as atas de reuniões de dezembro/2018 e junho/2019, a empresa evidenciou estar implementando o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Nova Brasília, Cruzelândia, Argolo, Helvécia, Volta Miúda, Juerana, Colônia Nova, São José de Alcobaça e Vila Gabriel Passos. Com Cruzelândia e Nova Brasília foram realizadas nove reuniões. A empresa dispõe das atas e listas de presença dessas reuniões realizadas no conselho de Nova Brasília, evidenciando sua participação.</p> <p>Durante a auditoria, foram consultadas várias partes interessadas e/ou afetadas, como, comunidades (Helvécia, de Nova Brasília, Cruzelândia, Volta Miúda, Juerana, Córrego das Flores, Oliveira Costa, etc.), lideranças, Associações, vizinhos, órgãos estaduais e municipais e foi possível evidenciar que os canais de diálogo estão mais efetivos, apesar de ainda haver reclamações a respeito do EMF, isso se restringe a membros de algumas comunidades (Helvécia, Nova Brasília e Cruzelândia). Para esses casos, a empresa vem buscando uma aproximação por meio dos Conselhos Comunitários e projetos sociais implementados, conforme descrito acima.</p> <p>Quanto ao registro das comunicações recebidas, a empresa demonstrou ter implementado o Sistema de Partes Interessadas (SISPART), onde ficam arquivadas as ocorrências geradas pelos canais de diálogo da empresa, bem como, as tratativas e respostas as partes reclamantes. A empresa apresentou diversas ocorrências registradas no SISPART, nos quais o processo de tratamento da reclamação foi aplicado. Entretanto, não há registro documentado no SISPART do tratamento aplicado e respostas às partes reclamante em diversas ocorrências verificadas na planilha “reclamações BA e MG 2018_19.xlsx”. Alguns comentários na planilha, datados de maio e junho de 2019, por exemplo, ainda não foram respondidos e constam como “em análise”, de forma que o tempo médio de resposta atual da empresa para as reclamações recebidas é de 55 dias. Também, observou-se que reclamações feitas ao EMF, especialmente, por meio de contato direto (como o caso da reclamação</p>
---	---

- A empresa teria que estar mais próxima das comunidades rurais, desenvolvendo um forte programa de relacionamento com a comunidade que estão próximos a seus maiores ativos. A amizade e uma relação de parceria junto as estas comunidades que demandam de muito pouco, custariam bem menos aos cofres da Suzano se comparado aos milhões que se gasta com segurança privada, para muitas das vezes ser um muro entre a empresa e a comunidade e em algumas das vezes a própria geradora de conflitos, visando justificar sua importância;

Acreditamos que a Suzano poderia ter uma forma de estabelecer uma política de pertencimento e resiliência com a comunidade através de discussões mais abertas para que as verbas destinadas as ações sociais fosse proporcional ao reconhecimento da comunidade beneficiada que seria grata em saber que tem uma empresa que permite que se construa, junto às políticas sociais, para os verdadeiros interessados, demonstrando, assim, acolhimento e identidade com as pessoas que

de poeira que afeta os plantios de um agricultor às margens da estrada das fazendas próximas a Nova Brasília), não estão sendo registradas e, conseqüentemente, não estão sendo tratadas. Não há evidências de direcionamento das informações recebidas para o responsável pela gestão do sistema SISPART, para registro e tratativas. Dessa forma, foi emitida uma não conformidade (**NC menor 2019-17**) para que a falha seja corrigida.

<p>carecem de quase tudo.</p> <p>Embora os desafios existam e em se tratando de uma empresa que possui consciência em avançar mitigando os impactos, tendo como foco a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente para gerações futuras através de Programas e Projetos, é importante que se tenha como missão, ser reconhecida positivamente pelas comunidade, cumprindo, assim, o propósito de impactar o mundo positivamente, a começar pelo stakeholders de primeira linha.</p>	
<p>A ouvidoria (0800) da empresa aceita apenas reclamações de funcionários próprios, não recebendo relatos relacionados a funcionários de empresas prestadoras de serviços.</p>	<p>De acordo com a empresa, o canal da ouvidoria pode ser acessado, não só pelo público interno (funcionários próprios e terceiros), mas também pelo externo (partes interessadas e afetadas pelo manejo florestal). Em função das normas de confidencialidade do canal, os auditores não tiveram acesso aos registros.</p>
<p>Tema: Ambiental</p>	
<p>Há uma área, localizada no Bloco 43-MU, próxima à margem esquerda da rodovia BA-698 sentido Mucuri, que foi aparentemente cedida pela Suzano à prefeitura de Mucuri para a instalação de um aterro sanitário.</p> <p>Nessa área, a deposição do lixo é feita de forma irregular, não obedecendo normas de aterro sanitário, se</p>	<p>Esse comentário foi recebido após a realização da auditoria. Foi verificada a existência da doação de uma área de 15 ha, ao município de Mucuri, realizada 15/08/2006 (Registro 3 da Matrícula nº 1.190) e que o processo de regularização, junto ao cartório foi realizado em 2017.</p> <p>Com base nas informações providas na manifestação pública, em imagens de satélite e nos mapas das áreas da UMF previamente fornecidas pela empresa, foi possível identificar que a referida área, está localizada no interior do Bloco 43-UM, que se encontrava integralmente inserido do escopo de certificação, sem delimitação e exclusão da área cedida para a Prefeitura de Mucuri, para a construção do aterro. Foi emitida uma não conformidade maior (NC maior 2019-07) para que a empresa fizesse a retirada da área do escopo de certificação. A empresa revisou a área do Bloco 43-UM, identificou a área doada e solicitou sua retirada do escopo de certificação. Também foi elaborado e apresentado um plano de ação para mitigação do impacto do lixo depositado no</p>

<p>caracterizando como um depósito de lixo a céu aberto. Em períodos chuvosos as caçambas não conseguem acessar a área do aterro e depositam o lixo nas estradas de acesso, entre as UPs de eucaliptos, extrapolando a área destinada ao aterro, e bloqueando essas estradas. Há estradas completamente bloqueadas, impedindo a passagem dos usuários. Além disso, há comunidades próximo ao local e os insetos (moscas, baratas) e animais (ratos, urubus, etc.) estão aumentando a cada dia, impactando diretamente na qualidade de vida dessas comunidades.</p>	<p>entorno do aterro sanitário. Os auditores verificaram que a empresa havia identificado o problema da deposição irregular de lixo na área, e registraram boletins de ocorrência.</p>
<p>- Existem diversas áreas infestadas de acácia nas margens do rio Peruípe, no trecho nos entornos do distrito de Helvécia;</p> <p>- A acácia negra está trazendo grandes problemas ambientais para a região da Costa Dourada, pois está invadindo Áreas de Preservação Permanente da empresa. Recentemente foi observado que a empresa está realizando atividades de controle dessa espécie na região do Picadão, entretanto, há preocupação quanto à existência de um</p>	<p>Os auditores verificaram que o EMF possui um programa implementado para o controle de espécies exóticas invasoras (item 10.2 do PMF). A empresa realiza o controle de exóticas e invasoras como uma das metodologias de seu Programa de Restauração Ambiental, no intuito de reconstituir o valor biológico de conservação de suas áreas protegidas, bem como atender às recomendações dos órgãos ambientais e das comunidades vizinhas.</p> <p>As áreas identificadas com presença de exóticas e invasoras são classificadas em níveis de prioridade, onde se considera a densidade, espécies invasoras presentes, acesso e recursos necessários. A caracterização é realizada dentro do programa de atualização da base cadastral da Unidade. O mapeamento das áreas com ocorrência de exóticas e invasoras é realizado por meio de equipe de monitoramento especializada, tendo com base nesse trabalho os levantamentos prévios definido nas áreas para a operação de controle no ano, bem como, um plano de longo prazo. O cronograma, de eliminação dessa espécie foi definindo, considerando a atuação de uma equipe operacional, em um prazo de 10 anos (360 hectares/ano). Até o momento foram realizados 27,89 hectares de controle de exóticas nas áreas da empresa na Bahia. Essa operação está apenas iniciando no estado, após a empresa obter autorização, com base no parágrafo primeiro do artigo 139 da Lei Estadual 10.431/06, que dispensa de autorização ambiental as</p>

<p>mapeamento de todas as áreas afetadas na região, assim como se haverá continuidade do programa de controle a longo prazo.</p>	<p>intervenções em APP e RL realizadas de acordo com a legislação vigente, para fins de enriquecimento e restauração ambiental. Ao todo já foi realizado o controle em mais de 3 mil hectares em todas áreas da empresa localizadas nos estados do Espírito Santo e na Bahia, incluindo o controle em áreas naturais, repasses e abertura de frentes para plantio e condução da regeneração natural. A empresa realiza o monitoramento para avaliar a eficácia das ações tomadas e possui um plano de longo prazo para o controle de exóticas, que tem previsão para finalizar em 2029.</p> <p>Entretanto, o EMF não realizou uma análise que permita confirmar se os recursos disponibilizados para execução do plano apresentado são compatíveis com os prazos previstos no cronograma. Dessa forma, foi emitida uma Oportunidade de Melhoria (OM 2019-12) para que a empresa revise o programa de controle de espécies exóticas, de forma a avaliar se os recursos disponibilizados para sua execução são compatíveis com os prazos previstos no cronograma.</p> <p>As áreas mencionadas no município de Nova Viçosa estão identificadas e seguem o plano de ação para o controle de espécies exóticas invasoras, conforme a metodologia da empresa.</p>
<p>As frentes de colheita da Suzano não possuem recipientes para coleta de óleo hidráulico que vaza das máquinas e contamina o solo. Na antiga Fibria, todo o material derramado, incluindo solo, galhos e folhas contaminados, eram coletados em recipientes específicos e destinados para devido tratamento.</p>	<p>Foi verificado que a empresa possui procedimentos para identificar os aspectos e impactos de suas atividades e define medidas mitigadoras. As ações para controle de derrames no solo são previstas em procedimento interno (PPG.01.00096) e temos Plano de Controle de Emergência Florestal) que estabelece as diretrizes para assegurar o atendimento eficaz em situações emergenciais.</p> <p>Os auditores observaram que nas frentes de diversas atividades inspecionadas, como, por exemplo, a colheita, baldeio e carregamento de madeira; a manutenção de estradas, a aplicação de herbicida e formicida mecanizado, que os equipamentos eram novos e os registros de informações dos equipamentos apontam que a manutenções preventivas estavam em dia. Nas máquinas, são disponibilizadas bandejas para a evitar derramamentos e contaminação de solo. Também foi observada a existência de materiais e recipientes (kit) para a coleta de material contaminado e resíduo perigoso em todas as frentes de colheita. Todos os operadores demonstraram conhecimento sobre o procedimento de emergência no caso de vazamentos de óleo hidráulico. Há um “Programa de Gerenciamento de Resíduos – PGR” que foi auditado e evidenciado que a empresa atende os requisitos técnicos e legais na coleta e destinação final de resíduos perigosos.</p> <p>Um aspecto importante observado é que a empresa está em fase de unificação de processos e procedimentos e que, em algumas ocasiões, há interpretações diferentes de colaboradores que atuam na mesma atividade, o que pode comprometer a efetiva execução das atividades, conforme estabelecido no plano de manejo da empresa. Para correção do problema, foi emitida uma não conformidade menor (NC menor 2019-05).</p>

<p>A empresa realizou plantio de eucalipto sobre área onde estaria localizada a nascente de um córrego. A região localiza-se no interior do bloco 15C036, próximo à Costa Dourada, no município de Mucuri/BA).</p>	<p>A Suzano possui procedimentos e um plano de manejo estabelecido de forma que o manejo florestal realizado respeite as legislações ambientais, mantendo distância das áreas de preservação permanente, as quais desempenham importantes papéis ecológicos de proteger e manter os recursos hídricos.</p> <p>A empresa mapeia e faz a identificação dos locais das nascentes em seu cadastro florestal, demarcando-as em campo, na fase de implantação florestal.</p> <p>Os auditores checaram comentários públicos recebidos, sobre possível plantio de eucaliptos em uma possível área de preservação permanente na UP_15C_036 do EMF. Na avaliação do estudo de não-conversão de áreas de remanescentes naturais da UP_15C_036, realizado a partir de imagens satélites, não foi constatado nenhuma conversão nessa UP, indicando a preservação das áreas de preservação permanente. Porém, considerando que os mapas de uso de solo dessa UP não indicam tal situação de plantios em nascentes, foi emitida uma Oportunidade de melhoria (OM 2019-09) para que a empresa considere a realização de uma avaliação no local para que no caso de constar a presença de nascente na área de plantio, tomem-se as devidas providências de acordo com a legislação ambiental aplicável.</p> <p>Após a auditoria, a empresa realizou visita ao local e verificou que a nascente está localizada em uma área de muçununga com 38,58 ha, dentro deste mesmo bloco com composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação em seu aspecto natural e se encontra preservada.</p> <p>Após a auditoria, a empresa realizou visita ao local e verificou que a nascente está localizada em uma área de muçununga com 38,58 ha, dentro deste mesmo bloco com composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação em seu aspecto natural e se encontra preservada.</p> <p>Como oportunidade de melhoria, a empresa definiu, como plano de ação, a definição do fluxo para atualização de base de nascentes, conforme as vistorias realizadas em campo, o microplanejamento e informações de partes interessadas e a atualização do banco de dados no cadastro florestal, bem como, a implementação de rotina de checagem, pela equipe de licenciamento, para verificação contínua dessas áreas.</p>
<p>A empresa deveria melhorar muito a interligação dos corredores de mata nativa em seus plantios, permitindo o tráfego da fauna, de forma independente de suas florestas de eucalipto.</p>	<p>A empresa desenvolveu, em parceria com outras empresas, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa o projeto “Mosaicos Florestais Sustentáveis”. Nesse estudo foi analisada uma área 12 mil km², entre plantações (aproximadamente 60% do total) e áreas naturais em diferentes estágios de proteção ou recuperação. Essa área foi analisada de acordo com os diferentes tipos fisionômicos da vegetação, unidades geomorfológicas barreiras geográficas, sendo definidas áreas de monitoramento da biodiversidade. Além disso, nesse estudo foi utilizada a metodologia baseada na teoria matemática dos grafos para analisar e selecionar os fragmentos mais importantes para a manutenção da conectividade entre os vários fragmentos florestais da paisagem, na qual permitiu implantar um programa de restauração florestal (Projeto “Pacto</p>

	<p><i>da Mata Atlântica</i>”). Os auditores consideram o estudo uma importante colaboração para a manutenção da conectividade de fragmentos de mata nativa.</p> <p>O empreendimento participa também do projeto “Pacto da Mata Atlântica” para a restauração de 12.049 hectares na Unidade Mucuri, visando a manutenção do Corredor Central da Mata Atlântica. Em 2019, foram plantados 1,4 mil hectares de espécies nativas e realizada a manutenção de 9 mil hectares.</p> <p>A estratégia de conservação aplicada à Mata Atlântica baseia-se no conceito de corredores ecológicos, onde mosaicos de usos de solo favorece a conectividade entre os fragmentos permitindo o fluxo de espécimes e propágulos de fauna e flora, para garantir a viabilidade das populações de fauna e flora e a sobrevivência das espécies. Além disso, a empresa realiza medidas de restauração, que são adotadas em suas áreas protegidas com o objetivo de garantir o atendimento à legislação e a obtenção de benefícios ambientais como manutenção e reabilitação dos processos ecológicos e conservação da biodiversidade, buscando a melhoria da qualidade ambiental das regiões onde se insere a atividade de silvicultura.</p> <p>Entre as ações de conservação adotadas destaca-se o planejamento das propriedades formando mosaicos de plantios e áreas de conservação de tal forma que atuem como corredores de conexão entre fragmentos, restauração de APP e RL e identificação e reconhecimento de florestas e outras áreas de alto valor de conservação.</p> <p>Para colocar em prática as ações, as áreas que entram na base florestal da empresa passam pelo processo de Planejamento Ambiental, momento onde são definidas as melhores estratégias de alocação de Reserva Legal.</p> <p>A empresa possui diversas iniciativas de implemento de ações de conectividade, como, por exemplo, corredores ecológicos em várias fazendas (ex. fazenda Alcoprado). Na fazenda Aloprado foi encontrado o Beija Flor balança-rabo-canela, ou <i>Glaucis dohrnii</i>, uma das espécies de beija-flor mais ameaçados do mundo, sendo umas das poucas áreas com registro dessa espécie no Brasil.</p> <p>Proativamente a empresa participa do fórum florestal, onde esse assunto é conduzido, em parceria com os demais atores do território regional.</p> <p>Como resultado das conversas sobre biodiversidade dentro do fórum, em 2019 a Suzano, em conjunto com outra empresa do setor florestal, lançou o maior programa de monitoramento de Biodiversidade de iniciativa privada do Brasil: O BAMGES.</p> <p>Em 2019, o BAMGES identificou 29 espécies de mamíferos, 303 espécies de Aves e 457 espécies de vegetação que habitam as áreas do programa. Desse total, 88 espécies são consideradas ameaçadas de extinção e 63 são endêmicas, ou seja, que tem a distribuição restrita</p> <p>A empresa realiza um trabalho de restauração reconhecido em todo o Brasil.</p>
Existem impactos nos recursos hídricos em	Os auditores verificaram que a empresa possui o Centro de Tecnologia (CT), responsável pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas para

<p>nossa região. Por se tratar de monocultura que sempre está em fase de crescimento e pela alta taxa de ocupação do solo, a atividade de silvicultura demanda e consome muito os recursos hídricos do nosso município. Outro impacto nesse mesmo recurso são os barramentos irregulares existentes nas áreas da Suzano que reduzem a vazão de água nos rios.</p>	<p>definição de modelos de manejo florestal sustentável. As tecnologias geradas são incorporadas nos procedimentos e, transferidas aos funcionários, através de treinamentos.</p> <p>Através dos resultados dos estudos, a Suzano elabora e implementa recomendações técnicas para uso e conservação do solo e dos recursos hídricos, garantindo produtividade e a sustentabilidade da produção florestal nos ciclos futuros. Entre as recomendações técnicas, destacam-se o tipo de material genético (clones), monitoramentos de proteção florestal, prescrições e recomendações no preparo do solo, número de mudas de eucalipto por hectare, aplicação de fertilizantes e corretivos do solo, técnicas de manutenção de estradas e outras práticas de manejo florestal.</p> <p>A empresa possui um monitoramento de recursos hídricos com a instalação de microbacias experimentais. São realizados diversos registros na área de recursos hídricos (monitoramentos) para auxiliar e dar suporte à área operacional.</p> <p>A empresa participa de diversos convênios e acordos de pesquisas com instituições nacionais e internacionais. A exemplo, no Plano Diretor de Microbacias Hidrográficas Experimentais, os estudos e monitoramentos planejados seguem uma metodologia científica desenvolvida com parceiros nacionais e internacionais, como Universidade Federal de Viçosa, Universidade de São Paulo e a Organização Australiana de Pesquisas - CSIRO (Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation).</p> <p>A Suzano também tem buscado resultados de outros estudos, disponíveis em documentos bibliográficos, onde a maioria demonstra que os plantios de eucalipto possuem um consumo de água (evapotranspiração) similar à vegetação nativa de Mata Atlântica que ocorre na região. Também foi observado que no planejamento de uso do solo, cerca de 38% das propriedades da Suzano, integrantes do escopo da certificação são áreas de reservas nativas da Mata Atlântica, em diversos estágios de regeneração, incluindo os médios e avançados. Essa vegetação preservada contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos locais.</p> <p>Com relação aos barramentos, foi evidenciado que os mesmos estão licenciados, em processo de licenciamento perante os órgãos competentes, ou ainda, estão sobre análise de utilidade/funcionalidade operacional ou social para posterior incorporação ao processo de licenciamento. Dessa forma, aquelas que possuem utilidade, serão incorporadas em processos de licenciamento da empresa. Para tanto, foi estabelecido um fluxograma para avaliação e regularização dessas barragens, o qual vem sendo implementado pela organização. Esse fluxograma contempla o monitoramento das barragens de acordo com o Plano de Monitoramento das Barragens estabelecido pela empresa. Os dados levantados pelo EMF, no período de agosto a outubro de 2019, demonstram que algumas barragens já foram avaliadas quanto a sua profundidade e largura, outras foram classificadas como “sem barragem” ou “barragem desativada”, entre outras análises, evidenciando que a</p>
---	--

	<p>empresa está implementando esse trabalho. Ademais, a certificadora vai estar monitorando a continuidade desse trabalho de análise dos barramentos e a evolução dos licenciamentos na próxima auditoria de supervisão anual.</p>
<p>A empresa está realizando a derrubada de mata nativa e pés de dendê para o plantio de cacau na margem do Rio Mucuri (Fazenda Baronesa).</p>	<p>Durante as consultas realizadas os auditores foram informados sobre o histórico da produção de cacau (<i>Theobroma cacao</i>), sob o sombreamento parcial de espécies nativas, em um fragmento de mata nativa, dentro da UMF. Há décadas (mais de 50 anos) a área já era cultivada pelos antigos proprietários, e com o passar do tempo as comunidades viram uma possibilidade em aproveitar estas áreas para cultivar, de forma sustentável, as árvores de cacau ali existentes, e várias famílias das comunidades de Nova Brasília e Cruzelândia vivem da renda obtida com a venda desse fruto. Entretanto, com a praga vassoura-de-brucha, a produção estava muito baixa e pouco rentável.</p> <p>Para fomentar as atividades de restauração e conservação da biodiversidade, juntamente com a geração de benefícios para as comunidades locais, a Suzano decidiu regularizar e estimular o desenvolvimento da atividade de manejo das cabruças, na fazenda Baronesa, município de Mucuri/BA. A empresa disponibilizou apoio técnico a esses comunitários, visando o incremento na produção do cacau, através do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT), que visa a geração de trabalho e renda dessas comunidades. Para isso, a empresa elaborou um Plano de Manejo, assim como, protocolizou um requerimento ao órgão ambiental estadual competente, requerendo a autorização para a implementação do plano de manejo. O plano de manejo prevê a implementação do sistema cabruca de cultivo do cacau em áreas de reserva legal e de preservação permanente, conforme vinha sendo realizado há mais de 50 anos. Porém, o plano de manejo ainda não foi apreciado pelo órgão. Assim, ainda não evidenciou-se a existência de autorização para a execução da atividade, conforme estabelece o artigo 19 do Decreto Nº 15180 de 02/06/2014 do estado da Bahia. Sendo que, os auditores acompanharão o andamento do processo de avaliação e autorização do plano de manejo da “cabruca” pela empresa.</p> <p>Os auditores verificaram que esse decreto, que regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, bem como a conservação da vegetação nativa, entende como cabruca o sistema agrossilvicultural com densidade arbórea igual ou maior que 20 (vinte) indivíduos de espécies nativas por hectare. O Parágrafo único menciona que o manejo da cabruca com finalidade de raleamento da densidade de espécies arbóreas estará condicionado à manutenção de, no mínimo, 40 (quarenta) indivíduos de espécies nativas por hectare (BAHIA, 2014).</p> <p>Em visita à área, os auditores realmente atestaram o corte de algumas árvores e dendê, entretanto, havia uma densidade arbórea superior a 40 indivíduos de espécies nativas por hectare.</p> <p>Após a auditoria, a empresa solicitou o licenciamento por meio de <i>APE - Autorização por Procedimento Especial</i> para licenciamento ambiental da</p>

	<p>área e apresentou também o <i>Diagnóstico Socioambiental e Plano de Viabilidade do Manejo de Cacau, Plano de manejo de Cacau Cabruca</i> e processo de regularização socioambiental e econômica no desenvolvimento do projeto cacau. Também, foi feito o contato com o órgão ambiental para verificação do andamento do documento protocolizado anteriormente, requerendo a licença para a continuidade do projeto.</p>
<p>Há preocupação quanto ao impacto na disponibilidade de água dos córregos, onde é feita a retirada de água para umidificação das vias pela empresa.</p>	<p>Foi verificado que a empresa faz a avaliação dos aspectos e impactos ambientais de suas atividades, incluindo a análise de registros hídricos, visando a geração de recomendações nas operações do manejo florestal, bem como, faz o requerimento das autorizações ambientais, junto aos órgãos ambientais do estado da Bahia e Minas Gerais, para a atividade de captação de água superficial. Esse documento legal autoriza a empresa, o direito de uso dos recursos hídricos superficiais, por prazo determinado, ou seja, condições pré estabelecidas para uso nas atividades operacionais, assim como para umectação de estradas. As outorgas estabelecem limite de volume a ser captado ao nível de ponto de captação.</p> <p>Evidenciou-se que as captações ocorrerem de forma temporária e esporádica, caracterizando-se como uso itinerante, não devendo ter influência significativa no balanço hídrico dos cursos de água da região de atuação da companhia</p> <p>Foram avaliadas várias outorgas e verificado que a empresa realiza o registro do volume captado de água por ponto de outorga licenciado (<i>“Planilha Umectação de Estradas e combate a incêndio”</i>).</p> <p>Foi verificado que o EMF realiza o registro do volume captado de água por ponto de outorga licenciado (<i>“Planilha Umectação de Estradas e combate a incêndio”</i>).</p>
<p>A Suzano obteve uma revisão de uma condicionante da sua licença ambiental para utilizar áreas convertidas de Mata Atlântica, utilizando o conceito de área rural consolidada da Lei 12651/12. Isso, porém, fere a especialidade da Lei da Mata Atlântica, sendo objeto de uma recomendação do Ministério Público ao INEMA, com ciência à empresa.</p>	<p>Foi observado que a Portaria INEMA nº 16.686, presta os seguintes esclarecimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Redação da Condicionante: Áreas que foram convertidas de floresta para pastagem ou outras culturas a partir de 1994, devem ser desocupadas e sua vegetação nativa deve ser recuperada, conforme determina Lei nº 11.428/06. 2. Ocorre que, tal comando encontrava-se divorciado do quanto disposto no Art. 3º, inciso IV da Lei Federal nº 12.651/2012, que estabelece o conceito jurídico normativo de área rural consolidada, como a “área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrosilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio”. 3. Assim, sem qualquer ação descumprimento da referida condicionante (até então vigente), previamente, a Suzano empreendeu o competente processo administrativo de revisão de condicionante – 2018.001.005947/INEMA/LIC-06947 –, para o que requereu ao INEMA o ajustamento da Condicionante, ao preceito legal vigente, mormente

quanto à caracterização de “áreas rurais consolidadas”, assim compreendidas as que se enquadrem nos termos da Lei Federal nº 12.651/2012.

4. Após regular processamento do feito, onde fora promovida a análise jurídica de competência da Procuradoria Jurídica do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – PROJUR – INEMA, bem como homologação da Diretoria Geral e de Regulação, fora publicada a Portaria INEMA nº 18.585/2019, estabelecendo redação – “Áreas que foram convertidas de floresta para pastagem ou outras culturas e que não se enquadrem no conceito de áreas rurais consolidadas nos termos do inciso IV do Art. 3º da Lei Federal nº 12.651/2012, devem ser desocupadas e sua vegetação nativa deve ser recuperada, conforme determina lei nº 11.428/06”.

5. Portanto, o procedimento promovido foi adequado e nos termos estabelecidos pelo Art. 160-A do Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 14.024/2012, sendo relevante destacar que o entendimento jurídico que norteou a revisão da condicionante, também foi consolidado pelo Parecer n. 00115/2019/DECOR/CGU/AGU, proferido pela Advocacia Geral da União e ratificado pelo Presidente da República, o que nos termos do Art. 40, §1º da Lei Complementar nº 73/93 vincula a toda Administração Pública Federal e, por lógica federativa, comprova que o entendimento do INEMA na revisão da Condicionante, não configura “lesão à especialidade da Lei da Mata Atlântica”, sendo este inclusive o ponto focal do parecer da AGU mencionado, que por sua vez, expõe entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal quanto à inexistência de antinomia entre a aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 12.651/2012 – Código Florestal – e a Lei Federal nº 11.428/2006 e qualquer outra normativa que se cogite tisanar a aplicação do instituto das “áreas rurais consolidadas”

Os auditores verificaram que a área em questão se trata de 5,52 hectares, Fazenda Maria da Penha, segundo Despacho da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de Âmbito Regional, com sede em Teixeira de Freitas, de 11 de outubro de 2019. O padrão de certificação aplicado, no princípio 3, critério 2, requer que:

Subitem h: conversão de florestas e outras formas de vegetação nativa em outros tipos de uso da terra, incluindo a conversão de florestas primárias para plantações florestais, não pode ocorrer, a menos que em circunstância justificadas, onde a conversão:

- esteja em conformidade com a política e legislações nacional, regional e local pertinentes ao uso da terra e ao manejo florestal, assegurada a consulta às organizações e pessoas diretamente envolvidas; e
- abranja uma pequena proporção do tipo de floresta;
- não tenha impactos negativos significativos sobre espécies ameaçadas, ecossistemas ameaçados (incluindo vulneráveis, raros ou em perigo), áreas cultural e socialmente significativas, *habitats* importantes de

	<p>espécies ameaçadas ou outras áreas protegidas; - contribua para a conservação a longo prazo e / ou traga benefícios socioeconômicos relevantes.</p> <p>Subitem i: evidência de que a organização considera a conversão de terras agrícolas abandonadas em florestas toda vez que possa trazer benefícios econômicos, ecológicos, sociais e/ou culturais.</p> <p>Analisando as informações da área apresentada pela empresa, verificou-se que a mesma foi arrendada pela Suzano em 2015. Segundo informações do Despacho da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de Âmbito Regional, com sede em Teixeira de Freitas, de 11 de outubro de 2019 consta que <i>"O CIGEO demonstrou que houve conversão de aproximadamente 1,23 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica entre 2001/2003 e aproximadamente 4,29 de hectares entre 2003/2006, totalizando 5,52 hectares de desflorestamento ilegal"</i>. Portanto, esse desmatamento teria ocorrido em período anterior a área arrendada pela empresa. Essas evidências indicaram que a empresa está conforme com os princípios do padrão de certificação. Por se tratar de uma ação judicial, a certificadora irá acompanhar o andamento desse processo.</p>
<p>A empresa atende a legislação ambiental, em relação à conservação e manejo dos recursos naturais;</p> <p>É uma empresa que além de desenvolver suas atividades econômicas tem significativa preocupação com o meio ambiente.</p>	<p>Após avaliação do manejo florestal, envolvendo documentação, visitas de campo, consulta pública a diferentes atores, entidades, partes interessadas e afetadas, foi observado que o empreendimento atende a legislação ambiental federal (Código Florestal Brasileiro), estaduais (Bahia e Minas Gerais) e municipais, respeitando as áreas de preservação permanente, o percentual de áreas de conservação, licenciamentos ambientais, Licenças de Operação / Ambientais, Autorizações e Outorgas das propriedades incluídas no escopo da certificação, etc.</p> <p>O Relatório Técnico de Garantia Ambiental – RTGA 2018, requerido pela legislação estadual da Bahia, foi protocolizado em 28/03/2019 no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA. O relatório consta de 44 páginas e 299 páginas de anexos, demonstrando o atendimento das licenças ambientais junto ao INEMA. Nesse relatório foi demonstrado o atendimento das condicionantes das licenças emitidas pelo Órgão Ambiental. Documentos correlatos também foram apresentados para as áreas de Minas Gerais.</p> <p>Foi verificado que periodicamente a legislação ambiental é atualizada, contando com apoio de levantamento realizado por empresa de consultoria jurídica ambiental e por mecanismos de consulta aos órgãos ambientais competentes. As alterações que, eventualmente, ocorram, são identificadas, analisadas, acessadas e atualizadas, através do Sistema Informatizado.</p> <p>Esse sistema possibilita que a empresa conheça e controle integralmente o atendimento aos requisitos legais relacionados à conservação e manejo dos recursos naturais.</p>
<p>A empresa Suzano, unidade de Mucuri gera riqueza para a região, aplica políticas</p>	<p>De acordo com os relatórios técnicos apresentados, durante os anos de 2018-2019, a empresa realizou mais de 170 ações entre cursos, feiras, intercâmbios, oficinas, para implementar diversas práticas de produção, entre elas a agroecologia.</p>

<p>ambientais de forma correta, gera empregos e renda através de seus programas sociais e entendo estar alinhada com as políticas da certificação;</p>	<p>Atualmente, a empresa possui aproximadamente 1.361 colaboradores próprios e 2.890 prestadores de serviço na UNF-BA (Set/2019). A empresa também contribui para a geração de empregos indiretos pela dinamização das atividades econômicas nas regiões onde atua.</p> <p>A política adotada pela empresa inclui em seus objetivos a conservação do meio ambiente. A empresa faz uma avaliação dos impactos ambientais da atividade de manejo florestal e adota medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias para os impactos identificados. Ainda, desenvolve projetos voltados a conservação do meio ambiente e restauração ambiental, tais como: Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica; Mosaicos Florestais Sustentáveis, Programa Arboretum, Medidas de Proteção a Fauna e Flora, Recursos Hídricos, Conservação do solo, entre outros.</p>
<p>A empresa descumpe acordos do Fórum Florestal da Bahia;</p> <p>A empresa deveria realizar o afastamento do plantio de eucalipto da região litorânea.</p>	<p>Em relação ao Fórum Florestal da Bahia, na 59ª Reunião Ordinária Fórum Florestal Bahia – BA foi firmado um acordo com as empresas florestais, para recuo em 300 metros das plantações florestais da linha preamar, com o objetivo de preservar e restaurar paisagens naturais e a qualidade de vida das comunidades tradicionais e costeira da APA de Costa Dourada.</p> <p>A empresa realizou o levantamento da área e dos 82,20 ha com necessidade do recuo de 300 metros da linha de preamar, a Suzano iniciou o realizou o recuo de 17,98 ha. Porém, a área onde foi retirada o eucalipto foi ocupada ilegalmente. A empresa abriu processo judicial, solicitando a reintegração de posse da área e paralisou a atividade de recuo.</p> <p>De acordo com a empresa, os acordos estabelecidos podem ser rediscutidos e ajustados no âmbito do Fórum, desde que os participantes entrem em consenso. Verificou-se que no acordo é citado que <i>“Onde houver conflitos fundiários, as ações serão objeto de plano específico, com envolvimento dos poderes executivo municipal, ministério público e judiciário”</i>. Dessa forma, os auditores entendem que não se trata de um descumprimento voluntário. Salienta-se que estas áreas estão fora do escopo de certificação.</p> <p>Segundo informações apuradas esse tema já saiu da pauta de negociação do Fórum Florestal da Bahia e a empresa aguarda posicionamento da justiça, em relação às ocupações ilegais de tais áreas, que se encontram fora do escopo de certificação.</p>
<p>- A empresa deveria promover incentivo à preservação e recuperação de rios e nascentes e recuperação das matas ciliares no extremo sul da Bahia;</p> <p>- A empresa Suzano se reencontra com seu passado e constrói um</p>	<p>Os auditores verificaram que a Suzano possui iniciativas de preservação na região. A empresa Suzano tem diversos projetos, visando à conservação da biodiversidade e do meio ambiente na região de atuação, com destaque ao projeto de restauração ambiental, realizado através do plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica e áreas degradadas; condução da regeneração natural; controle de espécies exóticas invasoras e isolamento de áreas protegidas.</p> <p>O projeto de restauração florestal visa, entre outros, a recuperação de nascentes através do plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, contribuindo para a conservação do Corredor Central da Mata Atlântica. Uma iniciativa importante é realizada por meio de seus colaboradores,</p>

<p>PROPÓSITO incrível quando desenvolve iniciativas e projetos de preservação das espécies e meio ambiente, tendo como referência o Projeto Nascentes do Rio Mucuri, onde se pretende recuperar mais de 500 nascentes, plantar cerca de 50 mil mudas, mobilizando mais de 11.000 pessoas e visitando mais de 1.288 propriedades;</p> <p>- Programas desta natureza e com um impacto tão positivo são um verdadeiro selo de responsabilidade sócio ambiental para uma empresa que defenda a máxima de que “a vida que a gente quer, depende do que a gente faz”.</p> <p>Que este programa possa crescer e se multiplicar para o bem de gerações futuras;</p> <p>- A proteção do Rio Mucuri é um trabalho fundamental realizado pela Suzano.</p>	<p>liderados por sua diretoria, é o projeto Nascentes do Mucuri, que visa a restauração das nascentes e matas ciliares da bacia hidrográfica do rio Mucuri, iniciando o mapeamento em Poté – MG, até estuário da cidade de Mucuri – BA.</p> <p>O rio Mucuri, fonte de água para diversas atividades econômicas, nasce no nordeste de Minas Gerais e deságua no sul da Bahia, percorrendo 446 quilômetros em uma área com cerca de 15.400 quilômetros quadrados e 537 mil habitantes. Nos últimos anos, a região vem sofrendo com a redução da vazão do rio, resultado do desmatamento e da consequente degradação dos recursos hídricos, com assoreamento de brejos, das nascentes e dos cursos d’água. A seca atingiu a região e comprometeu o abastecimento de água para a população, que, vivendo em municípios de estrutura limitada, precisou de fontes alternativas vindas de fora, e impactou produtores de gado e pescadores locais, que tiveram que abrir mão de suas atividades, repercutindo diretamente na composição de sua renda.</p> <p>A bacia hidrográfica do rio Mucuri, se comparada à outras, possui área relativamente pequena. Isso significa que quando chove a água não permanece por muito tempo, indo rapidamente embora para o oceano. Para aumentar o tempo de permanência da água, faz-se necessário ter cobertura vegetal e práticas agrícolas que permitam ter água por mais tempo. Entre os anos de 2017 e 2019, o projeto “Nascentes do Mucuri” atuou em mais de 500 nascentes, destas, 27 no estado da Bahia onde são considerados afluentes do rio Mucuri.</p> <p>A empresa também apoia o Programa Arboretum, que visa incentivar a recuperação ambiental de áreas de APP na Mata Atlântica.</p> <p>Em depoimentos recebidos em consulta pública, foi relatado que a empresa estimulou a recuperação de APPs nas propriedades fomentadas, com a doação de mudas de espécies nativas.</p>
Tema: Aplicação de pesticidas e produtos de controle biológico	
<p>Há relatos de aparecimento de doenças causadas após aplicações de químicos pela organização, especialmente quando a empresa realiza pulverização aérea, as pessoas que moram próximas às áreas ficam</p>	<p>Foi verificado que a empresa possui um setor de proteção florestal, encarregado por cuidar da sanidade e proteção das florestas, em relação à pragas e doenças. Esse setor possui, implementado, um programa de Manejo Integrado de Pragas e Doenças, que consiste na adoção de práticas que resultem na prevenção, eliminação das fontes de inóculo e na redução das condições favoráveis a incidência e ao desenvolvimento de pragas e doenças. As medidas de controle, quando aplicadas de forma integrada, apresentam maior eficiência e reduzem as necessidades emergenciais de aplicação de produtos químicos. Paralelamente, há implementado um programa de monitoramento, que gera todas as</p>

<p>os olhos ardendo e com coceira;</p> <p>No ano de 2017, na comunidade de Igrejinha, houve um caso de contaminação de apiários após aplicação aérea de defensivos que resultou na morte de uma grande quantidade de abelhas.</p>	<p>informações referentes à ocorrência de pragas e doenças e os resultados norteiam as ações de controle, que são realizadas apenas em áreas com infestação significativa.</p> <p>As pragas mais comuns e significativas para a cultura de eucaliptos são as formigas cortadeiras, a lagarta e as plantas daninhas. Para o controle dessas pragas, a empresa tem utilizado produtos químicos registrados e autorizados para a cultura. Para registrar os produtos usados no controle dessas pragas no Brasil, foram necessários estudos de toxicologia e de impactos ambientais. Todas as exigências estão explícitas nas bulas, FIS PQ e ficha de emergência dos produtos.</p> <p>Para o controle de formigas cortadeiras, a empresa utiliza produtos à base de sulfluramida e deltametrina.</p> <p>Para o controle de lagartas desfolhadeiras, é utilizado controle biológico, através de inimigo natural <i>Bacillus thuringiensis</i>. De acordo com as pesquisas, estudos e testes, mesmo em aplicação aérea, trata-se de um controle seguro, pois o <i>Bacillus thuringiensis</i> só atua em animais que possuem digestão alcalina. Na natureza, apenas as lagartas possuem digestão em meio alcalino. Todos outros animais, inclusive o homem, possuem digestão ácida. Portanto, o <i>Bacillus thuringiensis</i> é inócuo aos animais, incluindo os peixes e camarão.</p> <p>Foi verificado que a Suzano possui procedimento (PO.20.01.005) que descreve a metodologia para a identificação e avaliação dos aspectos e impactos sociais das operações florestais. Adicionalmente, verificou-se que a empresa possui procedimentos para a aplicação aérea de produtos químicos.</p> <p>No processo de consulta pública (previamente e durante a auditoria), comunidades reclamaram da atividade de aplicação aérea de produtos químicos, cuja deriva estaria causando reações adversas (tais como, irritação ocular, alergias e sinais de intoxicação) e morte de abelhas. A empresa relata ter identificado o impacto e ter definido como medida mitigadora, realizar diálogos com as comunidades para informação e orientação, além da sinalização das atividades, manutenção dos equipamentos utilizados, treinamentos dos trabalhadores e uso de EPIS. Entretanto, nenhuma medida operacional relativa, por exemplo, ao plano de voo e padrões de sobrevoos, a fim de evitar deriva, foi apresentada para prevenção e mitigação dos impactos mencionados pelas comunidades, na matriz de impactos sociais e demais procedimentos do EMF, indicando que as medidas adotadas não são proporcionais aos impactos identificados. Dessa forma, foi emitida uma não conformidade (NC menor 2019-16) para que a empresa adote medidas de prevenção, minimização e mitigação proporcionais aos impactos gerados pela atividade de aplicação aérea de produtos químicos.</p>
<p>Quando a empresa realiza pulverização aérea das plantações de eucalipto ocorre a infestação das comunidades com borboletas, que, por sua</p>	<p>A pulverização aérea realizada foi para combater lagartas desfolhadoras, seguindo as regras legais, inclusive quanto à distância de aplicação de 500m das comunidades. A aplicação é realizada sobre os talhões de plantios de eucalipto que estejam fora desta distância de comunidades. O produto aplicado à base de inimigo natural <i>Bacillus thuringiensis</i> é justamente para combater lagartas que deveria reduzir o número de</p>

<p>vez, colocam ovos nas paredes das casas, resultando em danos na pintura das residências.</p>	<p>mariposas. Essa diminuição da população de mariposas não favoreceria o aumento da população de borboletas.</p> <p>Independente, foi emitida uma não conformidade para que a empresa revise seu sistema de identificação e avaliação de impactos sociais e ambientais da atividade de aplicação aérea de produtos químicos (NC menor 2019-16), incluindo os produtos de controle biológico.</p>
<p>A aplicação de produtos químicos para controle biológico na região tem afetado a dinâmica dos camarões e a disponibilidade de peixes no rio Peruípe;</p>	<p>Foi verificado que a empresa realiza monitoramentos periódicos da qualidade da água com relação à presença de químicos na água. As microbacias monitoradas situam-se nos projetos (11D, 11E, 12B, 12D, 13C, 13G, 14B e 15A, 32A) de Arraial Pouso Alegre, Itanhetinga, Nova Brasília e Nova Viçosa, totalizando 43 pontos de amostragem. Os resultados do monitoramento indicaram que nunca foi detectado contaminação por agroquímicos na água nos córregos estudados. As análises são realizadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/2005 e encaminhadas ao INEMA. Nessas análises é calculado, a partir de parâmetros físico-químicos da água, o índice IQA (Índice de Qualidade da água), sendo constatada boa qualidade das águas. Essas análises são acompanhadas e monitoradas pelo órgão ambiental.</p>
<p>As aplicações de químicos, no viveiro e no campo, não têm esperado as 24 horas de resguardo, o que tem acarretado problemas de pele nos funcionários.</p>	<p>Foi observado que a empresa adota procedimentos formais para estocagem, manuseio e aplicação desses produtos e para destinação das embalagens vazias.</p> <p>Os trabalhadores são habilitados para a aplicação de produtos químicos, conforme registros apresentados, e realizam treinamentos periódicos sobre os procedimentos de aplicação dos produtos, saúde e segurança para a realização da atividade. No Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, elaborado para a atividade, é indicado os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) exigidos para a função. São fornecidos EPI's adequados e de qualidade reconhecida via Certificado de Autorização (CA), emitido pelo órgão fiscalizador oficial do fabricante de EPI's. A obrigatoriedade de uso e o seu controle são diários, fazendo parte da rotina de trabalho. Nas inspeções das frentes de aplicação de produtos químicos (formicida e herbicida), todos os trabalhadores entrevistados estavam usando os EPIs requeridos para a execução da atividade. Isso os protege de riscos de contaminação.</p> <p>Na aplicação de agrotóxico a Suzano segue os requisitos da legislação vigente, mantendo a área de aplicação isolada com identificação do nome do produto aplicado (comercial e técnico); hora e data da aplicação; intervalo e data de reentrada (conforme indicado na bula do fabricante do produto). Nas áreas de vivência havia fichas FISPQ e indicação dos EPIs necessários às atividades. As áreas inspecionadas em campo atendiam a legislação, contendo placas com as informações da data de aplicação e a data que estaria liberada a entrada na área.</p> <p>Nas entrevistas realizadas a trabalhadores florestais no viveiro de mudas, próximo à Itabatã, foi informado que somente os trabalhadores que exercem a função Ajudante foram treinados para realizar a aplicação de agrotóxicos e que, as áreas de aplicação são isoladas, sendo proibida a entrada de pessoas. Também, há placas de orientação quanto à data da</p>

	<p>liberação da entrada na área aplicada.</p> <p>A empresa monitora a saúde dos trabalhadores, realizando exames clínicos e laboratoriais periódicos e específicos, previstos no PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). Os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os entrevistados que participavam em atividades de aplicação de agrotóxicos estavam em dia e davam o colaborador o “status” da Apto para execução da atividade. Nenhum relato de alteração ou doença foi feito pelos trabalhadores.</p>
Há preocupação de moradores da comunidade de Helvécia que moram próximos aos plantios quanto aos riscos à saúde nas operações de capina química.	<p>Os auditores verificaram que a capina química é realizada com equipamento apropriado, em barra com jato dirigido para o alvo (erva daninha), evitando deriva do produto aplicado. A barra é protegida com espécie de lona grossa (equipamento conhecido como Conceição), evitando que saia qualquer deriva, da área de aplicação. Na aplicação terrestre e todo manuseio deve ser realizado numa distância mínima de 30 metros de áreas habitadas e residências. Após a aplicação deve ser respeitado o intervalo de reentrada na área, recomendado pelo fabricante de cada produto. A empresa sinaliza, com placa, a data da aplicação e a data que a área poderá ser acessada.</p> <p>Respeitadas a distância mínima, com os cuidados operacionais empregados e as recomendações da bula do produto (preparo de cauda e uso de EPIs), os riscos da aplicação são reduzidos.</p>
A aplicação de defensivos agrícolas com tratores resulta na morte das abelhas de projetos de apicultura da região;	<p>Para o controle de formigas cortadeiras são utilizadas iscas, à base de sulfluramida, depositadas diretamente no chão, manualmente ou com tratores agrícolas. A atratividade do produto (formulação em polpa cítrica) permite seu rápido carregamento para o ninho e, de acordo com as pesquisas, não interfere em nenhum outro inseto, seja abelhas ou outras pragas. Também é utilizado, em ações pontuais, o princípio ativo deltametrina, para complementar a eficácia da isca em períodos chuvosos, onde a mesma possui limitações. Nesse caso, o pó é aplicado dentro do olheiro.</p> <p>Com relação aos herbicidas, utiliza-se herbicida pré-emergente para evitar a germinação de sementes existentes no solo. Portanto, sem vegetação. A aplicação pós-emergente é realizada para controlar ervas daninhas e, normalmente é feita antes da florada para evitar a propagação posterior, via sementes. Portanto, quanto o herbicida é aplicado, não há florada e nem abelhas.</p>

4.2 Resumo das constatações da avaliação

<input type="checkbox"/>	Nenhuma Não Conformidade Maior foi determinada para o EMF durante a avaliação. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão de um certificado.
<input checked="" type="checkbox"/>	NC maiores foram determinadas ao EMF durante a avaliação. As NC maiores foram todas fechadas para satisfação da equipe de auditores e atendem os requisitos dos padrões. Para as NC menores a empresa realizou a análise de causa e apresentou o plano de ação corretiva adequado. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão do certificado.

<input type="checkbox"/>	NC maiores foram determinadas ao EMF durante a avaliação e, esta, ainda não as fechou satisfatoriamente.
--------------------------	--

A Tabela abaixo contém um resumo das constatações identificadas pela equipe de auditores em relação ao cumprimento do padrão do CERFLOR.

Princípio/Área	Pontos Fortes Relativos aos Padrões	Pontos Fracos Relativos aos Padrões
P1: Cumprimento da legislação	<p>Existência de um sistema de gestão externo para acesso, identificação, análise e monitoramento da legislação aplicável, garantindo as adequações necessárias para cumprimento dos requisitos legais.</p> <p>Para identificar usos legais e costumários de recursos florestais da unidade de manejo florestal, por comunidades locais, a empresa realizou o <i>Inventário Social</i> em todas as comunidades, bem como estudos para identificação de atributos de alto valor sociais e locais de especial Significado. Há uma área de coleta de cacau, usada pela comunidade há mais de 50 anos e que, atualmente se mostra altamente produtiva, em função do desenvolvimento de técnicas para eliminação de pragas, realizadas pela Suzano e implementadas pela comunidade. A Área de Suprimentos possui um setor exclusivo (Setor de Gestão de Processos e Fornecedores - GPF) para controle das EPS do Grupo Suzano. Esse controle é composto por dois módulos: 1. Controle de Obrigações Acessórias – COA; 2. Gestão de Risco.</p> <p>Para garantir a segurança do transporte de madeira a empresa possui procedimentos implementados, que inclui um sistema de rastreamento e monitoramento de todos os caminhões. Adicionalmente, são realizadas blitz pelo setor de segurança do trabalho. Irregularidades encontradas são notificadas aos responsáveis e adotadas ações corretivas.</p> <p>A Organização colaborou significativamente para a situação regional</p>	<p>NC Menor 2019-03 (1.1.b); NC Menor 2019-04 (1.2.b).</p>

	<p>que possuía um quadro negativo de ilegalidade na produção e comercialização de carvão. Juntamente com Organizações e o governo estadual, a situação foi revertida e hoje a empresa desenvolve projetos sociais para comunidades carentes que tinham como renda, única e exclusivamente, a produção e venda de carvão ilegal.</p> <p>O EMF possui um conjunto de programas que consolidam a Segurança do Trabalho, tais como: Fique Alerta, OPA (Observação Positiva da Atividade), Linha Mestra, Segurança na Área, Programa Amigo.</p>	
<p>P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</p>	<p>A empresa realiza o inventário de resíduos, a fim de determinar o volume de resíduos de madeira comercial que foram deixados nas UPs após colheita e baldeio (item 5.3.5, p. 6). Esse inventário é realizado em 25% das UPs, após a remoção da madeira (Baldeio) e os dados são utilizados para melhoria da qualidade operacional. Além disso, o EMF possui parceria com associações comunitárias para a coleta de resíduos da colheita. De acordo com a documentação analisada e entrevistas com representantes de associações de coletores de pontas e galhos, atualmente, o EMF possui 06 associações cadastradas e 11 associações esporádicas habilitadas a receberem doações de resíduos de colheita (p.e., ponteiras e galhos).</p> <p>Aproveitamento da madeira com até 4 cm de diâmetro, com casca (ponteira das árvores).</p> <p>Revisão do plano de manejo florestal, de forma a adotar as melhores práticas de manejo, identificadas no processo de fusão das empresas Suzano e Fibria.</p> <p>Os treinamentos dos terceiros são monitorados pelo Sistema de Gestão de Treinamento (SGT), por meio do qual são gerados relatórios, quinzenalmente, por operação e por empresa prestadora de</p>	<p>NC Menor 2019-05 (2.1.d); OM 2019-06 (2.2.a); NC Maior 2019-07 (2.2.a); NC Menor 2019-08 (2.3.e).</p>

	<p>serviço.</p> <p>A empresa possui o Centro de Tecnologia (CT), responsável pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas para definição de modelos de manejo florestal sustentável. As tecnologias geradas são incorporadas nos procedimentos e, transferidas aos funcionários, através de treinamentos.</p> <p>Através dos resultados dos estudos, a Suzano elabora e implementa recomendações técnicas para uso e conservação do solo e dos recursos hídricos, garantindo produtividade e a sustentabilidade da produção florestal nos ciclos futuros.</p> <p>A empresa está realizando o monitoramento de incêndios via câmeras e o monitoramento das operações por imagens de satélite e por Vant.</p>	
<p>P3: Zelo pela diversidade biológica</p>	<p>A Suzano S.A. possui um programa de melhoramento genético, estabelecido nos anos 1970. Foi realizada uma extensa pesquisa ao longo dos anos, até que se chegou à definição das melhores espécies e materiais genéticos adequados para a região de atuação - o <i>Eucalyptus grandis</i> e <i>E. urophylla</i>.</p> <p>A empresa desenvolveu algoritmos de detecção de atividades irregulares (furtos e invasões), incêndios florestais, de movimento e invasão de limites, por acesso remoto, integrados com controle de acesso (veículos).</p> <p>O Sistema de monitoramento florestal instalado pela Suzano na Bahia, contempla vinte e uma câmeras instaladas em torres de observação. Todas as câmeras são de alta resolução e possuem o sistema inteligente anti-intrusão e vandalismo.</p> <p>Para o monitoramento Climático a Suzano utiliza o portal “Sistema Detecta” para obter informações sobre a previsão de tempo, risco de queimadas, chuva,</p>	<p>OM 2019-09 (3.2.b); NC Menor 2019-10 (3.2.g); OM 2019-11 (3.4.d); OM 2019-12 (3.5.d);</p>

	<p>ocorrência de granizo e outros eventos climáticos. A empresa possui Estações Meteorológicas automáticas, sendo 03 em MG e 15 na BA.</p> <p>O EMF possui 38% (135.688,76 ha) de áreas de conservação em relação à área total da unidade de manejo florestal. Essas áreas pertencem ao Bioma Mata Atlântica a diferentes tipos fisionômicos Floresta Ombrófila Densa, Restinga, entre outros. O EMF participa do programa “<i>Mosaicos Florestais Sustentáveis</i>”, que envolve ONGs e empresas florestais atuantes na conservação e restauração do corredor central da Mata Atlântica.</p> <p>O EMF participa do projeto “Pacto da Mata Atlântica” para restauração de 12.049 hectares na Unidade Mucuri, visando a manutenção do Central da Mata Atlântica. Em 2019, foram plantados 1,4 mil hectares de espécies nativas e realizada a manutenção de 9 mil hectares.</p>	
<p>P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar</p>	<p>A Suzano desenvolveu o conceito de Unidades de Manejo Naturais – UMN que são compostas de atributos relacionados ao clima (precipitação), solo (classe e textura), altitude e relevo. O Pacote Tecnológico define as recomendações técnicas para cada uma da UMN.</p> <p>A empresa participa do Programa de monitoramento ambiental de microbacia hidrográfica e Rede de Microbacias PROMAB (Programa de Monitoramento Ambiental em Microbacias) no qual microbacias hidrográficas experimentais são monitoradas quanto a quantidade de chuva, vazão do curso de água, qualidade da água, entre outros aspectos, possibilitando avaliar a qualidade do manejo praticado nas florestas de eucalipto. São levantados os parâmetros naturais para a bacia e os impactos advindos das operações – exportações anuais de nutrientes e sólidos devido a movimentação da paisagem.</p>	<p>Nenhum.</p>

	<p>O EMF possui dois viveiros de mudas e todo efluente gerado é monitorado e utilizado para irrigação dos plantios de eucalipto adjacentes ao viveiro.</p>	
<p>P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal</p>	<p>O EMF desenvolve projetos de interesse social, destacando-se entre eles, o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial, projeto Colmeias, Farinheiras Sustentáveis, REDES, Conselhos Comunitários, Manejo de Cacau, Formare, Capoeira do Futuro, Na Rota da Música, Nascentes do Mucuri, Semear e Floresta Viva). A empresa possui parcerias firmadas com associações e promove a formação de Conselhos Comunitários, apoiando a participação dos moradores de comunidades locais nos diversos projetos sociais oferecidos pela empresa.</p> <p>A empresa realiza a “Campanha de Verão” com o objetivo de conscientização da população local para prevenir acidentes no trânsito.</p> <p>A Suzano evidenciou ter realizado entre 2018-2019 cerca de 269 ações junto às comunidades locais.</p>	<p>NC Menor 2019-13 (5.1.a); OM 2019-14 (5.1.a); OM 2019-15 (5.1.b); NC Menor 2019-16 (5.1.b); NC Menor 2019-17 (5.2.c).</p>
<p>Tratamento de Reclamações (Portaria do Inmetro nº 547/2012)</p>	<p>Nenhum.</p>	<p>Nenhum.</p>
<p>Requisitos de uso do Selo de Identificação da Conformidade do Cerflor e/ou da Logo PEFC</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>Requisitos para Certificação de UMF-múltipla (ou multi-site)</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>Programas de Manejo em Grupo (Anexo A – Portaria do Inmetro nº 547/2012 e Portaria Inmetro nº 54/2014)</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>

4.3 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Abertas de Auditorias Anteriores

Como se trata do processo de certificação, seguido do vencimento de um certificado anterior, a Sysflor avaliou as não conformidades que estavam abertas pelo organismo de certificação anterior, para dar transparência ao sistema de certificação e para demonstrar que ações corretivas foram implementadas para correção das não conformidades. Essas constatações foram emitidas na auditoria de supervisão de 2018, sob o código de certificado IMA-MF-00001.


Constatação Número: OBS 01-19						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	1.1.b					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Em uma frente de trabalho de uma prestadora de serviço foi identificado que o caminhão que transporta adubos se encontrava sem os documentos originais de rodagem. Foi apresentada uma cópia do documento válido, porém o veículo estava transitando de forma irregular. É recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Realizado a substituição imediata do caminhão de transporte de adubos.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na efetividade da avaliação de campo da SSOMA.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF realizou a substituição do caminhão de transporte. Realizou treinamento com a equipe para ter efetividade nas avaliações de campo.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde
	Realizar treinamento da equipe Silvicultura Realizar inspeção técnica de segurança para avaliar a efetividade da ação.	Anneli M Gonçalves	30/10/2019	Para que a equipe de Silvicultura realize a avaliação de campo, conforme check-list.	Reunir a equipe no escritório e abordar temas relacionados a certificação, avaliação de campo e processo de auditoria	UNF BA

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF identificou que o caminhão possuía irregularidades em relação aos requisitos estabelecidos, realizando a substituição imediata do caminhão de transporte de adubos e, ainda, orientando as empresas transportadoras, para que sempre tenham em mãos os documentos legais necessários (disponíveis no caminhão). Como forma de averiguar a efetividade da substituição do veículo foi realizada uma análise de tarefa para o novo caminhão. Foram identificados pontos de melhoria no mesmo, tais como: tacógrafo, materiais soltos e extintores, sendo estes desvios sanados no mesmo dia, liberando o caminhão para a operação (inspeção do caminhão realizado dia 26 de outubro de 2018 – Placa GVE-2580).</p> <p>A equipe técnica de segurança do trabalho identificou também falha na efetividade da avaliação de campo da SSOMAR, realizando a atualização do sistema. Também foram realizados treinamentos com a equipe, em 22 de novembro de 2018, para ter efetividade nas avaliações de campo, por meio de reunião com a equipe no escritório e abordando temas relacionados a certificação, avaliação de campo e processo de auditoria. Como ação complementar, a equipe de Meio Ambiente Florestal realizou o Programa de Parceria para a Sustentabilidade (PPS), o qual tem o objetivo de identificar as práticas em campo.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;">    </div>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF evidenciou a substituição do veículo irregular por um novo, de placa GVE 2580.</p> <p>O Relatório de Inspeção de Segurança realizada no caminhão munck placa GVE 2580 em 26/10/2018 foi apresentado. Nessa inspeção foram levantadas 03 ações corretivas: (i) objetos soltos na cabine do caminhão; (ii) Extintor com estado de conservação ruim (ilegível as recomendações e prazo de recarga) e, (iii) Conforme vistoria eletromecânica, apresentar certificado de tacógrafo atual. A documentação do caminhão estava regular, em dia. O relatório fotográfico de inspeção conclui: <i>“caminhão em bom estado de conservação (cabine, carroceria, bancos); pneus visualmente em bom estado com Step”</i>. Foi pedido que tirasse foto do assoalho sem os Bags, e o assoalho está em bom</p>

	<p>estado de conservação também (conforme foto encaminhada e anexada) neste relatório.</p> <p>No dia 22/11/2018 a equipe de adubação mecanizada da empresa prestadora de serviços participou de um treinamento sobre as certificações florestais FSC e CERFLOR, explicando o histórico, os princípios e critérios e a importância do selo no mercado internacional de consumo de produtos florestais. Nos dias 28 e 29/11/2018, o EMF também realizou diálogos com a equipe de adubação da empresa terceirizada, onde foram dadas orientações para o atendimento de normas, legislação, incluindo aspectos ambientais da atividade de adubação mecanizada. A equipe recebeu orientações e um exemplar do resumo do plano de manejo florestal da Suzano. Foi apresentada a Lista de Presença com assinatura dos 07 participantes da equipe de Adubação Mecanizada da EPS.</p> <p>No dia 29/11/2018 foi realizada uma vistoria de campo, através do programa <i>Parceria Para a Sustentabilidade – PPS</i>, na equipe da empresa prestadora de serviços. Foi verificado que o caminhão de placa GVE-2580 se encontrava em condições adequadas para o transporte de adubos. A equipe se reuniu para realizar um bate-papo sobre orientações para o atendimento de normas, legislação e padrão de certificação.</p>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 01/19	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.2.d.
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O procedimento documentado para solução de conflitos de natureza fundiária não prevê o diálogo com partes afetadas como princípio geral imediato e primordial para a solução de conflitos fundiários.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O procedimento documentado (PPG.01.00111 – Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária, 10/08/2016) prevê o diálogo com partes afetadas somente após a realização de “moderados atos de defesa ou desforço” da equipe de Segurança Patrimonial (item 5.1 - Princípios Gerais para a Solução de Conflitos Fundiários, p.2), desrespeitando a premissa do diálogo como primeira via de abordagem e negociação em situações de resolução de conflitos.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (<i>quando aplicável</i>)	Avaliar o texto das práticas estabelecidas pela Sustentabilidade e comparar com o descritivo do PPG.01.00111.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Procedimento não considera as etapas e canais de comunicação previstas no manual de sustentabilidade para resolução de conflitos.

Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF revisou o procedimento inserindo as medidas adotadas para o diálogo com as partes interessadas como primeira via de abordagem na resolução de conflitos.																							
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>O Que Fazer</th> <th>Quem</th> <th>Quando</th> <th>Porque</th> <th>Como</th> <th>Onde</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="496 422 699 716"> Revisar o procedimento PPG.01.00111 inserindo as medidas adotadas para o diálogo com as partes interessadas como primeira via de abordagem. </td> <td data-bbox="699 422 808 716"> Eduardo Soares </td> <td data-bbox="808 422 943 716"> 20/11/2019 </td> <td data-bbox="943 422 1138 716"> Estabelecer mecanismos de relacionamento e diálogo com as comunidades </td> <td data-bbox="1138 422 1349 716"> Descrevendo em procedimento os mecanismos de negociação para resolução de conflitos. </td> <td data-bbox="1349 422 1443 716"> UNF BA </td> </tr> <tr> <td data-bbox="496 716 699 947"> Treinar as equipes de Inteligência Patrimonial sobre a atualização do PPG.01.00111 </td> <td data-bbox="699 716 808 947"> Eduardo Soares </td> <td data-bbox="808 716 943 947"> 20/11/2019 </td> <td data-bbox="943 716 1138 947"> Melhorar o diálogo com a comunidade em caso de conflitos </td> <td data-bbox="1138 716 1349 947"> Treinamento da equipe de Inteligência Patrimonial sobre as novas orientações e práticas de Sustentabilidade </td> <td data-bbox="1349 716 1443 947"> UNF BA </td> </tr> </tbody> </table>	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde	Revisar o procedimento PPG.01.00111 inserindo as medidas adotadas para o diálogo com as partes interessadas como primeira via de abordagem.	Eduardo Soares	20/11/2019	Estabelecer mecanismos de relacionamento e diálogo com as comunidades	Descrevendo em procedimento os mecanismos de negociação para resolução de conflitos.	UNF BA	Treinar as equipes de Inteligência Patrimonial sobre a atualização do PPG.01.00111	Eduardo Soares	20/11/2019	Melhorar o diálogo com a comunidade em caso de conflitos	Treinamento da equipe de Inteligência Patrimonial sobre as novas orientações e práticas de Sustentabilidade	UNF BA					
O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde																			
Revisar o procedimento PPG.01.00111 inserindo as medidas adotadas para o diálogo com as partes interessadas como primeira via de abordagem.	Eduardo Soares	20/11/2019	Estabelecer mecanismos de relacionamento e diálogo com as comunidades	Descrevendo em procedimento os mecanismos de negociação para resolução de conflitos.	UNF BA																			
Treinar as equipes de Inteligência Patrimonial sobre a atualização do PPG.01.00111	Eduardo Soares	20/11/2019	Melhorar o diálogo com a comunidade em caso de conflitos	Treinamento da equipe de Inteligência Patrimonial sobre as novas orientações e práticas de Sustentabilidade	UNF BA																			
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)																							
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):																							
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF fez uma avaliação do texto das práticas estabelecidas pela Sustentabilidade e comparação com o descritivo do PPG.01.00111. Constatou-se que Procedimento não considera as etapas e canais de comunicação previstos no manual de sustentabilidade para resolução de conflitos, que preconizam o diálogo entre as partes interessadas.</p> <p>O EMF realizou a revisão do procedimento PPG.01.00111, inserindo as medidas adotadas para o diálogo com as partes interessadas, como primeira via de abordagem na resolução de conflitos. Este documento, ao ser inserido no Sistema DOC da organização, recebeu uma nova codificação (POP.01.00318).</p> <p>O EMF realizou treinamentos com a equipe de Inteligência Patrimonial sobre as novas orientações e práticas de Sustentabilidade (conforme procedimentos citados acima), com 22 representantes na EPS (Empresa Prestadora de Serviço) que realiza a Segurança.</p> <p>No total, foram realizados 14 registros, desde 29 de outubro de 2018, incluindo DSs (Diálogos de Segurança), treinamentos, e orientações de</p>																							

	<p>segurança. Evidências dos treinamentos:</p> 
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>Para a resolução de conflitos sobre os direitos de posse e uso da terra, a Organização apresentou o <i>Procedimento POP.01.00318 – Critérios e diretrizes para a solução de conflitos de natureza fundiária</i>. O Item 5.3 – <i>Da tentativa de solução pacífica</i> (pág. 4), estabelece como passo inicial, o diálogo com a parte, em questão, visando a resolução pacífica.</p> <p>Como medida de implementação do procedimento, a Área de Inteligência Patrimonial apresentou evidências de realização, em Outubro/2018, do Treinamento Operacional com brigadistas e vigilantes, nos seguintes temas: relação com comunidades, direção defensiva, procedimentos operacionais para atuação em ações não autorizadas, direção segura, relações humanas, uso de adorno e acessórios, divulgação do Programa Floresta Viva e direito de recusa. Em Abril/2019, foi realizado um Diálogo de Segurança com vigilantes da empresa sobre o tema “comportamento seguro faz a diferença”.</p> <p>Evidências analisadas: POP.01.00318_Gestão Conflitos.doc POP.01.00314_Vigilância Patrimonial.docx Boas Práticas e Treinamento Operacional - Out e Dez-18.pdf; Registros fotográficos; Lista de Presença - Treinamento Operacional da Vigilância.pdf Lista de Presença.pdf Treinamento Operacional Out -18.pdf Edições 114, 115, 116 e 117 – Segurança na área</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 02/19	
<p>Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM</p>	
<p>NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Indicador(es) Cerflor:</p>	<p>5.1.b</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p>	
<p>As medidas tomadas pela organização não foram suficientes para a mitigação do impacto socioeconômico de “ocupação das terras pela eucaliptocultura” envolvendo população tradicional, previstas na Matriz de Impactos Regionais (medidas como: “Fortalecimento e ampliação dos conselhos</p>	

comunitários (...), com abertura do conselho, projetos de geração de renda no campo ou outras ações” como investimentos em apicultura e agricultura foram tomadas pela Organização ao longo dos últimos anos na comunidade), em função de estar em curso um processo de tensão entre os associados e a Organização, em especial a área de segurança patrimonial.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

A Organização tem mapeadas dez comunidades quilombolas na área diretamente afetada, para as quais prevê a implementação de medidas de mitigação e compensação dos impactos avaliados. Uma delas, vizinha de área de manejo, tem atualmente duas associações ativas. A mais antiga possui processo de demarcação de terra quilombola junto ao Incra e solicita à Organização, entre outras demandas de menor porte, a disponibilização de parte da área de manejo vizinha aos sítios dos moradores como terra para plantios e outras atividades econômicas (a demanda gira em torno de aproximadamente setecentos hectares de terra). A Matriz de Impactos Regionais, versão 2018, estabelece o impacto “Ocupação das terras pela eucaliptocultura” como passivo de “demandas fortes e moderadas” e prevê “projetos de geração de renda no campo ou outras ações”, a serem definidos a partir de “reuniões de conselho, relacionamento social e estudos específicos”. Nesse contexto, a companhia tem histórico de relacionamento com a comunidade e a implantação de iniciativas e projetos estabelecidas na Matriz de Impactos, como agricultura comunitária e apicultura sustentável. Além disso, foi implementando o Conselho Comunitário no local, sendo que não foi possível o desenvolvimento da iniciativa a médio prazo pela tensão entre as duas associações da comunidade e os pleitos ligados à questão da disponibilização de terras por parte da associação mais antiga. Entretanto, apesar de haver processos de comunicação e diálogo com as duas associações representativas da comunidade, está em curso um processo de acirramento de tensão entre a associação que pleiteia acesso à terra e a Organização, com uma série de ocorrências envolvendo especialmente os associados (cerca de 25% dos moradores, representados por uma família remanescente de quilombo) e equipes da área de segurança patrimonial. Dentre as ocorrências no último período, destaca-se uma reunião entre a diretoria da associação e representantes das equipes de segurança patrimonial e social. Nessa reunião, na qual o procurador do Ministério Público Federal não conseguiu participar, se deu, por um lado a postura dos associados portando facões na cintura e, por outro, a presença da polícia militar ambiental, previamente acionada pela organização, mas que não efetuou flagrante ou ato de prisão por qualquer ocorrência. No dia posterior à reunião, o comitê interno que a organização estruturou para encaminhar o caso (composto pelas áreas social, patrimônio, relações institucionais, comunicação e recursos humanos) decidiu emitir boletim de ocorrência para registrar a situação ocorrida durante a reunião, apontada como “cárcere privado”, e abrir ação de interdito proibitório para evitar possíveis invasões nas áreas de manejo. O não desenvolvimento do conselho comunitário devido às disputas entre as duas associações ou outro fórum de negociação que permita avaliar as demandas prioritárias da comunidade, a postura das equipes de segurança patrimonial no trato junto aos comunitários, os encaminhamentos dados pelo comitê interno da Organização e a postura da associação mais antiga da comunidade com relação ao pleito de terras são elementos que compõem um cenário que vem dificultando a implementação de medidas de mitigação de impactos previstas na Matriz de Impactos Regionais e contribuindo para o aumento da tensão entre as partes (Planilha “Matriz de Impactos Regionais R 2018; Procedimento documentado PPG.01.00111 – Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária, 10/08/2016; Relatórios de ocorrências em áreas de manejo próximas à comunidade, referentes a incêndios em pilhas de madeira; paralização de atividades de equipe de silvicultura - setembro e outubro 2018; Solicitação do Procurador da República de Teixeira de Freitas a representante da organização para comparecimento à reunião sobre “fatos de interesse da Comunidade Quilombola Volta Miúda”, 13/08/2018).

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

Ação Imediata (quando aplicável)	Diálogo com as comunidades para identificar a realidade de cada comunidade para a definição dos conselhos comunitários.
---	---


Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Baixa aderência ao objetivo proposto pelo conselho comunitário no processo de comunicação					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Melhorar a comunicação entre a Organização e a comunidade através de reuniões com as associações e visitas conforme o microplanejamento das atividades de manejo Florestal.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde
	Fortalecer a comunicação entre a Organização e a comunidade através de reuniões com as associações e visitas regulares conforme microplanejamento de atividades de silvicultura.	Narcísio Loss	30/11/2019	Mitigar os impactos sociais das operações florestais no entorno do empreendimento.	<p>Analisar e verificar comunidades que podem ter adesão ao projeto PDRT (Programa de Desenvolvimento Rural Territorial). Realização de visitas as comunidades e confirmação das comunidades que aderem aos conselhos. Realizando treinamentos e DDS para a equipe de vigilância patrimonial. Realizar diálogo operacional junto à comunidade pré e pós atividades de silvicultura.</p>	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O tema em pauta refere-se à comunidade de Volta Miúda que atualmente encontra-se dividida por duas associações que detém diferentes diretrizes em sua organização, motivo pelo qual o EMF sempre conduziu diálogo com ambas, ainda que em momentos distintos. Esse histórico encontra-se na pasta digital "NC 02_19\Histórico progresso de relacionamento - Volta Miúda".</p> <p><u>Histórico do processo:</u> O processo de pleitos e posteriores ações desencadeadas neste caso, foi iniciado pela associação liderada pela família Leocádio, sendo essa associação</p>					

	<p>a única em pauta. O histórico inicia-se com essa família denunciando o EMF no Ministério Público Federal (IC 1.14.013.000043/2017-51_MPF). Resumidamente, o pleito dessa associação liderada pelos Leocádios era por acesso a água de boa qualidade e acusavam o EMF de contaminar suas águas com defensivos agrícolas. Outros pleitos constam no IC. Entretanto, não são de responsabilidade do EMF.</p> <p>O EMF tem nesse processo a obrigação de realizar análise de qualidade de água no território da comunidade, em pontos previamente sinalizados pelos comunitários. Como a associação liderada pelos Leocádios não compareceu/sinalizou pontos de amostragem para o EMF, o EMF realizou análise de água em pontos sinalizados por comunitários locais, aleatoriamente escolhidos. As análises foram protocoladas no MPF em 17 de outubro de 2018 que basicamente resultaram em água imprópria para consumo humano por presença de coliformes fecais (vide ofício e análises químicas da água na pasta digital "NC 02_19- PENDENTE\Resposta MPF"). Notadamente, a atividade exercida pelo EMF não contribui para a referida contaminação de água, uma vez que coliformes fecais são somente encontrados em dejetos humanos e/ou animais. Conforme plano de ação definido dentro do IC pelo promotor público federal, o EMF liquidou suas obrigações perante a comunidade ficando a associação liderada pelos Leocádios pendente de ação (definição de ponto amostral para novas análises químicas).</p> <p>Paralelamente, desde o acionamento do EMF pelo MPF, o EMF estabeleceu estratégia interna e externa específica para o tema, da seguinte forma: a) formação de comitê interno contemplando representantes de todas as áreas organizacionais do EMF para governança do tema tendo como prerrogativa o diálogo e resolução harmoniosa dos problemas em pauta e b) comunicação sucessiva e frequente à certificadora do EMF em 2018 sobre os resultados das ações tomadas e o que o EMF planejava fazer como próximos passos (deliberações do comitê interno do EMF).</p> <p>O histórico e conteúdo (atas de reunião) do comitê interno Suzano formado à época foram disponibilizados para a equipe auditora em 2019.</p> <p>Ainda que o processo de judicialização via inquérito civil tenha gerado um ambiente de aumento nos questionamentos entre as partes (EMF e associação liderada pelos Leocádios), o EMF manteve seu relacionamento realizando diálogo com as comunidades para identificar a realidade de cada associação para a definição dos Conselhos Comunitários.</p> <p>O microplanejamento e consequentes pontos de atenção e cuidados operacionais levantados foram realizados (como exemplo encontra-se no arquivo digital "NC 02_19/RES_ RF06_BA03.pdf), bem como, os investimentos estruturantes na comunidade (vide "NC 02_19/Investimentos estruturantes em Volta Miúda – histórico"), que basicamente consistem em assistência técnica rural agrícola, programa de apicultura, doações pontuais estruturais, capacitação (PDRT) e fortalecimento da estrutura de associação para aumento de valor agregado aos produtos comercializados pelas associações da comunidade.</p> <p>Em função de todo o histórico o EMF consolidou as práticas de relacionamento com as comunidades na área de Desenvolvimento Social, sendo descrita no padrão PPG.01.00237 e as questões de conflitos no POP.01.00318 CRITÉRIOS E</p>
--	---

	<p><i>DIRETRIZES PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATUREZA FUNDIÁRIA</i>, onde prioriza a busca de solução amigável e equilibrada junto às partes.</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>De acordo com entrevistas realizadas junto aos membros da Comunidade Volta Miúda, a questão em análise está relacionada, principalmente, a criação de um Território Quilombola no tamanho de 6.574 ha (70% seria composto por áreas da empresa), fato este, que coloca em situação contrária as duas associações comunitárias locais. De acordo com os relatos, a demanda é uma reivindicação dessa área, por parte da Associação de Produtores Remanescentes Quilombola de Volta Miúda, tendo como discordantes os membros da Associação dos Trabalhadores Rurais Remanescentes de Quilombola de Volta Miúda. Esta situação dividiu a comunidade.</p> <p>Conforme documentação verificada junto ao Jurídico Fundiário da Empresa, atualmente, encontra-se aberto no INCRA o <i>Processo N. 54160.000300/2011-46</i>, para a realização de estudos de subsídios ao <i>Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das terras ocupadas por remanescentes da comunidade de quilombo de Volta Miúda</i> (Conf. Ofício INCRA N. 86-2016). Não foi identificada a definição de quais áreas são objeto do estudo. A empresa evidenciou por meio de documentação legal o direito de posse de todos os imóveis que compõe a UMF. Ainda, foi evidenciado por meio de documentos do INCRA (p.e. ofícios), que o processo da Comunidade Volta Miúda encontra-se em tramitação, portanto, ainda inconcluso.</p> <p>Quanto ao diálogo com os moradores, a empresa demonstrou por meio de relatórios de reuniões, atas, listas de presenças e ofícios que mantém um histórico de relacionamento com a Comunidade Volta Miúda desde o ano de 2016. A fim de evitar que haja conflitos em relação a atuação da vigilância patrimonial, e melhorar o diálogo com os moradores do entorno da UMF, a empresa efetuou a revisão do <i>Procedimento PPG.01.00237 - Relacionamento com Comunidades Urbanas e Rurbanas</i>, estabelecendo que a área de Desenvolvimento Social é a responsável pelo Diálogo Social com as comunidades. Também alterou o <i>Procedimento POP.01.00318 Gestão Conflitos</i>, definindo que <i>“Sempre que comunidades, movimentos sociais, quilombolas e afins estiverem envolvidas em conflitos nas áreas de influência do manejo florestal, de propriedades rurais ou operações da Suzano, a área de Desenvolvimento Social será o agente de relacionamento no fluxo de comunicação com as partes interessadas”</i> (p. 47).</p> <p>Quanto aos projetos sociais, a empresa demonstrou ter realizado os seguintes investimentos na Comunidade Volta Miúda:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Programa de Desenvolvimento Territorial Rural: 54 beneficiários da Associação dos Produtores Remanescentes Quilombolas de Volta Miúda e Associação dos Trabalhadores Rurais Remanescentes do Quilombo de Volta Miúda Antônio Joaquina Serafim; b) Projeto Agricultura: 54 beneficiários; c) Projeto Redes: 47 beneficiários; d) Projeto Apicultura: 5 beneficiários / Construção da Unidade de Beneficiamento do Mel Comunidade Volta Miúda.

	<p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Registro histórico do relacionamento na comunidade de Volta Miúda; - Atas de reunião do conselho comunitário; - Relatórios de visita técnica; - Termo de compromisso e repasse financeiro; - Ofício Associação Volta Miúda; - Ações e investimentos – Comunidade Volta Miúda; - POP.01.00318 - Gestão Conflitos; PPG.01.00237 - Relacionamento com Comunidades Urbanas e Rurbanas.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: OBS 02/19						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	5.1. b					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
O uniforme adotado (com apetrechos como colete e coldre) e a postura de abordagem e comunicação das equipes de segurança patrimonial podem provocar a percepção pelos moradores locais de que as equipes andam armadas nas rondas de áreas de manejo. É recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Retirada a utilização do acessório coldre para os vigilantes.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na orientação aos vigilantes sobre os acessórios a serem utilizados; que demonstre a não utilização de armas de fogo.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Realização de treinamento da equipe de Inteligência Patrimonial sobre a proibição do uso de adornos.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde
	Realizar treinamento da equipe de Inteligência Patrimonial sobre o uso de adornos e acessórios	Eduardo Soares	30/07/2019	Demonstrar para as comunidades que a Inteligência Patrimonial não utiliza	Palestras sobre postura e abordagem da equipe de Inteligência Patrimonial. Informando aos vigilantes que o	UNF BA

				arma de fogo.	coldre não deve ser utilizado para outros fins.	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	Evidências: Fotos de treinamentos 					
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>A Área de Inteligência Patrimonial da empresa evidenciou que os vigilantes passaram por novos treinamentos para abordagens em áreas vizinhas e de comunidades. Conforme lista de presença e conteúdo programático, os treinamentos abordaram as seguintes questões: ações não autorizadas, relação com comunidades, indicadores de performance, retirada de adornos, utilização defensiva, direito de recusa, relações humanas, vestimenta da vigilância e divulgação do programa floresta viva.</p> <p>Em Abril/2019, foi realizado um Diálogo de Segurança com vigilantes da empresa sobre o tema “comportamento seguro faz a diferença”.</p> <p>Evidências avaliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lista de presença de cursos realizados; - Boas Práticas e Treinamento Operacional - Out e Dez-18.pdf; - Treinamentos Operacionais - Inteligência Patrimonial – Out. 18. 					
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: OBS 03/19	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1. c

Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
A organização orienta que os caminhões de transporte de madeira adotem velocidade de 20 km/hora em trechos da estrada que passam dentro de comunidades, mas não possui um sistema de monitoramento que comprove que a orientação esteja sendo implementada pelos motoristas. É recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	O EMF identificou os trechos de comunidades durante a elaboração do rotograma para fomentar a criação de uma cerca eletrônica (via sistema APISUL) para monitorar a velocidade praticada pelos motoristas do transporte de madeira.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Descumprimento de procedimento interno da empresa.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF realizou treinamento com a equipe abordando os limites de velocidade nas estradas e nas proximidades das comunidades.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde
	1) Realizar Treinamento dos motoristas do transporte de madeira	Diogo Porto	30/09/2019	Evitar acidentes e diminuir o impacto nas comunidades	Disponibilizar nas cabines das carretas, o rotograma com os limites de velocidade estabelecidos pela empresa. Inserir o fluxograma do monitoramento de velocidade em estradas de comunidades no plano de trabalho de novas frentes de abastecimento de madeira. Tratar os desvios de limite de velocidade identificados no high-light, conforme Linha Mestra.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva	O EMF elaborou um documento, chamado Rotograma, após a verificação do trajeto e das condições das estradas. No Rotograma constam: <ul style="list-style-type: none"> Identificação de riscos; 					

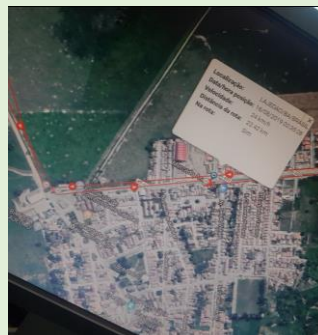
definida no plano de ação (ou ação de melhoria)

- Orientação para os motoristas;
- Ilustração dos trechos indicando os limites de velocidades;
- Indicação de EPI de uso obrigatório;
- Recomendações Gerais.

Previamente, os motoristas recebem o Rotograma para todas as áreas sempre que houver mudança de rota. Além disso, os Rotogramas ficam disponíveis nos pontos de apoio da Suzano e na portaria da fábrica, e são enviados via e-mail para os transportadores.

O EMF possui o Sistema APISUL – onde, assim que a rota é definida para transportar a madeira, uma cerca virtual é criada para monitorar as carretas, conforme os limites de velocidade de cada trecho, dentro desse sistema. O APISUL emite relatórios com os dados de monitoramento de velocidade e a transportadora é notificada em casos de desvios.

Evidências do Rotograma, sistema APISUL e Notificação:



Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)

Foi verificado que o monitoramento da velocidade dos caminhões de transporte de madeira é realizado pelo sistema APISUL. Após avaliada e definida a velocidade na rota de transporte, através do Rotograma, as informações são inseridas no sistema APISUL, criando-se cercas virtuais no trecho, com as velocidades definidas no Rotograma. Todo caminhão que passar pela cerca virtual acima da velocidade é registrado no sistema e emitido relatório para notificação do responsável. Foram verificados vários relatórios, e notificações geradas para motoristas que desobedeceram a velocidade definida no Rotograma. Os relatórios emitidos indicam que o sistema de monitoramento está implementado e as notificações vêm sendo realizadas. Em entrevistas, motoristas de transporte de madeira informaram sobre a importância de dirigir conforme instruções no Rotograma e como funciona o sistema de monitoramento da velocidade dos caminhões.

Situação atual da NC/OM:

- Fechada
 Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: OBS 04/19

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):																		
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):																	
Indicador(es) Cerflor:	5.1.c																	
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):																		
Apesar da Organização definir metas e indicadores para verificar a efetividade de projetos sociais implementados, há um projeto que destina áreas para a coleta de resíduos a associações comunitárias no período pós colheita que permanece fora desse monitoramento. É recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro																		
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):																		
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>																		
Ação Imediata (quando aplicável)	Identificar e definir metas e indicadores prioritários para Inteligência Patrimonial. Analisando se o projeto é relevante.																	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falhas na definição e priorização dos indicadores dos monitoramentos social, Ambiental e econômico no Processo Inteligência Patrimonial																	
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF definiu e priorizou as metas e indicadores relevantes para o processo de Inteligência Patrimonial.																	
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>O Que Fazer</th> <th>Quem</th> <th>Quando</th> <th>Porque</th> <th>Como</th> <th>Onde</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Definir metas e indicadores relevantes e prioritários para Inteligência Patrimonial</td> <td>Eduardo Soares</td> <td>30/10/2019</td> <td>Para quantificar os resultados relacionados ao Processo</td> <td>Organizar os dados e monitorar os indicadores e meta para a Inteligência Patrimonial Consolidar os monitoramentos Ambiental, Social e Econômico</td> <td>UNF BA</td> </tr> </tbody> </table>	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde	Definir metas e indicadores relevantes e prioritários para Inteligência Patrimonial	Eduardo Soares	30/10/2019	Para quantificar os resultados relacionados ao Processo	Organizar os dados e monitorar os indicadores e meta para a Inteligência Patrimonial Consolidar os monitoramentos Ambiental, Social e Econômico	UNF BA					
O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde													
Definir metas e indicadores relevantes e prioritários para Inteligência Patrimonial	Eduardo Soares	30/10/2019	Para quantificar os resultados relacionados ao Processo	Organizar os dados e monitorar os indicadores e meta para a Inteligência Patrimonial Consolidar os monitoramentos Ambiental, Social e Econômico	UNF BA													
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)																	
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):																	
Evidência de implementação da ação corretiva	O EMF possui 06 associações cadastradas e 11 associações esporádicas que recebem doações de pontas e galhos de eucaliptos. As associações devem estar legalmente constituídas, pertencer a uma comunidade que esteja no																	

definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	entorno das bases florestais da empresa e a renda oriunda da doação deve favorecer a comunidade associada. O EMF implementou um indicador para organizar e acompanhar a doação de resíduos florestais por Associações ou Cooperativas nas áreas da Suzano. O resultado obtido no indicador, juntamente com todo material adicional, foi apresentado aos auditores.
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	De acordo com a documentação analisada e entrevistas com representantes de associações de coletores de pontas e galhos, atualmente o EMF possui 06 associações cadastradas e 11 associações esporádicas habilitadas a receberem doações de resíduos de colheita (p.e., ponteiras e galhos). Para o monitoramento das associações, volume de coleta e valor comercializado, a empresa criou uma planilha a controle anual "Doações de pontas e galhos". A planilha lista as associações e registra mensalmente o total de caminhões coletores, o volume coletado e o valor total de cada associação resultante da comercialização dos resíduos.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

4.4 Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria identificadas na Auditoria de Certificação de 2019

A seguir são listadas as Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria emitidas na auditoria realizada no período de 09 a 18 de dezembro de 2019 pela Sysflor, bem como a causa raiz identificada, as ações corretivas a serem implementadas e o respectivo plano de ação para implementação das mesmas, definidos pela Organização.

Constatação Número: 2019-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.1.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): A unidade de manejo florestal está distribuída em 14 municípios, localizados na região Extremo Sul da Bahia e no estado de Minas Gerais. Três desses municípios criaram legislações específicas, relacionadas aos plantios de eucaliptos, cabendo aos empreendimentos de base florestal, se adequarem a estas legislações. Apesar de ter recebido a certidão de uso do solo, emitida por esses municípios e terem a licença de implantação aprovada pelos órgãos ambientais, o EMF não apresentou evidências de ações para atendimentos requisitos legais, se realmente aplicáveis: <ul style="list-style-type: none"> Lei Municipal N° 431/2016 do município de Caravelas, artigo 289, inciso II, e Lei Complementar N° 759/2015 do município de Alcobaça, artigo 129, inciso II, onde é estabelecido que as atividades silviculturais de espécies exóticas devem manter uma distância mínima de 500 metros do perímetro urbano, da sede do município, de seus distritos, povoados e comunidades; 	

- Lei Complementar Nº 032/2010 do município de Mucuri – Plano Diretor, artigo 131, incisos VI e VII, onde fica estabelecido que, para a Macrozona Rural Sul de Mucuri, o plantio e replantio de eucalipto nas proximidades dos núcleos urbanos devem respeitar uma faixa mínima de 500 metros no seu entorno; e para empreendimentos às margens das estradas, os plantios de eucalipto devem respeitar uma margem mínima de 10 metros a cada lado das estradas de todo o município;

Também foi observado caminhões de transporte de madeira parado em Rodovia Federal, cobrindo placa de sinalização de lombada presente na estrada, descumprindo a LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, Art. 84. Além disso, foram identificadas cargas de madeira acima o limite dos fueiros (RESOLUÇÃO Nº 196 DE 25 DE JULHO DE 2006).

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

Inspeções de campo, entrevista a responsáveis, verificação de procedimentos, mapas e registros.

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) O EMF solicitou a empresa de consultoria responsável pelo Sistema de identificação da legislação a Inclusão das normas municipais no sistema utilizado pela empresa. A identificação da legislação municipal foi realizada por meio de consulta ao poder público municipal; 2) Análise de aplicabilidade das normas, por meio do escritório Jurídico; 3) Levantamento do histórico de relacionamento com o Município de Mucuri em relação ao Plano Diretor; 4) Repassada orientação de segurança no trânsito para a equipe de logística e sobre o cumprimento da carga a ser transportada. 						
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Municípios não realizam publicações em Diário Oficial, o que dificulta o processo de monitoramento/mapeamento de normas restritivas; 2) Falha na análise crítica das normas incluídas periodicamente no sistema e na divulgação interna na Companhia. 3) Falha nas orientações e uniformização de práticas no transporte da madeira entre as regionais. 4) Ocorrências de Invasões de áreas por terceiros ao recuar plantios de eucalipto. 						
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Revisão do procedimento e periodicidade para identificação/mapeamento de legislações municipais na área de atuação da Companhia; 2) Realizar treinamento para equipe envolvida na análise crítica de aplicabilidade das legislações, com foco na área Ambiental, licenciamento e uso e ocupação do solo; 3) Criar base georreferenciada para delimitação espacial de eventuais restrições para operação da Companhia (ex: Zonas de Amortecimento, aplicação aérea, distanciamentos de comunidade e outros.) de forma com que, uma vez identificada a restrição, possa integrar as bases oficiais da companhia, direcionando as adequações e decisão para a incorporação de novas áreas no Grupo de Trabalho de Terras da empresa. 4) O EMF solicitou parecer Jurídico acerca da aplicabilidade das Lei Municipal Nº 431/2016 do município de Caravelas, Lei Complementar Nº 759/2015 do município de Alcobaça e Lei Complementar Nº 032/2010 do município de Mucuri na Suzano UNF BA e ações serão tomadas conforme parecer e decisão jurídica 5) Orientação as equipes de Logística sobre atendimento a questões relativas ao trânsito e sobre transporte da carga de madeira. 						
<p>Plano de</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>O Que Fazer</th> <th>Quem</th> <th>Quando</th> <th>Porque</th> <th>Como</th> <th>Onde</th> </tr> </thead> </table>	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde
O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde		

Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)	(ação de Correção)	(Responsável)	(prazo / conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(local)
<p>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>1) Rever procedimento e periodicidade para identificação/mapeamento de legislações municipais na área de atuação da Companhia;</p> <p>2) Realizar treinamento para equipe envolvida na análise de legislações, com foco na área Ambiental, licenciamento e uso e ocupação do solo;</p> <p>3) Criar base georeferenciada para delimitação espacial de eventuais restrições para operação da Companhia (ex: Zonas de Amortecimento, aplicação aérea, distanciamentos de comunidade e outros.) de forma com que, uma vez identificada a restrição, possa integrar as bases oficiais da companhia e possam direcionar ações para adequação e também subsidiar a tomada de decisão para a incorporação de novas áreas (GT de Terras).</p> <p>4) Solicitar parecer Jurídico acerca da aplicabilidade das Lei Municipal N° 431/2016 do município de Caravelas, Lei Complementar N° 759/2015 do município de Alcobaça e Lei Complementar N° 032/2010 do município de Mucuri na Suzano UNF BA.</p> <p>5) Orientação as equipes de Logística sobre atendimento a questões relativas ao trânsito e sobre transporte da carga de madeira</p>	<p>1) Meio Ambiente (apoio Licenciamento /Jurídico)</p> <p>2) SSQV e Logística Florestal</p>	<p>30/08/2020</p>	<p>1) Demonstra o atendimento das atividades em relação as leis municipais</p> <p>2) Necessidade de garantir maior efetividade no processo de mapeamento e identificação de normas publicadas pelos municípios;</p> <p>2) Ampliar os conhecimentos da equipe envolvida na análise de aplicabilidade das normas;</p> <p>3) Inserir e divulgar as restrições espacialmente em sistema oficial da Companhia, de forma com que possam ser consultadas desde o processo inicial de arrendamento/aquisição, durante processos de licenciamento e quando da operação.</p>	<p>2) Verificar o procedimento atual de identificação de normas municipais, bem como, formas de consulta (presencial ou remota via site, jornais locais, etc.), periodicidade e rotina de atualização das normas no sistema oficial da Companhia;</p> <p>3) Identificar a equipe envolvida no processo de análise de normas, principalmente das que envolvam normas ambientais, de licenciamento e uso e ocupação do solo, realizando treinamento para ampliar conhecimentos da equipe no sistema bem como, na identificação de restrições.</p> <p>3) Criar base georeferenciada para delimitação espacial de restrições, de forma com que, uma vez identificada a restrição possa integrar as bases oficiais da companhia e possam direcionar ações para adequação e também possa ser consultada quando da incorporação de novas áreas.</p>	<p>UNF BA</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo):</p> <p>Comentários: N/A</p>					

Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2019-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.2.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Conforme relatórios dos inventários sociais e Mapa Social, a empresa demonstrou que está caracterizando e identificando, em mapa, as comunidades impactadas. No entanto, constatou-se que outras comunidades impactadas não se encontram caracterizadas e nem identificadas em mapa, como, por exemplo, a Comunidade Córrego das Flores (Carlos Chagas-MG), Gesuel (Mucuri-BA) e Praia do Maurício (Mucuri-BA).	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Relatórios dos inventários sociais (p.e. Cruzelândia e Nova Brasília) e Mapa Social.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Padronização dos nomes das comunidades e atualização do mapa social.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falta da consolidação das bases cartográficas relacionada à localização das comunidades. Falta da consolidação da metodologia de identificação de comunidades nas regionais que abrange a UNF BA.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Avaliação das bases cartográficas (base florestal), aplicando o Inventário social nas localidades que são influenciadas pelo Manejo Florestal e caracterizando sua priorização de acordo com a Matriz de Prioridade e atualização do banco de dados no mapa, para todas as localidades.

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Avaliar as bases cartográficas (base florestal), aplicando o Inventário social nas localidades que são influenciadas pelo Manejo Florestal e caracterizando sua priorização de acordo com a Matriz de Prioridade e atualização do banco de dados no mapa, para todas as localidades.	Narcísio Loss	30/06/2020	Obter a base cartográfica atualizada com a localização e identificação das comunidades.	Revisitando e georeferenciando as comunidades para inclusão na base cartográfica da Suzano.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo): Comentários: N/A					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2019-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.1.d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Como resultado do processo de fusão das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S.A., a Suzano S.A. passa por uma fase de integração dos procedimentos, instruções de trabalho e outros documentos operacionais. Nessa fase de implementação da integração, foi percebido que, em algumas	

ocasiões, há interpretações diferentes de colaboradores que atuam na mesma atividade, a exemplo da existência ou não de depósitos intermediários de produtos químicos, aplicação aérea de produtos químicos, procedimentos repetidos, etc., o que pode comprometer a efetiva execução das atividades, conforme estabelecido no plano de manejo da empresa.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Procedimentos e entrevistas com colaboradores.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Levantamento dos procedimentos operacionais da área/processos operacionais de ambas empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S.A. Elaborar o cronograma de revisão dos procedimentos operacionais no modelo da Suzano S.A.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Não houve tempo hábil para unificar todas as práticas das duas empresas, após a fusão, impactando na integração dos procedimentos, instruções de trabalho e outros documentos operacionais.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Revisar os procedimentos operacionais (Viveiro, Silvicultura, Colheita, Estradas, Logística e áreas de apoio) e divulgar nas plataformas existentes. Capacitar equipe técnica (Assistentes, Técnicos e Supervisores) tornando os mesmos como multiplicadores das revisões dos procedimentos. Cascadear o procedimento pós revisão para as equipes operacionais das frentes de serviços					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Revisar os procedimentos operacionais (Viveiro, Silvicultura, Colheita, Estradas, Logística e áreas de apoio) e divulgar nas plataformas existentes. - Capacitar equipe técnica (Assistentes, Técnicos e Supervisores) tornando os mesmos como multiplicadores das revisões dos procedimentos. - Cascadear o procedimento pós revisão para as equipes operacionais das frentes de serviços.	Excelência Operacional Meio Ambiente	01/10/2020	Para solucionar possíveis problemas de duplicidade dos procedimentos operacionais adotados pela nova companhia com objetivo de não comprometer a efetiva execução das atividades conforme estabelecido no plano de manejo da empresa.	Envolver as áreas que possuem interface com o processo de modo a garantir que todos estejam atualizados com relação a revisão dos procedimentos operacionais e garantia da divulgação em campo para a equipe operacional. Reuniões de alinhamento em escritório e treinamento on the job.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo): Comentários: N/A.					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)					

	<input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2019-06						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	2.2.a					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
O EMF possui mapas oriundos da base cartográfica das empresas integradas (Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S.A.). Cada qual possui uma codificação própria para fazendas e/ou projetos, das UPs e/ou talhões, base hidrográficas, comunidades, entre outros. Entretanto, foi evidenciada a existência de dificuldades na integração das duas bases cartográficas e na uniformização das nomenclaturas e legendas, além de serem identificadas divergências nas bases de informações sobre diversos temas, tais como, mapeamento hidrológico, AAVCs, comunidades e operações do manejo, que resultam em dificuldades na avaliação integrada de aspectos relevantes ao manejo florestal.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Mapas da UMF.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Levantar as nomenclaturas existentes para AAVC/ Recursos hídricos Comunidades e verificar formas de padronização.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1) Ausência de base de cadastro (SGF/ZENITH) não integrada; 2) Falta de uniformização da nomenclatura de AAVC, recursos hídricos e comunidades; 3) Atualização da base de cadastro sobre AAVC, recursos Hídricos e comunidades divergente em função de sistemas diferentes na empresa.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Integrar a base de cadastro em um único sistema Zenth; Identificar as fazendas e projetos por UP's, e definir nomenclatura para AAVC, Comunidade e outros recursos no Sistema; Atualizar a base para gerar mapas temáticos ambientais e sociais, conforme a unificação da base cartográfica.					
Plano de	O Que Fazer	Quem	Quando	Porque	Como	Onde

Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	(ação de Correção)	(Responsável)	(prazo/ conclusão)	(Justificativa da ação)	(Detalhamento da ação)	(local)
	Integrar a base de cadastro em um único sistema Zenth. Identificar as fazendas e projetos por UP's, e definir nomenclatura para AAVC, Comunidade e outros recursos no sistema. Atualizar a base para gerar mapas temáticos ambientais e sociais, conforme a unificação da base cartográfica	GEPLAN /Meio Ambiente	30/06/2020	Identificar a localização em mapas as áreas ambientais e sociais de interesse da empresa	Padronizar a nomenclaturas de identificação das AAVC, Locais de recursos hídricos e comunidades, repassando para ao GEPLAN realizar a atualização na base cadastral	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo): Comentários: N/A					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

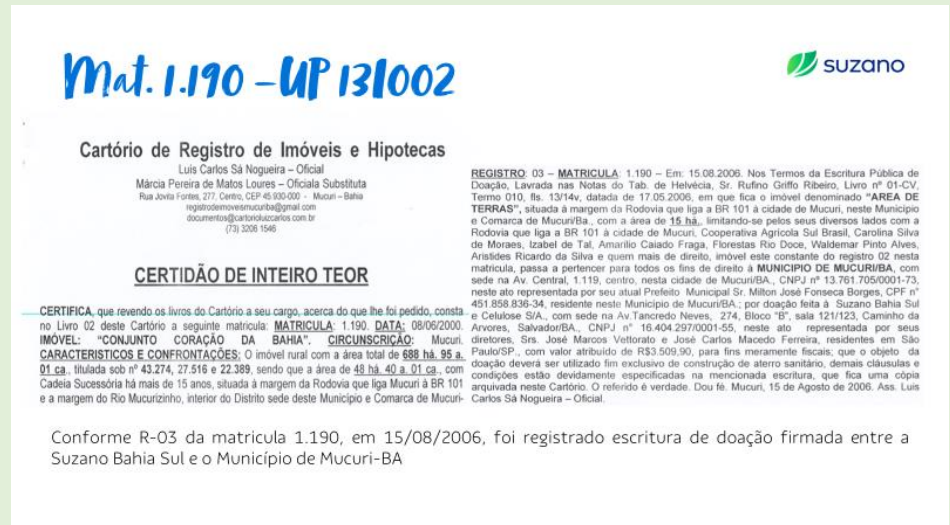
Constatação Número: 2019-07	
Selecione uma: <input checked="" type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.2.a
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Em manifestação pública pós auditoria, foi relatada a existência de uma área, localizada dentro da UMF, que teria sido doada pelo EMF para o município de Mucuri, para uso como aterro sanitário do referido município. Questionado sobre a questão, o EMF confirmou o processo de doação de uma área de 15 ha ao município de Mucuri, realizada 15/08/2006 (Registro 3 da Matrícula nº 1.190) e que o processo de	

<p>regularização, junto ao cartório foi realizado em 2017.</p> <p>Com base nas informações providas na manifestação pública, em imagens de satélite e nos mapas das áreas da UMF previamente fornecidas pela empresa, foi possível identificar que a referida área, está localizada no interior do Bloco 43-UM, que se encontra integralmente inserido do escopo de certificação, sem delimitação e exclusão da área cedida para a Prefeitura de Mucuri, para a construção do aterro. Áreas que não esteja sob gestão do EMF não devem fazer parte do escopo do certificado e requer correção imediata.</p>							
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Imagens de satélite e nos mapas das áreas da UMF; Registro 3 da Matrícula nº 1.190.</p>							
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>							
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>		<p>Identificação das áreas que foram doadas e que estão em processo de finalização de regularização em cartório.</p> <p>Verificação se estão dentro do escopo de certificação e retirada ou sinalização na base de cadastro.</p>					
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>		<p>Falta de conclusão do desmembramento da área para o município de Mucuri e não sinalização no cadastro.</p>					
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>		<p>Atualização da base cartográfica, excluindo a área doada para o município de Mucuri e atualização do escopo de certificação da UNF BA.</p>					
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>		<p>O Que Fazer (ação de Correção)</p>	<p>Quem (Responsável)</p>	<p>Quando (prazo/ conclusão)</p>	<p>Porque (Justificativa da ação)</p>	<p>Como (Detalhamento da ação)</p>	<p>Onde (local)</p>
		<p>Atualização da base cartográfica excluindo a área doada para o município de Mucuri e atualização do escopo de certificação da UNF BA</p>	<p>Rivaldo Andrade</p>	<p>01/02/2020</p>	<p>Garantir que o escopo de certificação do plano de manejo esteja atualizado, evitando conflitos e riscos de exposição de áreas não pertencentes a empresa</p>	<p>Identificando a quantidade de hectares a ser retirado do escopo e atualizando a planilha de escopo de certificação e plano de manejo da empresa.</p>	<p>UNF BA</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>		<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo)</p> <p>Comentários: N/A</p>					
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>		<p><input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>					
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de</p>		<p>O EMF fez o levantamento na base de gestão imobiliária para identificar os documentos de áreas doadas pela empresa, sendo identificado os seguintes documentos: Certidão de inteiro teor emitida pelo cartório de registro de imóveis e hipotecas que confirma a doação da área ao Município de Mucuri-BA.</p>					

ação (ou ação de melhoria)

Desta forma, o documento foi encaminhado ao cadastro para atualização da base cadastral.

O EMF fez a atualização da lista de propriedades no escopo de certificação, retirando a área de 15 hectares por não ser de sua gestão. Também atualizou o Plano de Manejo, mapas de certificação e as informações a serem divulgadas no resumo público de 2020. A relação atualizada foi entregue a certificadora para compor as informações do relatório de certificação. A área de gestão imobiliária analisará a base de certificação anualmente para garantir a eficácia das ações tomadas, garantindo a retirada de área doadas.



Evidências: Certidão de inteiro teor e mapa com a marcação da área excluída.

Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)

A empresa revisou a área do Bloco 43-UM identificou a área doada e solicitou sua retirada do escopo de certificação. Foi apresentada a nova base de área pertencente ao escopo. Portanto, a não conformidade foi corrigida e encerrada.

Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	---

Constatação Número: 2019-08

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):

Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
--	--

Indicador(es) Cerflor: 2.3.e

Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):
O EMF apresentou registros de treinamentos, diálogos e capacitações realizadas com trabalhadores próprios e terceiros. Entretanto, foram apresentados registros de treinamentos sem datas, o que pode comprometer o sistema de capacitação continuada de seus trabalhadores, além de colocar tais registros em situação de dúvida.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):
Registros de treinamento.

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

Ação Imediata (<i>quando aplicável</i>)	Orientar as equipes da UNF BA sobre a importância do preenchimento correto dos registros de treinamento.
--	--

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na gestão de registros, em função de práticas diferentes, na fase de fusão das empresas.
--	--

Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Divulgação de matéria nos informativos sobre a importância dos registros e orientação para as equipes sobre a importância dos treinamentos e registros; Verificação dos registros de treinamento nas auditorias internas do manejo florestal e nas verificações de campo realizadas pela Segurança do Trabalho e Certificações de Manejo.
--	---

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	<p>Divulgar matéria nos informativos sobre a importância dos registros e orientação para as equipes sobre a importância dos treinamentos e registros</p> <p>Realizar auditorias internas do manejo florestal e Inspeções em campo de Segurança do Trabalho para avaliar os registros</p>	Gente e Gestão SSQV Certificações Manejo	01/08/2020	Garantir a rastreabilidade dos registros gerados	<p>Elaboração de matérias sobre o assunto / Realização de orientações</p> <p>Verificar os registros de treinamento nas auditorias internas do manejo florestal e nas verificações de campo realizadas pela Segurança do Trabalho e Certificações de Manejo</p>	UNF BA

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte o comentário abaixo</i>): Comentários: N/A
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2019-09	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	3.2.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): A partir de consulta pública foi questionado sobre a colheita e plantio em área de nascente na UP_15C_036 do EMF. Na avaliação do estudo de não-conversão de áreas de remanescentes naturais da UP_15C_036, realizado a partir de imagens satélites, não foi constatado nenhuma conversão nessa UP, indicando a preservação das áreas de preservação permanente. Porém, considerando que os mapas de uso de solo dessa UP não indicam plantios em APP, convém que a empresa avalie a referida UP e, no caso de constar a presença de nascente na área de plantio, tome as devidas providências, de acordo com a legislação ambiental aplicável.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Imagens LANDSAT5: LT05_L1TP_215073_19940528_20170114_01_T1.TIF de 28/05/1994; LT05_L1TP_215073_20080228_20161101_01_T1.TIF de 28/02/2008	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Gerar um mapa com o histórico da área a partir de registros do imóvel. Verificar in loco a situação da área da UP_15C_036, conforme mapa.
Análise da Causa Raiz determinada pelo	Falha no mapeamento de identificação em campo de nascentes na UNF.

EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Definição do fluxo para atualização de base de nascentes, conforme vistorias de campo, microplanejamento e input de partes interessadas. Realização da atuação do banco de dados no cadastro e implementar rotina de check junto a equipe de licenciamento.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Definir fluxo para atualização de base de nascentes conforme vistorias de campo, microplanejamento e input de partes interessadas. Realizar a atuação do banco de dados no cadastro e implementar rotina de check junto a equipe de licenciamento.	GEPLAN / Licenciamento	30/06/2020	Evitar impactos ambientais e atender a legislação	Equipes farão avaliação em campo e georreferenciar os pontos identificados das nascentes e atualizar o banco de dados do cadastro, checando as informações junto a equipe de licenciamento.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte comentário abaixo): Comentários: N/A					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2019-10

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	3.2.g					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Foi verificado, por meio de registros que, no período de janeiro a novembro de 2019, ocorreram 211 focos de incêndios em áreas de conservação da empresa, com queima de 698 ha. No entanto, não foi evidenciado, no procedimento de recuperação de áreas degradadas, a existência de uma metodologia de avaliação dessas áreas, para definir a necessidade de implementação de medidas de conservação e/ou restauração.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Registros de incêndios; procedimento de recuperação de áreas degradadas; entrevista aos responsáveis.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Identificar os procedimentos que tem interface com ocorrências florestais.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência de definição, no procedimento de restauração, para tratativas de áreas de conservação queimadas por incêndios.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Revisão do procedimento MA.12.02.002. Treinamento das equipes, em conformidade com o procedimento revisado, para implementação das alterações.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Revisão do procedimento MA.12.02.002. Treinamento das equipes, em conformidade com o procedimento revisado, para implementação das alterações.	Tathiane Santi Sarcinelli	30/06/2020	Obter tratativas para áreas onde teve ocorrência de incêndio, mitigando os impactos.	Revisando o procedimento MA.12.02.002 e treinando as equipes.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo) Comentários: N/A					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da						

ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2019-11						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	3.4.d)					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
O EMF mantém levantamentos periódicos de flora e fauna nas suas áreas de manejo, nos quais realiza a identificação de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, bem como ações para protegê-las. Porém, foi verificado que não existem listas atualizadas que contemplem todos os grupos taxonômicos que foram estudados nas áreas de manejo da empresa. Também verificou-se que as ações para proteção dessas espécies estão fragmentadas em vários procedimentos.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Ausência de listas atualizadas de espécies raras ameaçadas ou em perigo de extinção e de um plano estruturado de proteção.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Atualização das listas com os resultados de 2019 do monitoramento de fauna e flora.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência de unificação das ações de proteção das áreas no Plano de biodiversidade. Ausência de unificação das ações de proteção das áreas no Plano de biodiversidade; Falta de clareza sobre o tempo de execução das análises periódicas na listagem para os graus de ameaça e endemismo de cada espécie inventariada					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Atualização do plano de biodiversidade, conforme definição da estratégia de biodiversidade da empresa. Descrever de forma clara os critérios e periodicidade de revisão das listagens para os graus de ameaça e endemismo.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Atualizar o plano de biodiversidade, conforme definição da estratégia de	Meio Ambiente Florestal	30/09/2020	Obter um plano de biodiversidade consolidado e	Realizando a inserção de ações de proteção no plano de biodiversidade, acompanhamento e	UNF BA

<i>evidência encaminhada)</i>	biodiversidade da empresa. Descrever de forma clara os critérios e periodicidade de revisão das listagens para os graus de ameaça e endemismo.			as espécies mapeadas atualizada, mantendo as medidas de proteção.	avaliação da eficácia das ações.	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte o comentário abaixo</i>): Comentários: N/A					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)					

Constatação Número: 2019-12	
Selecione uma:	<input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	3.5.d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
O EMF possui um programa para o controle de exóticas invasoras e apresentou um cronograma definindo a atuação de uma equipe operacional para remoção dessas espécies, num prazo de 10 anos (360 hectares/ano). Entretanto, o EMF não realizou uma análise que permita confirmar se os recursos disponibilizados para execução do plano apresentado são compatíveis com os prazos previstos no cronograma.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Cronograma de remoção de exóticas invasoras; entrevista com responsáveis.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	

Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Levantar o histórico de controle de exóticas para verificar aplicação de recursos, conforme cronograma de 10 anos.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na análise crítica de monitoramento do controle de exóticas.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF <i>(ou Ação de Melhoria)</i> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	Realizar análise crítica avaliando as ações que constam do cronograma de 10 anos.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva <i>(ou Ação de Melhoria)</i> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Realizar análise crítica avaliando as ações que constam do cronograma de 10 anos	Tathiane Santi Sarcinelli	30/09/2020	Verificar se os objetivos definidos foram atendidos	Verificandos os recursos disponibilizados e a eficácia do programa, através da identificação das áreas e se os controles foram efetivos.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva <i>(ou ação de melhoria)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte comentários abaixo)</i> Comentários: N/A.					
Prazo para implementação da ação corretiva <i>(ou ação de melhoria)</i>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação <i>(ou ação de melhoria)</i>						
Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i>						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>					

Constatação Número: 2019-13

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	5.1.a					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>O EMF possui um procedimento (PO.20.01.005) que descreve a metodologia para a identificação e avaliação dos aspectos e impactos sociais. Os impactos identificados por meio de demandas de partes interessadas (SISPART), de reuniões de Engajamento e do Diálogo Operacional, realizado com as comunidades, são listados na “<i>Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF Bahia</i>” (arquivo: <i>Matriz Impactos UNF-BA_2019</i>). Porém, observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A matriz não menciona impactos apontados pelas comunidades (em consulta dos auditores e nas demandas recebidas pela empresa) e observados, inclusive, durante a auditoria, como é o caso do fluxo de veículos das atividades silviculturais e de colheita de madeira (antes do transporte), incluindo veículos leves que geram poeira, riscos de acidentes, etc. Em sua matriz, a empresa considera apenas os impactos relativos ao transporte de madeira; • Para as estradas internas, a empresa adota o critério de 6 m de largura, mesmo que haja uso por vizinhos ou comunidades (estrada de servidão). Na idade jovem, os galhos e folhas das plantas de eucaliptos tomam um espaço de aproximadamente 2 metros da estrada, reduzindo o leito carroçável para 4 metros. Considerando que há estradas de servidão, utilizadas por comunidades (p.e: estrada de acesso para o Cemitério Municipal de Helvécia), essa largura dificulta o cruzamento de veículos e, portanto, a passagem desses usuários (p.e: estrada de acesso para o Cemitério Municipal de Helvécia). Essa questão não está considerada no levantamento de impactos da UMF. 						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>Procedimento de identificação e avaliação de impactos sociais ((PO.20.01.005); “<i>Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF Bahia</i>” (arquivo: <i>Matriz Impactos UNF-BA_2019</i>); entrevistas com partes interessadas.</p> <p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Identificar os impactos relacionados às questões de estradas (movimentação) durante o transporte de madeira e o fluxo de outros veículos, correspondentes às operações de manejo florestal da empresa, bem como, a diminuição do leito das estradas.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	<p>Falha na identificação dos impactos sociais do manejo florestal e Ausência de medidas de mitigação na matriz de aspectos e impactos sociais</p> <p>Falha na análise de significância do impacto na atividade de estrada e ações tomadas de mitigação.</p>					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Realização da revisão da matriz de aspectos e impactos, considerando possíveis novos impactos não identificados anteriormente no manejo florestal e reavaliar as medidas que foram estabelecidas na matriz como plano de ação de mitigação/correção (silvicultura, colheita, estradas e transporte), sendo considerado a significância na localidade.					
Plano de Implementação da	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo / conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)

Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<p>Realizar a revisão da matriz de aspectos e impactos, considerando possíveis novos impactos não identificados anteriormente no manejo florestal e reavaliar as medidas que foram estabelecidas na matriz como plano de ação de mitigação/correção (silvicultura, colheita, estradas e transporte), sendo considerado a significância na localidade</p>	<p>Desenvolvimento Social</p> <p>Processos Operacionais do Manejo Florestal</p>	<p>01/07/2020</p>	<p>Atualizar a Matriz de Impactos, conforme registros de partes interessadas, quanto a identificação e suas respectivas tratativas</p> <p>Mitigar os impactos do manejo florestal nas comunidades</p>	<p>Reavaliando os impactos sociais das atividades juntamente com as equipes operacionais</p> <p>Avaliar e melhorar as medidas de prevenção e mitigação de impactos sociais.</p> <p>Avaliando as ações tomadas pela operação, tais como: ações de limpeza das estradas em idades jovens sempre que técnicos operacionais são acionados com estas demandas da comunidade, procedendo a atividade de retirada dos galhos excedentes que impactam na estrada. Também avaliam em suas rodadas de campo, pontos onde há trânsito de acessos as comunidades para proceder a retirada. Verificando os registros das solicitações via Suzano Responde as demandas da comunidade.</p>	<p>UNF BA</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte o comentário abaixo)</i> : Comentários: N/A.					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>					

Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	5.1.a					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>O EMF possui procedimentos para identificação e avaliação de impactos sociais, por meio de engajamento com as partes afetadas. Para as comunidades tradicionais da Resex Cassurubá, a empresa evidenciou, por meio de documentação (mapas e levantamentos da área limítrofe da UC), que, atualmente, não há riscos de impactos das operações florestais às famílias que vivem na Unidade de Conservação, considerando que não há atividades nas proximidades dessa área. Porém, o Plano de Manejo da Resex menciona que as áreas de plantios se encontram dentro da sua Zona de Amortecimento da unidade de conservação. A empresa não realizou levantamento físico (<i>in loco</i>) de impactos nas comunidades tradicionais que vivem na Unidade de Conservação.</p>						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Plano de Manejo da Resex; mapas e levantamentos da área limítrofe da UC.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Verificar os relatórios de licenciamento (EIA/RIMA) para identificar se o respectivo estudo de impactos sociais apresenta informações que não estejam mapeadas na matriz de aspectos e impactos sociais da Suzano.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	O relatório do EIA/RIMA não foi considerado na avaliação da matriz de aspectos e impactos sociais, que constam informações da RESEX					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Revisão da matriz de aspectos e impactos, considerando as informações do EIA/RIMA da RESEX.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Revisar a matriz de aspectos e impactos, considerando as informações do EIA/RIMA da RESEX.	Desenvolvimento Social	01/06/2020	Para identificar possíveis impactos sociais e medidas de mitigação que não estavam identificados na matriz de aspectos AIS para as comunidades da RESEX	Reunir com a equipe de licenciamento para verificação do relatório EIA/RIMA e reavaliar os impactos sociais não identificados, atualizar a matriz quando necessário.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação)	<input type="checkbox"/> Aceito <input checked="" type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte o comentário abaixo</i>): Comentários: O EMF determinou como causa raiz a não consideração do relatório EIA/RIMA não foi considerado na avaliação da matriz de aspectos e					

<i>de melhoria)</i>	impactos sociais. Entretanto, não há, ainda, evidências de que as comunidades da Resex estejam contempladas no EIA/RIMA ou se as informações contidas no EIA/RIMA serão suficientes para concluir o assunto. Dessa forma, a questão será verificada na próxima auditoria.
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2019-15	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF desenvolve projetos de interesse social, inclusive possui parcerias com associações e promove a formação de Conselhos Comunitários, apoiando a participação dos moradores de comunidades locais nos diversos projetos sociais oferecidos pela empresa. Além dessa iniciativa, a área social atua numa importante linha de empoderamento e fortalecimento dessas associações, especialmente, frente ao poder público, visando a busca de novos mercados e maior agregação de valor para seus produtos, o estabelecimento de novas parcerias e representações, entre outros. Entretanto, essa linha de atuação não é tratada de forma estruturada e documentada pelo setor social do empreendimento, o que pode comprometer a efetividade do empreendimento no processo de mitigação dos impactos socioeconômicos a que essa linha de atuação se propõe. Assim, convém que o EMF estruture e documente a linha de atuação em empoderamento e fortalecimento de associações locais.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Entrevista com responsáveis.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Avaliar os documentos atuais para a consolidação e estruturação dos objetivos dos Conselhos Comunitários.

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Fase de remodelamento da atuação dos Conselhos Comunitários.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Atualizar os documentos considerando a estruturação, empoderamento					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Atualizar os documentos considerando a estruturação, empoderamento	Narcísio Loss	01/07/2020	Melhor entendimento das práticas da empresa.	Analisando e atualizando os documentos (procedimentos e práticas) consolidando as informações da estruturação.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo): Comentários: N/A.					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2019-16	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1.b

Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): No processo de consulta pública (previamente e durante a auditoria), comunidades reclamaram da atividade de aplicação aérea de produtos químicos, cuja deriva estaria causando reações adversas (tais como, irritação ocular, alergias e sinais de intoxicação) e morte de abelhas. A empresa relata ter identificado o impacto e ter definido como medida mitigadora, realizar diálogos com as comunidades para informação e orientação, além da sinalização das atividades, manutenção dos equipamentos utilizados, treinamentos dos trabalhadores e uso de EPs. Entretanto, nenhuma medida operacional relativa, por exemplo, ao plano de voo e padrões de sobrevoo, a fim de evitar deriva fora da área objeto, foi apresentada na matriz de impactos sociais e demais procedimentos do EMF, para prevenção e mitigação dos impactos mencionados pelas comunidades, indicando que as medidas adotadas não são proporcionais aos impactos identificados.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF Bahia; Entrevista com partes interessadas; Inspeções de campo.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	Consolidar e publicar a matriz de aspectos e impactos sociais com as medidas mitigadoras. Direcionar as ações de mitigação para o procedimento operacional de Silvicultura.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falta de consolidação da matriz de aspectos e impactos sociais; Falta de atualização do procedimento de aplicação aérea com as medidas de mitigação.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Reavaliar as medidas que foram estabelecidas na matriz de aspectos e impactos sociais. Revisão do procedimento de aplicação de produtos químicos com as medidas de mitigação identificadas.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Reavaliar as medidas que foram estabelecidas na matriz de aspectos e impactos sociais. Revisar o procedimento de aplicação de produtos químicos com as medidas de mitigação identificadas	Narcísio Loss Jeovagno Barcelos Rangel	01/07/2020	Mitigar os impactos sociais das operações florestais no entorno do empreendimento.	Avaliar e melhorar as medidas de prevenção e mitigação de impactos sociais.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo): Comentários: N/A.					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					

Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2019-17	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.2.c
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>A empresa possui, implementada, uma sistemática de comunicação com partes interessadas e afetadas pelo seu manejo florestal, composta por diversos canais de diálogo. Os comunicados recebidos por estes canais são incluídos no Sistema de Partes Interessadas (SISPART) para a registro, tratativas e respostas às partes reclamantes. A empresa apresentou diversas ocorrências registradas no SISPART, nos quais o processo de tratamento da reclamação foi aplicado.</p> <p>Entretanto, não há registro no SISPART do tratamento aplicado e respostas às partes reclamante em diversas ocorrências verificadas na planilha “reclamações BA e MG 2018_19.xlsx”. Alguns comentários na planilha, datados de maio e junho de 2019, por exemplo, ainda não foram respondidos e constam como “em análise”, de forma que o tempo médio de resposta atual da empresa para as reclamações recebidas é de 55 dias. Também, observou-se que reclamações feitas ao EMF, especialmente, por meio de contato direto (como o caso da reclamação de poeira que afeta os plantios de um agricultor às margens da estrada das fazendas próximas a Nova Brasília), não estão sendo registradas e, conseqüentemente, não estão sendo tratadas. Não há evidências de direcionamento das informações recebidas para o responsável pela gestão do sistema SISPART, para registro e tratativas.</p> <p>Portanto, a empresa não evidenciou estar registrando, tratando e dando respostas à parte das reclamações recebidas pelas partes interessadas e afetadas pelo seu manejo florestal.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Sistema de Partes Interessadas (SISPART); planilha “reclamações BA e MG 2018_19.xlsx”; entrevista com partes interessadas.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Realizar a publicação dos procedimentos/manuais de comunicação com os colaboradores, para direcionamento dos registros recebidos em campo, que não sejam evidenciados nos canais 0800/e-mail. Estabelecimento de um mecanismo (robô eletrônico) para direcionamento das reclamações recebidas via SISPART para as unidades responsáveis.

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência da descrição dos meios utilizados em procedimento para registro de comunicação de relacionamento com as partes interessadas (interno e externo).					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Revisão do procedimento para inclusão da sistemática de recebimentos/meios/registros de demandas/ocorrências de Relacionamento com Partes Interessadas; Implementação do mecanismo (robô eletrônico) para direcionamento das reclamações recebidas via SISPART para as unidades responsáveis; Realização de treinamento para as equipes sobre a aplicação do procedimento de Relacionamento com Partes Interessadas e do mecanismo de direcionamento das reclamações (robô eletrônico).					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação de Correção)	Quem (Responsável)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)	Onde (local)
	Rever o procedimento para inclusão da sistemática de recebimentos/meios/registros de demandas/ocorrências de Relacionamento com Partes Interessadas. Implementação do mecanismo (robô eletrônico) para direcionamento das reclamações recebidas via SISPART para as unidades responsáveis; Realizar Treinamento para as equipes sobre a aplicação do procedimento de Relacionamento com Partes Interessadas e do mecanismo de direcionamento das reclamações (robô eletrônico).	Desenvolvimento Social	01/07/2020	Melhorar o fluxo de tratativas das demandas de partes interessadas e melhorar a efetividade das ações.	Incluir no procedimento/manual a sistemática de recebimentos de demandas/ocorrências os canais de comunicação da Suzano (0800, colaboradores e outros), conforme processo de relacionamento. Divulgar/publicar as informações dos meios de comunicações da empresa para o público interno e externo.	UNF BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte o comentário abaixo): Comentários: N/A.					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva						

definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

5. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO

5.1 Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação

A Certificação CERFLOR deve ser concedida ao EMF, sujeita à implementação das ações corretivas definidas para as NC menores apresentadas na Seção 4	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A equipe de avaliação da SYSFLOR faz a recomendação acima para certificação com base na plena e própria execução dos protocolos de avaliação da SYSFLOR. Se a certificação for recomendada, o EMF demonstrou satisfatoriamente os itens seguintes, sem exceção:	
A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do cliente e concluiu que o escopo de certificação (ver item 1 acima) está adequado aos requisitos de manejo florestal aplicável.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que seu sistema de manejo é capaz de assegurar que todas as normas aplicáveis dos padrões sejam cumpridas na área florestal coberta pelo escopo da avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que o sistema de manejo está sendo implementado de forma consistente na área florestal coberta pelo escopo do certificado.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Para certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>
Comentários: Apesar da complexidade ambiental e social da área de abrangência da unidade de manejo, e da magnitude dos impactos gerados em função da escala e intensidade do manejo florestal desenvolvido, a Organização demonstrou cumprir os requisitos da certificação de manejo florestal, sendo recomendada a sua certificação.	

5.2 Decisão de Certificação da SysFlor

Com base na verificação realizada neste relatório de auditoria e documentos associados foram constatados os seguintes aspectos:

Análise crítica da decisão de certificação	
As informações fornecidas pela equipe auditora são suficientes em relação aos requisitos e escopo de certificação?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Não conformidade maior: Analisou, aceitou e verificou as correções e ações corretivas?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A* <input type="checkbox"/>
Não conformidade menor: Analisou e aceitou as correções e ações corretivas planejadas?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A* <input type="checkbox"/>
Os objetivos da auditoria foram atingidos?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>

O sistema de gestão certificado do cliente falhou persistentemente ou seriamente em atender aos requisitos de certificação, incluindo os requisitos para eficácia do sistema de gestão?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
---	--

**Não foi identificada Não Conformidade Maior/Menor*

Parecer do responsável pela decisão de certificação	
NOTA: Para recertificação a decisão foi tomada também com base nos resultados da auditoria de recertificação; nos resultados da análise crítica do sistema, durante o período de certificação; e nas reclamações recebidas pelos usuários da certificação.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Concessão/Renovação do certificado
<input type="checkbox"/>	Extensão do escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Redução de escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Suspensão do certificado
<input type="checkbox"/>	Cancelamento do certificado
Comentários gerais sobre a decisão: O empreendimento demonstrou atendimento aos requisitos de certificação, tendo fechado a única NC maior emitida e apresentado planos de ação corretiva para as NCs menores. Assim, a certificação foi concedida.	